

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

GABRIELA RIBEIRO RAMOS

**O SERVIÇO SOCIAL NO SESC/DF: articulação entre atuação
profissional e Projeto Ético-Político**

Brasília - DF
2011

GABRIELA RIBEIRO RAMOS

**O SERVIÇO SOCIAL NO SESC/DF: A articulação entre atuação
profissional e o Projeto Ético-Político**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade de Brasília como
requisito parcial à obtenção de título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profª Msª Janaína Lopes do Nascimento Duarte

Brasília – DF
2011

GABRIELA RIBEIRO RAMOS

**O SERVIÇO SOCIAL NO SESC/DF: A articulação entre atuação
profissional e o Projeto Ético-Político**

Monografia apresentada ao
Departamento de Serviço Social da
Universidade de Brasília como
requisito parcial à obtenção de título de
Bacharel em Serviço Social.

Monografia aprovada em _____/_____/2011

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Ms^a Janaína Lopes do Nascimento Duarte
Universidade de Brasília
(Orientadora)

Prof^a Dr^a Daniela Neves de Sousa
Universidade de Brasília
(Membro interno)

As. Danuta Dantas de Oliveira Martins
Examinadora (Membro externo)

Dedico ao tio, padrinho e amigo Vinícius (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, meu criador, meu redentor, que me sustentou e sustenta. Como não agradecer a um Deus tão bom e fiel, que me ama e me deu forças para lutar durante todo esse período de aprendizagem. Louvado seja o nome de Deus, todas as honras e glórias sejam dadas somente à Ele.

Ao meu pai, Genésio Neto, exemplo de caráter e índole. À minha mãe, Sandra, minha intercessora. À minha irmã, Lalá, minha segunda mãe. Obrigada pelo carinho, dedicação, cuidado e por estarem SEMPRE do meu lado nos momentos mais difíceis da minha vida. Vocês são a minha base, meu porto e refúgio! Louvo à Deus pela família que tenho, sem vocês eu não seria nada.

Ao André, meu namorado, amigo e companheiro. Obrigada por ter me apoiado, confiado e acreditado em mim desde o dia em que escolhi o curso. Obrigada pela paciência, de me ouvir falar e falar, de me ver nas agoniias, aflições e medos e ter sempre uma palavra sábia de ânimo. Obrigada pelas esperas longas enquanto eu realizava as entrevistas e claro pela ajuda nas transcrições e formatações deste trabalho. Você é muito especial!

A todos os colegas de graduação da turma do 1º/2008 (Jacque, Haynara, Vivi, Líris, Jacke Celso, Kaline e Lorena vocês tornaram essa trajetória bem interessante). Em especial Aninha, Zé e Mayara, por todas as discussões ricas (e que algumas vezes não nos levavam a lugar nenhum, mas sempre ricas), que proporcionaram reflexões e inquietações nesta nossa vida acadêmica. Além disso, os vários momentos de conversas, brigas e risadas. Podem ter certeza que vocês fazem parte desse processo.

Aninha, minha confidente e amiga de “faculdade”, saiba que se hoje estou aqui foi porque tive uma amiga fiel do meu lado. Obrigada pelos almoços e caronas, você não sabe como isso facilitou a minha vida. Você foi um dos maiores presentes que ganhei nessa jornada, saiba que essa vitória também é sua.

Em especial, agradeço à minha orientadora Janaína Duarte, professora, amiga e mestre que com sua tranquilidade e sugestões me ajudou prontamente na elaboração deste trabalho. Saiba que graças as suas contribuições, desde as supervisões de estágio, me

ajudaram a amadurecer como pessoa e profissional. Obrigada por estar do meu lado durante esta árdua jornada!

Bruna, Danuta e Karine vocês são exemplos de pessoa e profissional. Graças à supervisão e ajuda de vocês o estágio se tornou um rico momento de aprendizagem. Obrigada pela disponibilidade em me ajudar e me levar a inquietações que me proporcionaram crescimento.

As Assistentes Sociais que participaram desta pesquisa, sem a contribuição de vocês esse trabalho não poderia ser executado. O meu muito **OBRIGADA!**

A família, amigos e a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

Obrigada a todos!

“Porque melhor é a sabedoria do que jóias, e de todo o que se deseja nada se pode comparar com ela.”

Provérbios 8:11

RESUMO

O presente estudo trata do exercício profissional do Assistente Social no SESC/DF a fim de refletir e problematizar sua atuação nesse espaço sócio-ocupacional, no que se refere aos limites e possibilidades da ação deste profissional, articuladas ao projeto ético-político do Serviço Social. Cabe ressaltar que tal instituição se insere na lógica do “Terceiro Setor”, devido às investidas neoliberais como estratégia do capital diante da conjuntura de reestruturação capitalista. No pós-1970, em função das crises do capital, a relação Estado e sociedade sofre profundas alterações acarretando consequências na vida econômica, política e social da sociedade. Momento em que há uma desresponsabilização do Estado, ou seja, ocorre o deslocamento do trato da questão social do Estado para o “Terceiro Setor”. Essas transformações também ocasionam modificações para o Serviço Social, reconfigurando os espaços sócio-ocupacionais e requisitando novas formas de atuação para o Assistente Social. Essa pesquisa qualitativa, em que se utilizou o método dialético, teve por base a atual conjuntura que caracteriza e amplia o “Terceiro Setor”, a fim de refletir e problematizar sobre a atuação do Assistente Social, com enfoque no SESC/DF. Neste sentido, o objetivo geral deste estudo foi articular a atuação do Assistente Social no SESC/DF, inserido na lógica do “Terceiro Setor”, com o projeto ético-político profissional, considerando as determinações do projeto neoliberal na atualidade. Alguns resultados podem ser destacados: a) sobrecarga de trabalho para as profissionais, principalmente após adequação a PL30 (Lei 12317/2010); b) existem demandas potenciais para o Serviço Social no SESC/DF, como na educação e na saúde que não são atendidas na atualidade por falta de pessoal; c) as profissionais do Serviço Social buscam articular sua atuação profissional com o projeto ético-político profissional, mas há tensão entre o projeto o projeto profissional e a sua condição de trabalhador assalariado.

Palavras-chave: Projeto neoliberal. “Terceiro Setor”. Atuação profissional. Projeto ético-político.

LISTA DE SIGLAS

- ABEPSS – Associação Brasileira De Ensino E Pesquisa Em Serviço Social
CEP/IH – Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
COAST – Coordenação de Ação Social e Terceira Idade
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EDUSESC – Educação do Serviço Social do Comércio
ENESSO – Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
PESC – Programa Esportivo Social e Cidadania
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC – Serviço Social do Comércio
SESC/DF – Serviço Social do Comércio do Distrito Federal
SESI – Serviço Social da Indústria
SIA – Setor de Indústria e Abastecimento
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Brasília
TNS – Técnico de Nível Superior

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Idade	65
Gráfico 2 – Local de graduação	66
Quadro 1 – Atribuições e demandas para o Assistente Social e Competências, Atribuições, Deveres e Direitos Profissionais de acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão (LEI 8662/1993) e o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.....	71
Quadro 2 – Perfil dos usuários.....	74
Quadro 3 – Área de atuação	80

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. A REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DA RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE	18
2.1 O ESTADO E A SOCIEDADE DIANTE DO PROJETO NEOLIBERAL	19
2.2 A QUESTÃO SOCIAL E O “TERCEIRO SETOR”	28
2.3 O SESC: ORIGEM, TRAJETÓRIA E ATUALIDADE	36
2.3.1 O ASSISTENTE SOCIAL NO SESC/DF: A COORDENAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL E TERCEIRA IDADE – COAST	41
3. O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL.....	45
3.1 UMA RECUPERAÇÃO DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL.....	46
3.2 DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA ATUAL CONJUNTURA: LIMITES E POSSIBILIDADES	60
4. O SERVIÇO SOCIAL NO SESC/DF: ATRIBUIÇÕES E RESPOSTAS PROFISSIONAIS	66
4.1 PERFIL DAS PROFISSIONAIS ENTREVISTADAS.....	66
4.2 DEMANDAS E ATRIBUIÇÕES DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO SESC/DF.....	72
4.3 OS USUÁRIOS DO SERVIÇO SOCIAL.....	75
4.4. PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS ASSISTENTES SOCIAIS ENTREVISTADAS	78
4.5. DEMANDAS POTENCIAIS	81
4.6 O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NO COTIDIANO PROFISIONAL.....	84
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	97

ANEXOS	106
ANEXO N° I	106
ANEXO N° II	108
ANEXO N° III	110
ANEXO N° IV	112
ANEXO N° V	113

1. INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970, momento que demarca a reestruturação do capitalismo, há um redimensionamento das relações Estado e sociedade norteado pelo projeto neoliberal. O Estado classista passa a mediar as relações do capitalismo e é desresponsabilizado quanto às respostas às sequelas da questão social, ao mesmo tempo em que a responsabilidade destas é passada para a sociedade civil. Portanto, o processo de reestruturação gera significativas transformações sociais, econômicas e políticas na vida da sociedade, bem como estabelece uma nova dinâmica que contribui para o crescimento e caracterização do “Terceiro Setor”.

O “Terceiro Setor” como uma nova forma de resposta às sequelas da questão social impõe uma nova lógica à sociedade, apropriando-se do voluntariado, da filantropia e principalmente da responsabilidade social. Percebe-se um deslocamento do trato da questão social do Estado para o este “setor”, e consequentemente, estabelece políticas sociais pontuais, fragmentadas, emergenciais, assistenciais, privatizadas, precarizadas e focalizadas. Logo, observa-se uma desconfiguração das políticas sociais, ou seja, uma descaracterização dos direitos sociais da sociedade.

Portanto, tendo em vista a atual conjuntura de transferência de responsabilidade do público para o privado o Serviço Social do Comércio – SESC – que é uma instituição nacional, de direito privado, sem fins lucrativos, criado e mantido pelo empresariado do setor do comércio, turismo e serviços, e que pode ser caracterizado, dentro dessa lógica neoliberal, como uma “instituição pública não estatal”.

Desta forma, observando as novas imposições da ordem hegemônica, a trajetória histórica do Serviço Social e as novas imposições à profissão na contemporaneidade, conclui-se que devido ao cenário contemporâneo abre-se, um novo campo sócio-ocupacional para a atuação do Assistente Social, ou seja, o “Terceiro Setor” interferindo e requisitando o exercício profissional do Serviço Social.

Por isso, pensando na reestruturação do capital, nas novas configurações da relação Estado e sociedade e na profissão do Serviço Social dentro dessa conjuntura, constitui-se como objeto de estudo do presente trabalho a articulação entre a atuação do Assistente Social no SESC/DF, inserido na lógica do “Terceiro Setor”, com o projeto ético-político profissional, considerando as determinações do projeto neoliberal na

atualidade. Em que se questiona: como se dá a atuação do Assistente Social, na atualidade, no SESC/DF tendo em vista o projeto ético-político profissional?

O interesse pela temática surgiu no decorrer do estágio supervisionado realizado no ano de 2010 na unidade Sede Administrativa do SESC/DF, no qual foi possível estabelecer a relação teoria e prática, através da observação da atuação do Assistente Social e da atuação como estagiária no campo, particularmente com a formulação e implementação de um projeto de intervenção¹, que teve como principal objetivo estimular a reflexão sobre o que é Serviço Social na instituição e o que compete a tal profissão, à luz do projeto ético-político contemporâneo.

A partir do exposto delimitou-se como objetivo geral deste estudo: articular a atuação do Assistente Social no SESC/DF, inserido na lógica do “Terceiro Setor”, com o projeto ético-político profissional, considerando as determinações do projeto neoliberal na atualidade.

E por objetivos específicos:

- 1) Elucidar as principais demandas para o Serviço Social no SESC/DF a partir da conjuntura neoliberal e expansão do “Terceiro Setor”;
- 2) Identificar as atribuições do Assistente Social nos programas desenvolvidos pelo Serviço Social;
- 3) Destacar as respostas profissionais dos Assistentes Sociais no SESC; e
- 4) Indicar a articulação entre tais respostas profissionais com o projeto ético-político profissional.

Para tanto a pesquisa foi dividida em dois eixos temáticos de análise para melhor compreensão do nosso objeto. O primeiro eixo foi a investigação geral das transformações e da atual conjuntura a partir da reestruturação capitalista, norteada pelo projeto neoliberal; e o segundo eixo teve sua fundamentação na recuperação da trajetória sócio-histórica da profissão, no Serviço Social contemporâneo, no projeto ético-político profissional do Serviço Social e na atuação profissional em organizações do “Terceiro Setor”, com enfoque no SESC/DF.

¹ Ver anexo I.

Desta forma, a escolha da metodologia foi baseada na busca de uma reflexão e problematização da atuação profissional do Assistente Social no SESC/DF, a partir de uma pesquisa qualitativa.

De acordo com Minayo (2004), metodologia é a inclusão de concepções teóricas para se abordar determinado assunto, em que temos o conjunto de técnicas a serem utilizadas para possibilitarem a construção da realidade a partir da criatividade do pesquisador. Com isso e tendo em vista o objetivo, se fez necessário o uso do método da pesquisa qualitativa, a qual “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.” (idem, 2004, p. 22). Buscamos, também, utilizar uma abordagem dialética, que a autora afirma ser uma maneira de relacionar o “conhecimento exterior do sujeito” e seus significados sociais, gerando a capacidade de compreender o todo.

Para tanto se realizou os seguintes procedimentos:

- 1) Levantamento bibliográfico e documental: foi realizada uma pesquisa e classificação de bibliografias acerca do assunto abordado nesta pesquisa, bem como de documentos do SESC/DF que ajudaram a subsidiar o estudo proposto;
- 2) Foram realizadas entrevistas mediante roteiro estruturado – anexo II – com as Assistentes Sociais do SESC/DF, com o intuito de apreender a atuação profissional na instituição, particularmente demandas, atribuições e respostas profissionais;
- 3) Organização e análise dos dados obtidos para viabilizar a formulação do estudo; e
- 4) Redação do trabalho de conclusão de curso.

Os sujeitos dessa pesquisa foram os profissionais de Serviço Social, sendo elas quatro Assistentes Sociais que exercem sua prática profissional no SESC/DF, ou seja, em suas unidades operacionais nos programas sociais desenvolvidos na instituição. Vale ressaltar que a escolha dessas unidades teve como critérios:

- 1) Serem unidades vinculados ao SESC/DF;
- 2) Unidades que tenham programas em que se encontra inserido o Serviço Social;
- 3) Unidades que contam com a atuação profissional do Assistente Social;
- 4) O consentimento e apoio da instituição para realização da pesquisa; e
- 5) O interesse dos Assistentes Sociais em contribuírem com a pesquisa.

Na pesquisa de campo² o instrumental utilizado para coletar os dados foi a entrevista estruturada por meio de um roteiro³, a fim se ter questões norteadoras para que seja possível abordar o assunto proposto em diferentes dimensões, de acordo com Mara⁴ (s/d). Esse momento da pesquisa conferiu uma série de cuidados éticos, como o direito de recusa do entrevistado a qualquer momento da entrevista em responder as perguntas que possam lhe causar qualquer tipo de constrangimento, bem como o anonimato garantido em todos os momentos da pesquisa e para todos os entrevistados. Para isso, foi necessário um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – anexo III – sendo que uma via ficou com o entrevistado e a outra com o pesquisador.

Além disso, foi necessário que o projeto desta pesquisa fosse submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília – CEP/IH – a fim de garantir proteção aos profissionais envolvidos nessa pesquisa. Ressalta-se que o CEP/IH tem o papel “educativo, cabendo-lhe registrar, avaliar, monitorar e acompanhar as pesquisas com seres humanos, principalmente as desenvolvidas em ciências humanas pela Universidade de Brasília” (CEP/IH, 2007)⁵.

Para a formulação e sistematização do estudo, este Trabalho de Conclusão de Curso se constitui de três capítulos. No primeiro capítulo, contextualizamos a reestruturação capitalista no pós-1970, a fim de estudar e aprofundar o conhecimento sobre as transformações societárias, a reconfiguração do Estado diante das imposições do projeto neoliberal e a análise do “Terceiro Setor” no enfrentamento das sequelas da questão social, bem como a caracterização do SESC/DF.

No segundo capítulo, analisamos a atuação profissional do Assistente Social na atualidade. Para tanto se fez necessário uma recuperação da trajetória sócio-histórica do Serviço Social e a análise da importância e emergência da profissão na sociedade capitalista. Também se buscou estudar sobre a constituição, a função e os principais

² “Partindo da *construção teórica do objeto de estudo*, o campo torna-se um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos de estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos” (NETO, 2004, p.54, grifos do autor).

³ Ver anexo II.

⁴ MARA, Silvana. **Considerações sobre a realização da entrevista na atividade de pesquisa.** Texto (mimeo) s/d.

⁵ Esta pesquisa foi aprovada pelo CEP/IH no dia 07 de outubro de 2011(Documento de notificação de aprovação do projeto de pesquisa – Anexo IV).

desafios que o profissional encontra na implementação do projeto ético-político profissional e refletir sobre a profissão na contemporaneidade, ou seja, sobre os limites e possibilidades de atuação na atual conjuntura.

O terceiro capítulo consiste na análise das entrevistas com os Assistentes Sociais do SESC/DF, momento em que foram analisadas e discutidas para que fosse possível a reflexão sobre a relação entre o projeto ético-político e o exercício profissional do Assistente Social na instituição, tendo em vista seus limites e possibilidades de atuação.

Nas considerações finais foram sistematizadas as principais reflexões deste estudo, a fim de contribuir para a análise crítica do exercício profissional do Serviço Social em instituições do “Terceiro Setor”, particularmente no SESC/DF.

A presente pesquisa se faz relevante devido à necessidade de discussão da profissão na contemporaneidade nos diversos espaços sócio-ocupacionais e, no nosso caso, em uma instituição do “Terceiro Setor” que vem demarcada pela lógica neoliberal como resposta à reestruturação do capital.

Essa pesquisa, portanto, busca contribuir para a reflexão sobre a atuação profissional na instituição em questão, sobre a necessidade e emergência do exercício profissional do Serviço Social no SESC/DF tendo em vista: debater sobre estratégias de atuação e sobre a expansão deste espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social. Ressalta-se que este estudo não tem por finalidade criticar ou esgotar o debate sobre o trabalho do Assistente Social no SESC/DF, mas sim problematizar e refletir sobre a sua atuação na contemporaneidade.

2. A REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DA RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE

O presente capítulo tem por objetivo estudar e aprofundar o conhecimento sobre as transformações societárias e a reconfiguração do Estado e da sociedade diante das imposições do projeto neoliberal, o que proporciona uma reflexão sobre as transformações políticas, econômicas e sociais da sociedade, marcadas pelo processo de desresponsabilização do Estado e, ao mesmo tempo, responsabilização da sociedade pelo enfrentamento das expressões da questão social.

Cabe ressaltar que a dinâmica da sociedade capitalista é determinada pelo advento de crises que lhe impõe a necessidade de respostas e estratégias para a sua reconfiguração hegemônica. No âmbito das estratégias capitalistas situa-se o “Terceiro Setor”, atuando no tratamento das sequelas da questão social, no qual a responsabilidade é passada do público para o privado, configurando um Estado mínimo para o social.

O que ocorre é que o privado torna-se parceiro do público, logo se tem uma parceria com o “Terceiro Setor”, caracterizado por instituições como ONG’s e entidades filantrópicas, a exemplo o Serviço Social do Comércio do Distrito Federal (SESC/DF), que passa a atuar na área social.

Vale ressaltar, de acordo com Montaño (2003, p. 16), que neste estudo o uso do termo “Terceiro Setor” será empregado com aspas, pois poderá ser observado neste capítulo que o seu conceito está carregado de debilidades, sua origem está atrelada a visões “segmentadoras da realidade, setorializadoras da realidade social” distanciando-se do referencial teórico-metodológico que será utilizado para a análise desse fenômeno que está profundamente ligado à reestruturação do capital, no que diz respeito à transferência da responsabilidade de respostas às sequelas da questão social do Estado para a sociedade civil; portanto, caracteriza-se como um conceito ideológico, com o papel de desarticular a realidade.

2.1 O ESTADO E A SOCIEDADE DIANTE DO PROJETO NEOLIBERAL

A sociedade e o Estado se encontram inseridos na lógica capitalista, que sofre alterações com o passar dos anos em função das crises; por isso é necessário analisarmos os papéis da sociedade e do Estado perante essas crises do capitalismo e as suas estratégias de enfrentamento, principalmente no pós-1970 em que o projeto neoliberal impõe novas características à relação Estado e sociedade.

Com o passar dos anos há uma modificação do capitalismo, que passa por períodos de crescimento e, também, por momentos de estagnação. Por isso, na dinâmica do capital, é possível observar diversas crises no decorrer de sua história, as quais, de acordo com Mota (2009), são próprias do capitalismo e de seu desenvolvimento, sendo, portanto, uma característica presente na ordem capitalista.

A autora afirma que “as crises expressam um desequilíbrio entre a produção e o consumo, comprometendo a realização do capital” (MOTA, 2009, p. 53), ou seja, quando a produção é maior que o poder de compra da sociedade há um excesso de estoques, uma alta taxa de acumulação de mercadorias, afetando dessa forma a lógica capitalista.

Como consequência das crises, observa-se uma queda nas transações mercantis, o aumento de produtos em estoques, baixa nos índices de produção destas mercadorias, falências, desemprego em massa, empobrecimento da sociedade, queda dos lucros, e, assim, uma maior queda nas taxas de consumo. Logo, esses colapsos econômicos provocam um caos na ordem econômica, política e social.

Por isso, conforme se dão as crises há a necessidade de uma reestruturação/restauração do capital. Como esses colapsos são partes funcionais do capital, geram transformações nesse modo de produção e, conforme aconteçam, determinam as condições dessa reestruturação/restauração.

[...] as crises não ocasionam, mecanicamente, um colapso do capitalismo. Elas deflagram um período histórico de acirramento das contradições fundamentais do modo capitalista de produção que afetam sobremaneira o ambiente político e as relações de força entre as classes. Por ocasião das crises, deflagra-se um processo no qual mudanças significativas ocorrem, sejam elas no interior da ordem, sejam em direção a um processo revolucionário, dependendo das condições objetivas e das forças sociais em confronto. (MOTA, 2009, p. 54)

Durante os anos que seguem o segundo pós-guerra⁶, o capitalismo atravessou uma fase de expansão – onde o capitalismo concorrencial perde espaço para o capitalismo monopolista – e com isso passou por profundas modificações na sua ordem e dinâmica transformando a estrutura social, econômica e política da sociedade. Momento em que nos deparamos com a constituição do *Welfare State*, firmado pelos paradigmas do fordismo e do keynesianismo⁷, a ampliação de empregos e salários, de avanços tecnológicos e um forte caráter extra-interventor econômico, momento de “refuncionalização e redimensionamento da instância por excelência do poder extra-econômico, o Estado” (NETTO, 2011, p. 24), ou seja, momento em que o papel do Estado é de garantir os lucros do capitalismo monopolista através de toda a base para a classe hegemônica.

Para Netto (1996), a construção do capitalismo monopolista surge a partir da emergência de um “objetivo primário”, de se elevar os lucros do capital; passa-se a ter uma nova dinâmica da economia: preços e lucros são mais altos, setores que se destacam pela concorrência são foco de ação, têm-se a utilização de novas tecnologias e o aumento dos custos de venda.

Tais processos de transformações perduram até a década de 1970, momento em que o mundo passa por “transformações societárias”⁸, devido à necessidade de se encontrar respostas para a crise que se inicia, após os novos processos vividos pelo capitalismo monopolista que geraram grandes impactos no processo de acumulação do capital, na sua gestão e no modo de vida dos trabalhadores.

A nova crise do capital fez com que o fordismo, o keynesianismo e o *Welfare State* perdessem seus referenciais. O capitalismo passa por uma reestruturação que busca uma

⁶ Ressalta-se que o SESC surge no Brasil no ano de 1946, como veremos neste capítulo no item 1.3

⁷ Surgi um novo modo de produção para o consumo em massa, que tem por base linhas de montagem a fim de se ter maior ganho e produtividade. Época essa em que gera expansão do capital e dos direitos sociais. Momento este considerado como uma “onda longa expansiva do capitalismo” (MANDEL, 1990 apud MOTA, 2009, p. 5).

⁸ Termo utilizado por Netto (1996) que caracteriza a reconfiguração de necessidades sociais, bem como a criação de novas necessidades por meio da “metamoforse” da produção e da reprodução da sociedade, atingindo, em todos os patamares, a divisão sociotécnica do trabalho e gerando novas configurações sociais, políticas e econômicas da sociedade.

redefinição de sua base econômica e uma ofensiva ideopolítica, por meio dos ideais neoliberais, para a reconstrução hegemônica do capital, (MOTA, 2009), através de uma ação da burguesia de reação à crise, particularmente iniciado nos anos de 1970.

Ou seja, o capitalismo passa por um redimensionamento norteado pelo projeto neoliberal, que é caracterizado por Behring (2003) como estratégia ideológica, a partir da necessidade de se implementar um novo ajuste, pautado em um processo de reestruturação política, econômica e social.

Vale lembrar que, em uma conjuntura de crise, a reestruturação da produção e a reorganização dos mercados são iniciativas inerentes ao estabelecimento de “um novo” equilíbrio, que têm como exigência básica a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de produção do capital, afetando tanto a esfera da produção quanto as relações sociais. (MOTA e AMARAL, 1998, p.27)

De acordo com Behring e Boschetti (2008, p. 116) essa crise se caracterizou pela “crise clássica de superprodução”, em que se observa o agravamento do desemprego e a queda dos lucros, gerando dificuldades na socialização da mais-valia e com isso há uma superprodução interligada à superacumulação.

O Projeto Neoliberal, então, passa a ser a resposta para a reestruturação capitalista diante dessa conjuntura, ou seja, de acordo com Duarte (2007) é a concepção de um projeto do capitalismo que resultará em respostas necessárias para essa reestruturação do capital, que acarretará consequências tanto para a realidade do sujeito quanto para as relações sociais, alterando, dessa forma, o modo de organização da sociedade e do Estado. Portanto,

O neoliberalismo é a expressão do projeto societário do capital que operacionaliza as alterações necessárias ao processo de reestruturação no final do século XX até os dias atuais, repercutindo na vida dos sujeitos e nas relações sociais. (idem, 2007, p.26)

Ressalta-se que a reestruturação capitalista buscou expandir a acumulação e fez com que conquistas sociais perdessem força na relação capital e trabalho. Sinaliza um momento de revolução tanto tecnológica quanto organizacional do Estado, do capital e da sociedade – gerando desemprego estrutural e se tornando uma nova forma de se obter lucro. Logo, garante uma nova forma de acumulação do capital; de acordo com Montaño (2003, p. 16), a reestruturação capitalista é a:

[...] flexibilização dos mercados nacional e internacional, das relações de trabalho, da produção, do investimento financeiro; o afastamento do Estado das suas responsabilidades sociais e da regulação social entre capital e trabalho permanecendo, no entanto, instrumento de consolidação hegemônica do capital mediante seu papel central no processo de desregulação e (contra-)reforma estatal, na reestruturação produtiva, na flexibilização produtiva comercial, no financiamento ao capital, particularmente financeiro.

Os pressupostos neoliberais ganham espaço no momento em que se observa a necessidade de inclusão dos países na lógica do capital contemporâneo e, por isso, busca-se o ganho de maior lucro por meio da articulação de dois fatores: a reestruturação produtiva e a mundialização capitalista.

A reestruturação produtiva é caracterizada pelas revoluções organizacionais da produção e da tecnologia que ratificam “a assertiva mandeliana (reforçada por Husson, 1999) da corrida tecnológica em busca do diferencial de produtividade do trabalho, como fonte de superlucros” (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 124). Esta reestruturação produtiva é caracterizada pelas altas taxas de desemprego, pelo trabalho precarizado, pela desregulamentação de direitos e pela diminuição com gastos sociais. A busca por altos níveis de lucros, a partir destas revoluções, gera um ambiente instável, de crescimento e pleno emprego para o trabalhador.

O trabalhador, em função das novas imposições neoliberais, se encontra em uma nova forma de relação de trabalho (instável, informal e precarizado), perde o poder de organização e resistência no que se refere à luta por direitos sociais. Ou seja, de acordo com Behring (2003), a reestruturação produtiva é uma forma de exploração da classe trabalhadora a fim de se expandir as taxas de lucro e, assim, ocorre um retrocesso nas conquistas sociais:

[...] reestruturação produtiva [...] um processo de superexploração da força de trabalho para ampliar a taxa de mais-valia e de lucro, mas sem preocupação com o crescimento e com os efeitos de barbarização da vida social daí decorrentes [...] trata-se de uma reação insuficiente no sentido de promover crescimento e algum nível de redistribuição de renda e acesso ao consumo para as maiorias – o que leva a uma crise de legitimidade do capitalismo e a um retrocesso nas conquistas democráticas. Mas é suficiente para resgatar a rentabilidade do capital, por sobre a derrota dos trabalhadores fundada na insegurança. (idem, 2003, p.40)

Como segundo fator, a mundialização capitalista afirma a necessidade de dissolução do Estado e do capital nacional, pois é necessário que o Estado nacional esteja pronto para receber o capital estrangeiro. Ou seja, o capital torna-se cada vez mais mundializado, por meio de multinacionais e oligopólios. É necessário que ocorra uma reforma nos Estados nacionais a fim de tornarem seus capitais atrativos e, dessa forma, garantir a manutenção e conservação dentro do sistema capitalista, ampliando possibilidades de lucro e garantindo uma maior subordinação e integração à ordem do capital.

Portanto, conclui-se que o projeto neoliberal possui orientações e condições para a integração de um país na dinâmica do capitalismo na contemporaneidade por meio da reestruturação produtiva e da mundialização, gerando adaptação, flexibilidade, competitividade e atratividade para que se tenha uma rentabilidade do capital. (BEHRING, 2009).

De acordo com o discurso neoliberal, a classe trabalhadora, devido ao Estado *Welfare State*, estava cheia de poderes e privilégios referentes aos direitos sociais (BEHRING e BOSCHETTI, 2008). Por isso, a partir da crise de 1970, há uma regressão dentro das lutas de classe para os trabalhadores. Tem-se um novo perfil das políticas econômicas e sociais e uma nova configuração da relação Estado e sociedade. Vale ressaltar que tais estratégias são consideradas argumentos neoliberais para uma nova configuração econômica, política e social.

Portanto, o que temos é uma contra-reforma das conquistas anteriores, principalmente dos direitos sociais (idem, 2008). Pois o que ocorre é um movimento, orientado pelo capital, que busca anular direitos, atores sociais e políticos, ou seja, um retrocesso social na medida em que observamos as condições de vida da classe trabalhadora e da sua atuação política, logo, gerando uma transformação no mundo do trabalho e do mercado (BEHRING, 2003).

A precarização do trabalho, a introdução de novas tecnologias e uma nova organização de produção e acumulação são características dessa nova conformação. Há uma dominação e submissão ao capital, gerando, assim, uma contra-reforma e afastando do indivíduo a garantia concreta dos seus direitos.

Diante da crise e das estratégias neoliberais observa-se a formação de novas modalidades de controle capitalista sobre o trabalho, gerando uma transformação moral, intelectual e cultural que é imposta por essa nova lógica capitalista, e consequentemente imposta pela classe dominante, a fim de favorecer a hegemonia capitalista; de acordo com Mota e Amaral (1998, p. 36):

O objetivo é formar uma determinada cultura do trabalho que, incorporando as necessidades do processo de acumulação, apresente-se como alternativa de enfrentamento da crise econômica e social. Essa cultura difunde o conservadorismo das saídas possíveis e do sacrifício de todos, estimulando a “indiferenciação” de projetos políticos como modo privilegiado de administração da desigualdade social.

Houve uma interrupção nos investimentos e gastos sociais a partir de uma reconfiguração das políticas sociais⁹, que passam a ter como características a seletividade e a restrição. As novas configurações são, portanto, conservadoras a fim de garantir a hegemonia capitalista por meio de políticas sociais fragmentadas, setorializadas e focalizadas.

Cabe destacar que, no Brasil, a Constituição de 1988, formulada pela Assembléia Nacional Constituinte, é resultado de grandes lutas da classe trabalhadora na direção da garantia de direitos aos segmentos da sociedade, sendo caracterizado como um momento pós-ditatorial, em que ocorre uma abertura política que impulsiona intensas mudanças no país.

Entretanto, no Brasil, o avanço de direitos sociais se deu ao mesmo tempo em que a política internacional questionava a intervenção estatal, devido à crise da década de 1970, ou seja:

[...] o modelo democrático da Constituição de 1988 emerge no Brasil no momento sócio-histórico mundial em que a intervenção estatal tornava-se sinônimo de “atraso”, “empecilho” ao crescimento, significando a não inserção no mundo capitalista contemporâneo. (DUARTE, 2007, p. 42)

Neste sentido, há uma imposição da política econômica internacional, para que o Brasil atraísse investimento de capital estrangeiro, a partir de uma desregulamentação dos

⁹ Analisaremos a reconfiguração e suas consequências mais adiante deste capítulo no item 1.2

direitos sociais garantidos pela nova constituição. Ou seja, a garantia de direitos, assegurada pela Constituição de 1988, passa a ser limitada, pois se deu através da ação de elites, a fim de manter a reprodução da ordem capitalista, e com isso, surge uma ““nova cultura”, produzida pela ordem burguesa internacional”. (SIMIONATTO, 2006, p.3)

A partir das novas configurações, em função da ofensiva do capital, uma nova modalidade de ação capitalista emerge por meio da ação privada: a imposição de uma atuação da sociedade civil.

O uso dessa categoria, no contexto de reestruturação do capital, está caracterizada pela concordância social, harmonia e ação autônoma da sociedade para ampliar e garantir direitos tanto civis, quanto políticos. Porém, esquece-se que essa categoria está vinculada ao movimento de lutas e defesas dos diferentes e antagônicos projetos societários; assim, de acordo com Netto (2004), o que ocorre é uma desqualificação no uso dessa categoria.

Para este autor a sociedade civil é a estrutura que está articulada a uma parte da superestrutura do Estado e, então, é uma expressão desta sociedade. Netto ainda coloca a importância de uma compreensão rigorosa da sua estrutura e afirma que:

[...] estrutura e superestrutura distinguem-se analiticamente, mas constituem uma totalidade de alta complexidade – e se o *momento* determinante reside na sociedade civil, esta determinação não elide a retroação sobre ela da superestrutura jurídica e política, tanto mais porque as contradições existentes na sociedade civil, onde operam interesses antagônicos, tensionam mediamente a totalidade em causa e ativam formas de ação social quando aqueles interesses são tomados (na sua realidade essencial ou através de representações mistificadas) como objeto passível de intervenção. Então, mobilizam classes e segmentos de classes – este é o espaço próprio da política. (NETTO, 2004, p.67)

Conclui-se então que a sociedade civil é lugar de antagonismo e contradição, um espaço de lutas entre as classes antagônicas; contudo, é utilizada como meio de consciência e regulação social para responder aos interesses da classe hegemônica desta sociedade. O que ocorre é a caracterização da sociedade civil como uma associação desestruturada, homogeneizada e com “autonomia política”, como se pode observar:

A sociedade civil passa a significar a esfera das associações voluntárias, dos espaços públicos dotados de autonomia e auto-organização em relação ao Estado e ao mercado, de solidariedade social, do discurso, da ação comunicativa. Essas organizações visariam apenas processos de

formação de identidade, produção de solidariedade e argumentação moral visando à constituição de uma esfera pública entre o mercado e o Estado (DURIGUETO, 2005, p. 87 e 88)

Para tanto é necessário que se incorpore a legitimidade da ação da sociedade civil a uma atuação como estratégia de subordinação da sociedade à lógica da reestruturação do capital, ou seja, à lógica neoliberal. Com isso observa-se que é dada uma centralidade à sociedade civil por meio de três processos (AMARAL, 2009, p. 61), para que responda os paradigmas que surgem com uso desta categoria, são eles:

[...] o primeiro deles, as determinações e exigências do atual processo de acumulação capitalista que expressa o movimento de reestruturação do capital; o segundo – articulado ao primeiro processo – as mudanças na relação entre Estado – Sociedade [...], e por último, [...], a necessidade de adequar as estruturas burocráticas do Estado às exigências do atual estágio de desenvolvimento capitalista [...]

Então, de acordo com Amaral (2009), faz-se necessário atribuir novas configurações à sociedade civil e legitimidade para que esta passe a ser mecanismo de enfrentamento das desigualdades sociais. Essa legitimidade se dá por meio de uma reforma do papel do Estado e da sociedade, onde temos a redução da ação estatal, particularmente na área social, a fim de que se mantenha a ordem capitalista.

A partir disso passam a ser usados os conceitos cidadania e democracia, bem como a naturalização e universalização das práticas e ideais burgueses inseridos na ação da sociedade civil, ou seja:

Estamos assistindo condições históricas, sociais, políticas e econômicas que condensam as relações sociais capitalistas sob novas formas e que complexificam o conceito de sociedade civil, levando o pensamento neoliberal a recuperá-lo, imprimindo uma outra direção que evidencia a dimensão universalizadora, integradora, ampliada e despolitizada da sociedade civil, em contraposição às referências classistas que marcam a sociedade capitalista e que devem ser abandonadas para que os neoliberais realizem seu programa. (AMARAL, 2009, p. 64)

Portanto, a ideologia da sociedade civil é norteada pelo projeto neoliberal que decreta autonomia a esta categoria em relação ao Estado, já que este passa a atuar em favor da classe dominante por meio do apelo de ações estatais integradas às ações da sociedade a fim de neutralizar conflitos e garantir ao capital a manutenção da sua ordem.

O Estado democrático e de direito é anulado, desconsiderando o espaço das lutas de classes para que o capitalismo seja mantido e ampliado gerando segurança na acumulação de lucros da classe dominante e garantindo somente “certo nível de “conquistas” sociais”, de acordo com Montaño (2003, p.18).

Por isso, com a reestruturação do capital diante da crise é necessário um redirecionamento da intervenção do Estado e das relações sociais, no qual se inicia um novo movimento na atuação social. A sociedade civil passa a exercer o papel de agente responsável pelas respostas às sequelas geradas pelo capitalismo por meio de ações voluntárias, filantrópicas e de solidariedade.

Nessa perspectiva, a sociedade civil é transformada em instrumento para a operacionalização da estratégia do projeto neoliberal de desresponsabilização do Estado e do capital com as respostas à “questão social”, particularmente no que se refere às políticas sociais. (DURIGUETO, 2005, p. 90)

Vale ressaltar que essa desresponsabilização do Estado não é feita por se acreditar que a classe trabalhadora será atendida com mais eficiência, muito menos para reduzir os gastos estatais, mas na verdade significa uma ação político-ideológica de descaracterização dos direitos universais, culpabilizando o indivíduo pelas mazelas vividas em consequência da desigualdade gerada pelo capitalismo.

Os serviços sociais passam a ser prestados pelas instituições “públicas não-estatais” (DURIGUETO, 2005, p. 90), que passam a compor o chamado “Terceiro Setor”. Ou seja, o campo de atuação da sociedade civil regido pela lógica da solidariedade, do voluntarismo e da filantropia.

Portanto, através da responsabilização da sociedade civil, observa-se uma nova forma de assistência para a classe trabalhadora, diminuindo assim seus direitos sociais por meio de uma privatização das respostas às sequelas da questão social a partir da reestruturação capitalista, onde a classe dominante busca manter sua hegemonia.

Nesse sentido, com a inclusão das medidas neoliberais, será discutida no próximo item a categoria questão social e a atuação do “Terceiro Setor”, como estratégia neoliberal de enfrentamento das mazelas da sociedade contemporânea.

2.2 A QUESTÃO SOCIAL E O “TERCEIRO SETOR”

Diante do exposto no item anterior, observa-se que o projeto neoliberal gera impactos no enfrentamento da questão social, pois transfere sua responsabilidade no trato à questão social, particularmente no que se refere às políticas sociais¹⁰, para um novo setor “público não estatal”, por isso é necessário uma breve reflexão acerca da questão social e deste novo setor denominado “Terceiro Setor” que é composto por diversas organizações da sociedade civil como fundações, instituições, ONG’s, dentre outras.

A questão social é tratada na ordem econômico-política, no qual o Estado classista, ou seja, o Estado burguês, oculta a sua parcialidade classista realizando sua política social – seu instrumento utilizado para administrar as sequelas da questão social atendendo as exigências capitalistas – como forma de controle e de preservação da força de trabalho. O Estado passa a ser um mediador de interesses divergentes, o qual fragmenta e parcializa as sequelas da questão social por meio de suas políticas caracterizadas pela criteriosidade quanto à seleção dos usuários para terem seus direitos sociais atendidos.

De acordo com Netto (2011) a expressão questão social surgiu a partir da Revolução Industrial do século XVIII, momento em que surge o pauperismo da classe do proletariado no estágio concorrencial e industrial do capitalismo¹¹. No século XIX a questão social passa a ser termo utilizado pela massa conservadora, onde há a compreensão da relação capital e sociedade e com isso a naturalização desta categoria na sociedade e enxerga-se a necessidade de intervenção para que se mantenha a hegemonia da massa dominante. Ressalta-se que com o fim da expansão do capitalismo, que teve início após a Segunda Guerra Mundial, e com excessivos processos de pauperismo se faz necessário um compromisso social da sociedade, de acordo com os ideais do neoliberalismo.

A partir do momento que a classe trabalhadora passa a se conscientizar da sua condição de classe explorada, ocorre o desdobramento da questão social, no século XIX,

¹⁰ De acordo com Netto (2011) a política social é a forma de manutenção e administração das expressões da questão social atendendo as demandas do capitalismo monopolista.

¹¹ “Pela primeira vez na história registrada, *a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas.*” (NETTO, 2011, p. 153, grifos do autor)

e se dá início às lutas por direitos e melhores condições de vida e trabalho – os movimentos sociais – contra a hegemonia política e econômica da classe burguesa, como pode ser observado:

O desdobramento da questão social é também a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses (IAMAMOTO, 2011, p.135).

Deste modo, a questão social é a conscientização, a formação e o desenvolvimento da classe trabalhadora no cenário político da sociedade, expressando assim as contradições/desigualdades entre a classe hegemônica e a classe do proletariado, sendo “constitutiva das relações sociais capitalistas” (IAMAMOTO, 2001, p.10).

A questão social não pode ser separada do processo de acumulação do capital e dos efeitos que esta gera para a classe trabalhadora e, consequentemente, está indissociável das configurações da relação capital e trabalho que acabam por determinar disputas entre os projetos (econômicos, sociais e políticos) antagônicos das classes sociais.

Com a evolução e novas características da ordem capitalista e as transformações contemporâneas, a questão social passa a ser qualificada, de acordo com o discurso hegemônico, como uma “nova questão social”¹², logo, são necessárias novas respostas¹³ para que seja enfrentada; ou seja, respostas que estejam mais adequadas à atual conjuntura, como Pastorini (2004, p. 16) observa:

Os defensores da “nova questão social” partem do pressuposto de que as mudanças ocorridas no mundo capitalista contemporâneo marcam uma ruptura com o período capitalista industrial e com a questão social na primeira metade do século XIX [...] entram em cena os “novos sujeitos”, “novos usuários” que teriam “novas necessidades”. Essas novidades seriam produto da transformação da sociedade capitalista

¹² Em sua tese de mestrado Duarte (2007, p.72) cita o autor Robert Castel como um defensor da concepção da “nova questão social”, pois “Castel (1999) julga que uma “nova questão social” se apresenta pautada nas mudanças históricas contemporâneas: ausência de emprego formal, emergência das inovações tecnológicas e as consequentes relações de trabalho; o que caracteriza, para o autor, uma questão social diferenciada da questão que emergiu no século XVIII.”

¹³ De acordo com Montaño (2010, p.187) “a recorrente afirmação de que existiria hoje uma “nova questão social” tem, no fundo, o claro, porém implícito, objetivo de justificar um novo trato à “questão social”; assim se há uma nova “questão social”, seria justo pensar na necessidade de uma nova forma de intervenção nela, supostamente mais adequada às questões atuais”.

vividas mundialmente, a partir de meados dos anos 70, que trazem consigo a necessidade de redefinir os modos de regulação econômicos e sociais.

Esta afirmativa de que existe uma “nova questão social” colabora com a transferência de responsabilidade do trato à questão social do Estado para a sociedade civil, uma vez que o fundamento seria a insuficiência do Estado no atendimento da “nova questão social”, sendo utilizada como justificativa para a nova forma de enfrentamento da questão social, por meio da expansão dos serviços prestados pelo “Terceiro Setor”.

Porém, como foi visto anteriormente, a questão social é a expressão da contradição da relação entre as classes fundamentais do capital e do trabalho, a qual continua sem alterações na atualidade (vivemos na mesma sociedade capitalista). Logo, se esta relação permanece sem modificações e há uma nova configuração da ordem do capital, o que ocorre é uma alteração nas expressões da questão social (na verdade, um agravamento destas expressões):

[...] a indicação é de que *presencia-se* hoje *uma renovação da velha questão social*, inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, *sob outras roupagens e novas condições sócio-históricas de sua produção/reprodução na sociedade contemporânea*, aprofundando suas contradições. (IAMAMOTO, 2001, p.18, grifos da autora)

Portanto a partir dos anos de 1970, momento de reestruturação do capital, a sociedade capitalista passa por transformações, o que colaborou com o surgimento de “novas roupagens da questão social” (IAMAMOTO, 2001) ao invés de uma “nova questão social”.

A apropriação de uma “nova questão” é, então, uma estratégia da classe dominante diante da manutenção/ampliação da ordem capitalista, ou seja, justificativa para a crescente desresponsabilização do Estado e para o novo trato à questão social ao integrar a sociedade civil neste processo como responsável direta por estas respostas.

Neste sentido, o que ocorre é uma desconfiguração das políticas sociais, distanciando-se da lógica do direito social, principalmente a partir do estímulo e da legitimação de atendimentos orientados pela filantropia, como afirma Pastorini (2004):

O trato da questão social pelos setores hegemônicos é geralmente orientado pela teoria da integração social; dessa forma, acabam-se naturalizando as desigualdades sociais, e as políticas sociais perdem o seu caráter de conquista passando a ser concebidas como concessões do Estado e do capital, reproduzindo a “ideologia do favor”, caracterizada por formas paternalistas e clientelísticas de relação que se combinam com um tipo de atendimento por parte do Estado, orientada pela benevolência e a filantropia. (PASTORINI, 2004, p.93)

Para tanto, o que ocorre neste novo modelo de enfrentamento da questão social é a transformação dos problemas sociais em categorias (NETTO, 1996) a partir de priorização de ações, em que a questão social e suas expressões são tratadas como problemas particulares. Com isso, o enfrentamento da questão social tem por base o individualismo neoliberal, na qual a sequela social é tida como responsabilidade do indivíduo. Por isso o projeto neoliberal tem como estratégia políticas sociais emergenciais, assistenciais, precarizadas e focalizadas; e, ao mesmo tempo, a responsabilização do indivíduo afetado pela questão social.

Com isso o caráter público de enfrentamento da questão social passa a ter como parceiro o caráter privado, o que causa uma redefinição dessas esferas, no qual deve “fortalecer a autonomia da Sociedade Civil” (YAZBECK, 1996, p. 50).

As refrações da questão social passam a ser denominadas de problemas sociais, em decorrência da individualização estimulada pelo neoliberalismo, sendo consideradas como problemas privados, o que acaba por resultar em uma despolitização da ação Estatal. Na verdade, há:

[..] *um amplo processo de privatização da coisa pública*: um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional e nacional, renunciando a dimensões importantes da soberania da nação, em nome dos interesses do grande capital financeiro e de honrar os compromisso morais com as dívidas interna e externa. (IAMAMOTO, 2001, p. 20, grifos da autora)

Essa aproximação, caracterizada como parceria, entre o caráter público e o privado fez com que a responsabilidade de resposta à questão social seja repassada, então, para ações privadas da sociedade civil. Há uma auto-responsabilização da sociedade, por isso, o enfrentamento passa a ser como Montaño (2003) cita: do sujeito, da ação filantrópica, da ação “solidária-voluntária” e de organizações.

Essas novas organizações da sociedade são caracterizadas como “Terceiro Setor”, no qual o Estado passa a se apropriar das categorias filantropia, voluntariado e responsabilidade social, estimulando tais práticas; ou seja, a sociedade perde sua característica de sujeito de direitos sociais, já que na verdade esses direitos passam a ser assegurados de forma focalizada e longe da concepção de direito social garantido pelo Estado, logo,

[...] para além dos eventuais objetivos manifestos de algumas organizações ou da boa intenção que o ator solidário e voluntário singular, termina por ser instrumentalizado, pelo Estado e pelo capital, no processo de reestruturação neoliberal, particularmente no que refere à formulação e implementação de uma nova modalidade de trato à “questão social”, revertendo qualquer ganho histórico dos trabalhadores nos seus direitos de cidadania (MONTAÑO, 2003. p.18).

De acordo com Montaño (2010), o “Terceiro Setor” é um fenômeno real, ligado aos setores do capital, como um produto da reestruturação do capital firmado pelos princípios neoliberais como um novo mecanismo da função social de respostas às demandas que surgem a partir das expressões da questão social.

O fenômeno “Terceiro Setor” se trata de atividades públicas desenvolvidas pela iniciativa privada, que possui uma função social de responder as necessidades sociais das sequelas da questão social e tem como discurso os valores da solidariedade, ou seja, a busca de um bem comum para todos. Por isso Montaño (2003, p.184, grifos do autor) afirma que este “fenômeno real deve ser interpretado como *ações que expressam funções a partir de valores. [...] valores* de solidariedade local, auto-ajuda e ajuda mútua (substituindo os valores de solidariedade social e universalidade).”

Dentro da perspectiva hegemônica há um isolamento de setores desarticulando a totalidade social, realizando um “recorte do social em esferas” (Montaño, 2010, p. 53) caracterizadas em Estado, como o “primeiro setor”, o mercado, posto como o “segundo setor” e a sociedade civil, o “Terceiro Setor”.

O autor coloca em sua obra que a caracterização na contemporaneidade do “Terceiro Setor” vem acompanhada de distanciamento teórico e ideológico, não havendo uma conformidade quanto a esta categoria, para isso ele descreve quatro debilidades teóricas que comprometem o conceito de “Terceiro Setor” (idem, 2010, p. 55 a 58):

1. Primeira debilidade: consistiria em uma debilidade conceitual, pois se questiona se “Terceiro Setor” não seria na verdade o “primeiro setor”, já que este é a sociedade civil, ou seja, é uma estrutura articulada à superestrutura do Estado¹⁴.
2. Segunda debilidade: se constitui na falta de definição de quais entidades fazem parte do “Terceiro Setor”. Seriam elas entidades privadas, não-governamentais, sem fins lucrativos, autogovernadas, de associação voluntária ou são consideradas também as instituições que realizam atividades informais e individuais; bem como os movimentos sindicais e sociais?
3. Terceira debilidade: a diversidade do caráter das atividades (formais, informais, individuais, voluntárias, políticas, econômicas, singulares e coletivas) desenvolvidas no “Terceiro Setor” gera uma variedade de significados – contrários e contraditórios – a este setor.
4. Quarta debilidade: o caráter “não-governamental”, “não-lucrativo” e “autogovernado”, não parece ser o verdadeiro caráter das entidades deste setor. Pois o Estado estabelece parcerias com essas entidades, que também estão “integradas tendencialmente à política de governo”, e em função da isenção de impostos, um lucro é gerado indiretamente.

Por isso observa-se um equívoco no uso cotidiano do termo “Terceiro Setor”, sem conexão com este fenômeno real, e se faz necessário desvendar esse conceito a partir da realidade, sem isolá-lo da totalidade, tendo em vista os embates e colocações dos ideais neoliberais.

Logo, se pensarmos no “Terceiro Setor” como uma organização da sociedade civil, desarticulamos o fenômeno real a partir da fragmentação e segmentação da realidade, ao se considerar o recorte social em esferas/setores: Estado, mercado e “sociedade civil”; em que respectivamente são o “primeiro setor”, “segundo setor” e “Terceiro Setor”. Na verdade, o que deve ser considerado ao refletirmos sobre o conceito “Terceiro Setor” é a mudança no padrão de respostas às necessidades sociais a partir da desresponsabilização estatal, a manutenção da ordem capitalista e a culpabilização do indivíduo.

¹⁴ Ver o ponto 1.1 deste capítulo

Apesar de já termos concluído que não há uma nova “questão social”, que é utilizada como justificativa da retirada da responsabilidade do Estado, a classe hegemônica afirma que esta nova questão social existe e, portanto, é necessário um novo mecanismo para enfrentá-la: nesta lógica se justifica o “Terceiro Setor”.

Surge, então, uma tríplice de mecanismos utilizados: o estatal, o mercantil e o filantrópico. O “Terceiro Setor” então é a estratégia do neoliberalismo, onde as políticas sociais são: privatizadas, focalizadas e descentralizadas (BEHRING, 2003):

São privatizadas, pois o sujeito passa a ser o responsável pelo suprimento das suas necessidades sociais, em que gera uma dualidade entre quem pode ou não pagar pelos serviços e, ao mesmo tempo, cria demandas para o setor empresarial aumentando seus lucros. Portanto, a privatização faz parte do “movimento de transferências patrimoniais [...] além de expressar o processo mais profundo da supercapitalização” (idem, 2003, p.251), ou seja, ocorre uma mercantilização das políticas sociais.

A focalização está em contraposição ao princípio universalista, é uma ação pontual. Refere-se a um determinado serviço e a uma parcela da sociedade, no qual apenas quem comprova a extrema pobreza tem assegurado o acesso da classe do proletariado (BERHING e BOSCHETTI, 2008).

E por último a descentralização, ocorre pois se tem apenas a centralização política e normativa, deixando-se de lado os aspectos financeiros e executivos a partir da transferência de responsabilidade para a atuação de instituições privadas.

Deste modo, as novas configurações do capitalismo através das estratégias de garantir o superlucro e a supercapitalização por meio de uma flexibilização das relações de trabalho e da privatização dos setores de bem público tensionam os padrões universalistas e de redistribuição de proteção social. Logo, o que ocorre é uma redução de direitos e a transformação das políticas sociais em ações pontuais sem considerar os reais efeitos da reestruturação capitalista, ou seja, o que ocorre é uma submissão dessas políticas à ordem hegemônica.

Como resultado dessas características do trato da questão social, as respostas para as necessidades individuais deixam de ser um direito e passam a ser desenvolvidas pela

ação filantrópica¹⁵, voluntária e comercial (onde o poder de compra do indivíduo dirá a qualidade dos serviços que terá); ocorre uma queda de qualidade dos serviços estatais, que são reduzidos – quantidade, variabilidade e qualidade – de forma a atender apenas o que o Estado considera como necessidades básicas sociais. Para os indivíduos que os necessitam as respostas são de caráter emergencial e passageiro, pois não se busca eliminar as necessidades, mas sim firmar a dependência dos sujeitos, eliminando o indivíduo de direitos e gerando o clientelismo para não ameaçar a ordem do capital.

Conclui-se que como produto dessa reestruturação do capital, o “Terceiro Setor”, como fenômeno real e integrado à lógica capitalista, desenvolve os interesses do neoliberalismo como meio utilizado pelo Estado para responder as refrações da questão social como “uma nova modalidade de trato à “questão social”” (MONTAÑO, 2003, p.187), que tem por justificativa os princípios político-ideológicos neoliberais que culpabilizam a sociedade pelas mazelas a qual está submetida. O que se observa, então, é a precarização e a focalização da ação Estatal, a qual é reduzida para um Estado mínimo para o social e o Estado máximo para a ordem capitalista e o desenvolvimento de demandas para o setor empresarial.

Para tanto, faz-se necessário analisarmos a atuação dessas instituições do “Terceiro Setor”, por isso buscaremos analisar o SESC/DF, que atualmente busca responder as necessidades sociais da classe comerciária, dentro da lógica do “Terceiro Setor”.

Apesar, como veremos adiante, da criação do SESC se dar durante a década de 1940, ou seja, anterior ao debate sobre o “Terceiro Setor”, é possível observar que esta instituição está hoje inserida nesta lógica de responsabilização da sociedade, em que as respostas para o tratamento da questão social são repassadas do público para o privado, de acordo com a dinâmica da reestruturação capitalista.

¹⁵ Yazbeck (1996) trata como a volta ao passado, um retrocesso histórico no momento em que a sociedade civil assume a responsabilidade de atender as necessidades sociais.

2.3 O SESC: ORIGEM, TRAJETÓRIA E ATUALIDADE

O Brasil também sofreu alterações e transições econômicas, políticas e sociais – apesar de tardias em comparação com as transformações societárias da Europa. Após o ano de 1946¹⁶ e a partir da implementação do Estado Novo, o Brasil se encontrava em uma nova época, devido principalmente à democratização do país, no qual os segmentos da sociedade buscam ocupar um espaço renovado, o espaço da liberdade. Cria-se um novo momento para a política social e econômica brasileira e a questão social passa a ser enfrentada de forma diferente, pois deixa de ser um problema de cunho policial. Há um aprofundamento do modelo corporativista no Brasil.

A política econômica se encontra voltada para o incentivo das indústrias básicas e expansão desse setor. Além disso, há uma participação ativa da burguesia industrial nas ações do Estado. Vale ressaltar (IAMAMOTO, 2011) que neste momento se tem firmado alianças políticas e econômicas com a “grande propriedade rural” a fim de se ter uma expansão econômica firmada sobre os preceitos de acumulação e dominação.

Nessa mesma época, observa-se um crescimento do proletariado urbano, que surge como segmento que pressiona o Estado para uma nova dimensão política, econômica e social no país, que contribuiu para a queda do antigo regime, para a expansão do mercado de trabalho urbano e com a legitimação das garantias sociais. Logo, com esse crescimento, é necessário que a classe dominante controle esse segmento a fim

¹⁶ A partir da década de 1940 o capitalismo passa por profundas transformações, em que o capitalismo concorrencial é substituído pelo capitalismo monopolista, e sua nova dinâmica gera consequências na vida social, política e econômica da sociedade capitalista em busca do acréscimo dos lucros por meio do controle dos mercados. Momento em que a ordem burguesa (vale ressaltar que esta classe apresenta maturidade histórica e com isso a possibilidade de desenvolvimento) impõe um sistema totalizante de contradições a partir da exploração e alienação. Para o seu pleno desenvolvimento era necessário a refuncionalização do Estado, ou seja, um Estado intervencionista. Logo, no capitalismo monopolista “as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções *econômicas*” (NETTO, 1996, p 21, grifos do autor), o Estado tem o dever de manter a ordem da acumulação, bem como a manutenção da força de trabalho. Ao mesmo tempo, a classe do proletariado passa a se organizar em torno das lutas por direitos e cidadania, por isso surgi uma demanda de ação para o Estado que pode ser usada como parte estratégica de seus interesses e é por isso que a questão social se torna um objeto de intervenção do Estado por meio de políticas sociais, que são a forma da ordem monopolista administrar o trato dado à questão social atendendo as demandas do capitalismo.

de conseguir a consolidação da ordem econômica, principalmente, do crescimento das indústrias.

O novo regime, então, busca implementar uma nova forma de gestão da economia e do âmbito social, que procura criar um vínculo com o proletariado para legitimar a ação burguesa incorporando na ação estatal as exigências da classe dos proletariados. Tais direitos garantidos por serem uma estratégia da classe dominante, de acordo com Iamamoto (2011), podem ser tidos como “ficção” subordinando o trabalho ao capitalismo.

[...] mais que algum *pacto de classes*, trata-se no essencial de readaptar-se os mecanismos de exploração econômica e dominação política às necessidades do aprofundamento capitalista [...] representa a reafirmação da dominação do capital e nunca o seu contrário. (idem, 2011, p. 251, grifos da autora)

O fato é que seria inaceitável uma grande mobilização da classe trabalhadora, pois seria uma ameaça a ordem econômica. E por outro lado não se poderia extinguir essa mobilização para que, como ainda afirma a autora, não haja novos caminhos para uma possível alternativa hegemônica.

Com isso os representantes do empresariado brasileiro perceberam que a nova conjuntura estabelecia novos processos a serem utilizados dentro da relação capital e trabalho. Para tanto, foi aprovada a Carta da Paz Social¹⁷, que deu forma à prestação de serviços mantidos pelo empresariado, há uma redefinição na relação do trabalho e à criação, no ano de 1946, do Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), que buscavam o desenvolvimento social, criados a partir do Decreto- Lei 9.853, que logo em seu artigo 1º explicava a finalidade da instituição: "planejar e executar [...] medidas que contribuam para o bem-estar e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias [...]", os quais,

¹⁷ “Para encontrar soluções para os problemas sociais que enfrentavam, as lideranças empresariais do comércio, indústria e agricultura reuniram-se na cidade de Teresópolis na Primeira Conferência das Classes Produtoras – I Conclap. Nessa reunião foi aprovada a CARTA DA PAZ SOCIAL, que deu forma à filosofia e ao conceito de serviço social custeado pelo empresariado. Começava a nascer assim uma iniciativa absolutamente inédita em todo o mundo e na história da relação entre capital e trabalho.” (PORTAL DO SESC. Disponível em: <<http://www.sesc.com.br/main.asp?ViewID={8168325E-BE8D-4973-9280-57E680D0CB36}&u=u>> Acesso: em 01 de setembro de 2011)

seriam representados pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC.

Portanto, de acordo com César (2008), a criação destas instituições, caracterizadas como complexos assistenciais, se deu a partir da nova dinâmica capitalista, com a formação de uma economia-social para atender as necessidades da atividade do capital e se ter um posicionamento diante das sequelas da questão social.

Portanto, O SESC foi criado com o objetivo de atender às necessidades sociais urgentes dos trabalhadores do comércio, procurando enfrentar seus problemas, reduzir ou aliviar suas dificuldades maiores e criar condições de seu progresso. Deste modo, busca prestar serviços que possuem o caráter sócio-educativo nas áreas de saúde, cultura, educação e lazer.

Atualmente o SESC está presente em todos os estados brasileiros, atuando nas capitais brasileiras e em algumas cidades, sendo uma das formas de inserção privada da população em benefícios por meio de seus serviços prestados.

É uma instituição, além de âmbito nacional, é de direito privado, ou seja, não tem por responsabilidade a execução e gerenciamento de políticas públicas. O SESC é mantido pela contribuição social¹⁸ caracterizada pelo caráter compulsório incidente sobre a folha de pagamento de empresas dos Setores de Comércio de Bens, Serviços e Turismo, ou seja, os recursos financeiros do SESC são resultado da contribuição compulsória do setor de comércio e prestação de serviços. Essa contribuição equivale a 1,5% da total da remuneração que é paga aos empregadores sobre a folha de pagamento.

Logo, o que temos é uma forma de financiamento das ações no tratamento da questão social sendo repassada ao comerciário, onde há o recolhimento e o repasse dos tributos diretamente na folha de pagamento deste trabalhador. Ou seja, temos um caráter contributivo implementado pela classe do patronato, ou seja, uma repressão e utilização de uma política conservadora (CÉSAR, 2008).

No Distrito Federal, o SESC tem prestado seus serviços desde 1966, através de programas e projetos de educação, saúde, ação social, alimentação, cultura, turismo, lazer e desenvolvimento físico e esportivo. E tem como missão:

¹⁸ Ver: BRASIL, Lei Nº 8.036 de 1990; BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, arts. 240 e 195; e BRASIL, Lei nº 5.107 de 1966.

Contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador do setor de comércio de bens, serviços e turismo, prioritariamente de baixa renda, através de serviços subsidiados e de excelência. (SESC/DF, 2011, p.10. Disponível em: <<http://www.sescdf.com.br/site/arquivos/downloads/relatorio-de-gestao-sesc-df-2010-19314312.pdf>> Acesso em: 19 de agosto de 2011.)

O SESC possui uma estrutura descentralizada e autônoma, tanto para a gestão como para a criação e execução de seus projetos e atividades, as quais são orientadas pelas diretrizes propostas pelo Departamento Nacional e aprovadas pelo Conselho Nacional do SESC. O Conselho Nacional do SESC tem estrutura tripartite, composto pelo Conselho Regional, pelo Diretor Geral do Departamento e de representantes das Federações Nacionais de Comércio de Bens e Serviços. Além disso, cada Administração Regional possui seu conselho formado pelos membros eleitos pelos sindicatos patronais do comércio de bens e prestação de serviços.

A sua estrutura física possui Centros de Atividades e de Unidades Operacionais¹⁹ especializadas, que buscam responder às demandas de seus usuários e da sociedade no campo de bem-estar social.

O SESC/DF presta serviços ao trabalhador do comércio de bens, serviços e turismo e seus respectivos dependentes. Porém, existem outras categorias que podem ser atendidas pelos serviços da instituição, desde que não prejudique o atendimento do público alvo de seus serviços. Dentre os serviços prestados pelo SESC temos:

1. Educação: tem por objetivo a educação formal tendo em vista o exercício da cidadania tanto de crianças e adolescentes, quanto de adultos. Tem por atividades a Educação Infantil, Educação Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Complementar a Cursos de Valorização Social.
2. Saúde: seu objetivo é possibilitar melhoria de condições de saúde de seus usuários por meio de ações educativo-preventivas. Suas ações são voltadas para as áreas de Nutrição, Assistência Odontológica, Educação em Saúde e Assistência Médica.
3. Cultura: busca estimular a preservação, a difusão e o desenvolvimento do conhecimento através de práticas educativo-cultural, bem como a promoção do

¹⁹ As Unidades Operacionais do SESC/DF são: 913 sul, Sede Administrativa, Taguatinga sul, Taguatinga Norte, Guará, Gama, 504 sul, Presidente Dutra, Ceilândia, Setor de Indústria – SIA, Módulo de Educação e Cultura – Taguatinga Norte, Unidades móveis e SESC Ler Samambaia.

fazer artístico-cultural. Suas atividades são: Apresentações Artísticas, o uso de Bibliotecas e o Desenvolvimento Artístico Cultural.

4. Lazer: tem por objetivo o desenvolvimento social e pessoal de seus usuários aproveitando-se do tempo livre por meio de atividades lúdicas, recreativas e de entretenimento. Suas ações são o Desenvolvimento Físico-Esportivo, Recreação e Turismo Social.
5. Assistência: através do Trabalho com Grupos, da Ação Comunitária e da Assistência Especializada busca contribuir para a valorização de seus usuários, bem como a sua integração social por medidas de auxílio indireto de caráter sócio-educativo.
6. Administração: promove a organização e mobilização de recursos humanos, materiais, técnicos, financeiros e institucionais a fim de assegurar eficiência e garantir meios de desenvolvimento de suas atividades.
7. Previdência: única atividade voltada somente para comerciários e seus dependentes, pois busca proporcionar resguardo e assistência.

Portanto, foi possível notar que as práticas adotadas pela instituição caracterizam-se na contemporaneidade como uma das expressões de transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade, através da chamada responsabilidade social²⁰, a partir de como se deu a origem do SESC, sua missão, seus usuários atendidos, seus princípios e sua atuação.

Ou seja, é possível concluir que o SESC, na atualidade, caracteriza-se como uma instituição que se encontra dentro dessa lógica neoliberal, de manutenção do capital, de instituições não-governamentais e sem fins lucrativos, a partir da responsabilização de um segmento da sociedade – os comerciários – para responder a suas necessidades sociais.

²⁰ “[...] é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona. Também se caracteriza por estabelecer metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.” (INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. <<http://www.ethos.org.br>> Acesso: em 17 de novembro de 2011)

O que se pode observar é que o SESC é também uma instituição que se afina como os interesses da classe burguesa em manter um consenso diante da classe comerciária. Vale destacar que o comerciário é quem mantém os serviços prestados pela instituição através do pagamento da contribuição compulsória. Ou seja, o indivíduo (classe comerciária) precisa contribuir financeiramente para ter acesso aos serviços de educação, lazer, saúde, cultura, assistência, entre outros, deixando de ser um indivíduo de direito.

2.3.1 O ASSISTENTE SOCIAL NO SESC/DF: A COORDENAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL E TERCEIRA IDADE – COAST

Para darmos prosseguimento em nossa pesquisa, se faz necessário caracterizarmos o universo em que se encontra inserido o Assistente Social. Para tanto, retomaremos a caracterização do SESC/DF, porém nosso enfoque agora será na análise da Coordenação de Ação Social e Terceira Idade – COAST²¹.

É importante ressaltar que durante as décadas de 1960 e 1970 existia 10 Assistentes Sociais atuando no SESC/DF em diferentes áreas: Gerência de Unidades Operacionais, Assessoria de Planejamento, Recursos Humanos e Gerontologia Social (em que atuava como dinamizador do grupo de idosos). Durante a década de 1970 o quadro de recursos humanos do Serviço Social foi reduzido em função da perda de espaço do Serviço Social e da redução dos custos. Bem como devido ao novo posicionamento profissional das Assistentes Sociais, já que se encontravam influenciadas pelo Movimento de Reconceituação²². Com isso, o SESC/DF durante a década de 1980 contava com a atuação profissional de apenas uma Assistente Social (MARTINS, 2010).

De acordo com a coordenadora²³, a COAST passou a existir no ano 2003; antes de sua criação não existia a área de Serviço Social na instituição. Este foi o momento em que a administração percebeu a necessidade de sistematizar as ações sociais que o SESC/DF desenvolvia em uma determinada coordenação e, desta forma, se incluiria

²¹ Ver organograma do SESC/DF – anexo V.

²² Movimento que será analisado no próximo capítulo.

²³ Os dados obtidos sobre a COAST foram coletados durante a entrevista com a coordenadora desta coordenação, tendo em vista que nos documentos do SESC/DF pesquisados a COAST não é abordada de forma aprofundada, por isso a necessidade de coletar esses dados com a esta profissional.

ferramentas mais específicas para trabalhar dentro dos campos de atuação social da instituição, ou seja, com os trabalhos desenvolvidos com os grupos, com as ações comunitárias e os atendimentos individuais e estudos sócio-econômicos.

Como foi observada anteriormente, a atividade de Assistência da instituição em questão busca a integração social de seus usuários através de ações sociais; por meio de concessão de bolsas de estudo e financiamento de serviços prestados pela própria instituição; por meio dos grupos de convivência dos idosos; e pelas ações comunitárias. Para isso, é necessário a atuação profissional do Assistente Social que atua na COAST, no apoio, gerenciamento e execução das atividades que buscam a integração e socialização de seus usuários.

O Trabalho com Grupos tem a finalidade de promover o exercício da cidadania e participação social por meio de grupos de convivência. Dentro desses grupos têm-se o Grupo dos Mais Vividos que visa promover e valorizar a pessoa idosa por meio de atividades culturais, como oficinas, palestras, entre outras atividades. Ressalta-se que o grupo de idosos não é um grupo terapêutico, mas de convivência²⁴.

Outro grupo de ação do SESC/DF é o Grupo de Jovens Vira Vida, onde jovens e adolescentes participam semanalmente de dinâmicas de grupo e de programações culturais, esportivas, recreativas, educativas e de saúde objetivando a inclusão social. Ressalta-se que este projeto não é do SESC/DF, este atua como parceiro do SESI que é o responsável por este programa.

A Ação Comunitária tem por finalidade promover desenvolvimento de comunidades por meio de participação e integração em encontros, campanhas, feiras, seminários e outros; a fim de desenvolver promoção social, inclusão social e exercício da cidadania. São ações desenvolvidas em áreas de grande vulnerabilidade social que tem como objetivo levar os serviços do SESC para a sociedade. Ressalta-se que para a realização desta atividade o SESC/DF conta com a parceria de outras instituições.

E por último, a Assistência Especializada é a atividade que presta serviços técnicos e auxílios indiretos individualizados como a concessão de bolsas e financiamento/descontos de serviços prestados pela instituição. E o apoio aos programas

²⁴ Não é realizado nenhum tipo de acompanhamento médico com os idosos, apenas participam de atividades físicas, lúdicas e de palestras com temas diferenciados.

da instituição como o TRIATLO²⁵, SESC OLÍMPICO²⁶ e o Programa Esportivo Social e Cidadania – PESC²⁷.

Atualmente são dez profissionais que atuam pela COAST, são eles: dois gerontólogos, uma pedagoga, um auxiliar de enfermagem, uma servidora formada em marketing, uma servidora que está terminando o curso de Serviço Social e apenas quatro Assistentes Sociais.

A coordenadora acrescentou, ainda, que em todas as unidades do SESC/DF²⁸ existem núcleos do trabalho com idoso, porém em apenas três unidades há a atuação do Assistente Social e dentre as unidades que possuem núcleos de trabalhos com jovens, apenas uma unidade conta com a atuação do Assistente Social. Portanto, atualmente as unidades em que se tem presente o profissional do Serviço Social são: Sede Administrativa, onde se encontra a COAST, 504 sul e apoio no Setor Comercial Sul, Taguatinga Norte e Gama.

Porém, como os demais técnicos não são Assistentes Sociais, a coordenadora esclareceu que a equipe busca constante capacitação, ou seja, são realizadas orientações técnicas para que os demais profissionais possam trabalhar, principalmente, com grupos de idosos.

Conclui-se, então, que o capitalismo passa por momentos de estagnação e expansão, que as crises são parte integrante da lógica e do desenvolvimento capitalista e que como solução das crises o capital busca estratégias, como na crise da década de 1970

²⁵ TRIATLO é um programa que oferece condições para a prática desportiva de três categorias de esportes, para jovens da comunidade, para prepará-los para campeonatos.

²⁶ SESC OLÍMPICO é um projeto do SESC/DF que oferece condições para a prática desportiva nas modalidades de handball, basquete, futsal, voleibol, natação e tênis. Tem como público alvo atletas com bom rendimento e busca trabalhar para melhorar na performance do atleta, aliada à conduta ética dentro e fora dos limites esportivos. Os participantes recebem treinos, gratuitos, que são ministrados por professores do SESC e tem o apoio de atletas renomados do país. Além disso, os atletas recebem acompanhamento nutricional, físico, médico e odontológico.

²⁷ Tem por objetivo auxiliar crianças em estado de vulnerabilidade social, atende crianças de 7 a 12 anos matriculadas em escolas da rede pública das cidades do Gama, Vila Estrutural e Taguatinga Sul. As unidades responsáveis pelos serviços e atendimentos a essas crianças são Gama, Guará e Taguatinga Sul. São desenvolvidas atividades de lazer, esporte, cultura, saúde e assistência, também reforço escolar e nutricional, educação para a saúde, informações sobre o meio ambiente, cidadania e oficinas.

²⁸ As Unidades Operacionais do SESC/DF são: 913 sul, Sede Administrativa, Taguatinga sul, Taguatinga Norte, Guará, Gama, 504 sul, Presidente Dutra, Ceilândia, Setor de Indústria – SIA, Módulo de Educação e Cultura – Taguatinga Norte, Unidades móveis e SESC Ler Samambaia.

com a ampliação do projeto neoliberal, que opera as transformações para a reestruturação capitalista.

Essa reestruturação além dos impactos que gera na economia também resulta alterações na vida política e social da sociedade. Fato este que pode ser caracterizado pela transferência de responsabilidade do tratamento da questão social para a sociedade civil, ou seja, para o “Terceiro Setor”. Por isso, é necessário analisarmos o papel do Serviço Social nesta nova conjuntura e a atuação profissional do Assistente Social diante das novas demandas institucionais, impostas pelo neoliberalismo, levando em consideração o projeto ético-político da profissão e a sua função na contemporaneidade.

3. O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL

Devido as novas configurações capitalistas, as novas formas de enfrentamento da questão social e do surgimento do “Terceiro Setor” novas exigências e demandas se colocam para o Serviço Social. Nesta conjuntura, o Assistente Social cada vez mais passa a ser requisitado nos espaços sócio-ocupacionais vinculados ao “Terceiro Setor”²⁹, no qual se destaca o SESC/DF, conforme analisamos no capítulo anterior.

Neste sentido, é necessário compreendermos e refletirmos sobre o Serviço Social na contemporaneidade e no como tem se dado o processo da atuação profissional do Assistente Social na atual conjuntura.

Para isso é necessário que busquemos uma recuperação da trajetória sócio-histórica da profissão a fim de entender o significado social do Serviço Social na sociedade capitalista, apreender como surgiu e analisar as configurações impostas pelo capitalismo a este profissional.

Além disso, com o Movimento de Reconceituação ocorre uma renovação da atuação do Assistente Social, por isso faz-se importante a análise deste movimento e suas implicações para a profissão. Destaca-se que neste momento de reconceituação se observa a necessidade do compromisso profissional com o projeto ético-político, projeto este (como veremos adiante) que se caracteriza como “guia” para a profissão, a fim de se ter um avanço e um caráter crítico para a ação profissional. Portanto, buscaremos, também, trazer o debate sobre este projeto em nosso trabalho a fim de analisarmos então, o Serviço Social na contemporaneidade.

²⁹ Vale ressaltar que este setor está carregado de debilidades teóricas que segmentem e setorializam a realidade social (desarticulando a realidade), sendo, portanto uma estratégia ideológica neoliberal de desresponsabilização Estatal no enfrentamento das sequelas da questão social.

3.1 UMA RECUPERAÇÃO DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL

Para entendermos a profissão é necessário esclarecer que esta se encontra inserida no desenvolvimento das relações de produção da ordem do capitalismo, pois a lógica capitalista é o que articula e organiza as funções do Estado e determina as relações entre as classes sociais, de acordo com Castro (1989). Portanto, é no contexto de desenvolvimento do capitalismo e de expansão da classe do proletariado que surge a profissão do Serviço Social.

Ou seja, a profissão emerge a partir do desenvolvimento industrial, o qual se encontra conectada à expansão do capitalismo monopolista, onde há uma ampliação da acumulação de riquezas em detrimento da produção coletiva, e logo, aumentam as desigualdades e os conflitos sociais entre a classe dominada e a dominante.

Entretanto, com uma organização ativa da classe operária na luta contra os abusos e formas de exploração, a burguesia percebe a necessidade de uma maior estratégia de controle dessa mobilização social, ou seja, são necessários mecanismos de regulação, manipulação e prevenção que garantam a reprodução da ordem capitalista e, por isso, há uma diversificação dos mecanismos de intervenção para que possibilite a expansão e defesa do capital, como se pode observar:

A exploração abusiva que o operariado é submetido – afetando sua capacidade vital – e a luta defensiva que o operariado desenvolve aparecerão para o restante da sociedade burguesa [...] como uma ameaça a seus valores, “a moral, a religião e a ordem pública”. Impõe-se, a partir desse momento, a necessidade do controle social da exploração da Força de Trabalho. A compra e venda dessa mercadoria especial deve sair da pura esfera mercantil pela imposição, através do Estado, de uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho. (CARVALHO, 1980, p. 44)

Além disso, para analisarmos a emergência profissional do Serviço Social, também é necessário entender o papel da Igreja Católica na gênese da profissão. No início da década de 1930 a Igreja Católica, em contraposição aos ideais do liberalismo e do

comunismo, busca uma ação doutrinária qualificada e organizada a fim de se fortalecer diante do Estado.

Ao mesmo tempo em que as condições de exploração da classe operária produz e aumenta a desigualdade entre as classes, fazendo com que os operários passem, a partir de suas grandes mobilizações, a lutar e reivindicar por direitos (sociais, previdenciários, trabalhistas e outros). Com isso, observa-se a necessidade de um posicionamento da classe dominante, e consequentemente do Estado e da Igreja diante da questão social.

De acordo com Iamamoto (1992, p.18), “para a Igreja, “questão social”, antes de ser econômico-política é uma questão moral e religiosa”. A Igreja e os grupos sociais (família, a corporação, organismos autônomos, entre outros) devem atuar junto às mazelas da questão social por meio da recristianização da sociedade.

Vale ressaltar que este momento histórico molda uma determinada forma de pensar e agir na sociedade, não sendo apenas uma busca por uma sociedade baseada em princípios cristãos, mas também caracterizado pelo interesse da burguesia no afastamento do proletariado das influências socialistas, a partir da substituição do liberalismo pelo comunitarismo cristão. A partir de então a Igreja deixa suas contraposições ao capitalismo de lado ao considerá-lo como estratégia contra o socialismo.

O Serviço Social é, então, uma alternativa para as atividades de cunho social para a Igreja em que a intervenção ideológica³⁰ na vida da sociedade tem por base a ação caritativa e de caráter assistencialista, por meio de atividades educativas, além de curativas e preventivas. Além disso, é orientado a individualizar a proteção social, distinguindo os problemas em individuais e dessa forma descaracterizando o caráter de classe e as contradições e embates entre a relação dominantes e dominados.

Deste modo, após essa contextualização, conclui-se que a emergência da profissão do Serviço Social está conectada a um momento histórico de exigências e lutas da classe trabalhadora por direitos, mas também pautado em uma forma acrítica de entender e agir na sociedade. Logo, de acordo com Netto (1996), a profissão do Serviço Social tem seu

³⁰ Ressalta-se que houve influências europeias nesta mobilização no Brasil, em que refletia um caráter de classes determinadas, e que tem a atuação de movimentos complexos, os quais têm por base social de classe o caráter autoritário, doutrinário e paternalista. (IAMAMOTO, 1992)

ponto de partida na relação com as formas filantrópicas e assistenciais, as quais se tornam necessárias para serem desenvolvidas na sociedade burguesa.

Com isso, como coloca o autor, tem-se uma natureza ídeo-político e teórico-cultural, que é presente no pensamento conservador, que coloca novas configurações de intervenção, como o caráter da caridade, de forma a organizar a assistência e o Serviço Social. Assim sendo, o Serviço Social nasce como uma atividade baseada em doutrinas influenciadas pelo movimento conservador³¹ capitalista.

Por isso ocorre uma contradição na ação do Serviço Social, pois a ação profissional do Assistente Social poderia ser um meio de eliminar as diferenças e injustiças sociais; porém na prática o que ocorre é o reforço dos doutrinamentos burgueses, como afirma Castro (1989, p.40) “enquadrando-as no âmbito da legislação burguesa”.

Neste momento, percebe-se que não há um aprofundamento teórico-metodológico ainda pautado em princípios mais críticos sobre a atuação do Serviço Social, bem como um posicionamento perante o projeto da classe trabalhadora – características que serão adquiridas a partir do processo do Movimento de Reconceituação, que analisaremos mais adiante.

Netto (1996) coloca que, apesar desse caráter do movimento conservador em que se inscreve a emergência do Serviço Social, há uma relação de ruptura com esse conservadorismo, o que se torna decisivo na constituição da profissão do Assistente Social; momento em que os agentes do Serviço Social passam a exercer o papel de executores de projetos/políticas sociais.

O autor ainda coloca que a profissionalização realiza-se a partir do deslocamento das agências em que o Serviço Social atua para “atividades exteriores da *lógica do mercado*” (NETTO, 1996, p.68, grifos do autor), ou seja, concretizando essa ruptura com o modelo conservador. Esse deslocamento ocorre a partir do momento em que se tem o significado social da ação do profissional do Serviço Social: intervir diretamente na

³¹ Movimento em que a burguesia busca a permanência como ator principal na sociedade capitalista e resgata o passado como proposta de interpretação do presente. Por isso o capitalismo e o pensamento conservador passam a seguir na mesma direção, já que se sustenta o passado, por meio do racionalismo e do conservadorismo integrados a um único modo de pensamento, conforme afirma Iamamoto (1992).

relação contraditória entre capital e trabalho, a partir do reconhecimento da questão social como questão política, momento de *gênese da profissão*.

Portanto, é neste contexto que o Assistente Social se insere na relação de assalariamento e passa a ter sentido na reprodução das relações sociais da sociedade burguesa, inserindo-se em um espaço sócio-ocupacional. É neste momento “que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no mercado de trabalho com todas as consequências [...] principalmente [...] tornando-se vendedor da sua força de trabalho” (NETTO, 1996, p. 69).

Entretanto, o Serviço Social se modifica conforme as transformações sociais, pois essas alterações geram novas imposições na atuação do Serviço Social, como por exemplo, a conscientização da classe dos operários em que uma nova forma de intervenção passa a ser necessária a fim de manter a ordem hegemônica.

Deste modo, não é na continuidade da atuação do profissional de Serviço Social que se dá a sua profissionalização, mas sim com a ruptura, ou seja, com os deslocamentos dos agentes dessa profissão para um determinado espaço na divisão social do trabalho. Ressalta-se que a emergência do Serviço Social não se deu pela criação desses espaços sócio-ocupacionais, mas sim a existência destes levam a formação da profissão, como é colocado por Netto (1996).

Portanto, a emergência do Serviço Social como profissão está indissociável do desenvolvimento do capitalismo monopolista e está diretamente associada às mazelas da ordem capitalista, ou seja, conectado às expressões da questão social e à organização da classe operária. É o processo da ordem monopólica que determina um espaço pertencente ao Serviço Social, que terá por base o enfrentamento da questão social por meio das políticas sociais. Portanto, a execução das políticas sociais é, então, a constituição do mercado de trabalho para o Serviço Social

Entretanto, a base da profissionalidade do Serviço Social, por estar firmada na execução de políticas sociais e estar composta, como coloca Netto (1996), por respostas exigidas pela ordem monopólica a serem dadas ao proletário, a profissão está delimitada em uma contradição antagônica entre as respostas sociais; portanto:

O campo do Serviço Social, como pretende sustentar a nossa argumentação, é demarcado e tensionado pela conjunção de uma dupla

dinâmica: a que decorre do confronto entre os protagonistas sócio-históricos na emersão da ordem monopólica e a que se instaura quando, esbatendo mediatamente aquele confronto na estrutura sócio-ocupacional, todo um caldo cultural se instrumentaliza para dar corpo a alternativas de intervenção social profissionalizadas. Ambas as dinâmicas se inscrevem no tecido armado pelo jogo das forças das classes sociais, ainda que não sejam diretamente redutíveis a este – postos a peso específico e a configuração peculiar dos vetores constitutivos daquele caldo cultural. (NETTO, 1996. p. 76)

A questão social passa a ser, então, uma questão política e, por isso, percebe-se a necessidade de uma melhor compreensão da realidade, bem como do uso de instrumentos adequados para operacionalizar as ações do Serviço Social. Portanto, a partir da década de 1940, o Serviço Social brasileiro observa a necessidade de aprimoramento da prática profissional.

A partir disso o Serviço Social americano passa a exercer influência na metodologia profissional brasileira, no qual se inseriu novas categorias de ação da profissão, como por exemplo, o Serviço Social de caso³². Porém, ao mesmo tempo, buscou-se manter firme a ideologia e filosofia do Serviço Social brasileiro – este contraste culminou com as origens da necessidade de repensar a profissão.

Com isso, a partir da década de 1950, o Serviço Social ao mesmo passo em que incorporava em sua metodologia influências norte-americanas, passa a reconhecer a necessidade de revisão teórico-metodológica de sua ação profissional, uma vez que a realidade brasileira é diferente da dos demais países capitalistas. Observou-se uma fragilidade teórico-metodológica no que concerne a compreensão da realidade, das relações sociais e na resolução de problemas, bem como a inserção de novas demandas à profissão e de novos espaços sócio-ocupacionais.

Por isso, dentro de uma conjuntura de questionamentos e críticas ao Serviço Social, no qual se discute os métodos diante da realidade, é imprescindível a busca de uma nova visão, ou seja, uma revisão crítica da profissão e da sua intervenção na sociedade para

³² O Serviço Social de caso, de acordo com Faleiros (2009, p. 31), é uma prática que “interpela como sujeitos, de forma isolada da classe, os indivíduos e grupos específicos, definindo suas funções e papéis nas relações imediatas entre sujeitos que vivenciam problemas de desajustamento” e responsabiliza o sujeito pela solução dos problemas dentro das relações individuais.

que sejam dadas as respostas necessárias às exigências da dinâmica da realidade concreta; assim, constituem-se as condições favoráveis para o Movimento de Reconceituação.

Logo, a partir da segunda metade da década de 1960, momento em que a profissão já se encontrava instituída, têm-se um marco na história do Serviço Social, pois surgem questionamentos e uma forte crítica ao, como coloca Netto (2005, p.6), “Serviço Social tradicional” caracterizado pelas práticas determinadas pela classe burguesa, ou seja:

[...] práticas empiristas, reiterativa, paliativa, e burocratizadas, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da questão social sobre indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável. (idem, 2005, p.6).

Deste modo, o Movimento de Reconceituação caracteriza-se pela crítica ao tradicionalismo, sendo o momento em que surgem novas perspectivas profissionais para o Serviço Social, tanto na formação, como no exercício profissional e na organização da categoria dos Assistentes Sociais, ou seja, é um momento de redimensionamento da profissão. Assim, de acordo com Iamamoto (1992), os questionamentos e manifestações da categoria profissional que contestavam a prática vigente, devido à conjuntura de crise e aos movimentos políticos³³ na América Latina, gerou a necessidade de uma reorientação na relação da sociedade e também uma modernização e ampliação profissional, assim sendo:

Esses questionamentos emergem numa conjuntura marcada por uma situação de crise e de intensa efervescência política no Continente, no quadro do colapso dos populismos e de uma reorientação tática do imperialismo em relação às sociedades dependentes. Por outro lado, é nesse mesmo quadro conjuntural que o meio profissional começa a se ampliar e a se modernizar com rapidez, em consequência da

³³ “[...] começam a se configurar reivindicações referenciadas a categorias específicas (mulheres, jovens, negros, imigrantes), à ambiente social e natural (a cidade, o equipamento coletivo, a defesa dos ecossistemas), a direitos emergentes (ao prazer, ao lazer, à educação permanente) etc. Nas suas variadas expressões, aqueles movimentos punham em questão a racionalidade do Estado Burguês, suas instituições e, no limite, negavam a ordem burguesa e seu estilo de vida; em todos os casos, recolocavam na agenda as ambivalências da *cidadania* fundada na propriedade (privada) e redimensionavam a atividade *política*, multiplicando os seus sujeitos e as suas arenas.” (NETTO, 2005, p. 7, grifos do autor)

multiplicação das escolas especializadas e da demanda objetiva do Estado e das empresas. (IAMAMOTO, 1992, p.35)

Ocorre, então, o processo de reconceituação³⁴ que, de acordo com Simionatto (2009), é o momento que representa uma interlocução entre o Serviço Social com as ciências sociais, uma aproximação da teoria com a dialética, a possibilidade de crítica ao conservadorismo e a busca de ruptura entre os interesses burgueses e o compromisso social.

Portanto, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina representou a expressão dos questionamentos da profissão sobre as suas finalidades, seus fundamentos, a respeito dos compromissos éticos e políticos, sobre quais devem ser os procedimentos operativos e qual a sua formação profissional (IAMAMOTO, 1998). Sobretudo, tal movimento buscou construir um Serviço Social fundamentado nas teorias e métodos inseridos na história de seu país, deixando de importar teorias e metodologias que não sejam de suas realidades, como se pode observar:

[...] assistentes sociais inquietos e dispostos à renovação indagaram-se sobre o papel da profissão em face de expressões concretamente situadas da “questão social”, sobre a adequação dos procedimentos profissionais tradicionais em face das nossas realidades regionais e nacionais, sobre a eficácia das ações profissionais, sobre a pertinência de seus fundamentos pretensamente teóricos e sobre o relacionamento da profissão com os novos protagonistas que surgiam na cena político-social. (NETTO, 2005, p. 9)

Vale ressaltar que este momento histórico passa a demonstrar uma nova forma de se enxergar e interferir na realidade social, momento em que o Serviço Social se aproxima com a tradição marxista e de todo o seu legado, alterando de forma considerável a forma de compreender a sociedade, as relações sociais, as necessidades sociais e a própria profissão do Serviço Social.

Deste modo, o Movimento de Reconceituação se dá a partir de novas orientações filosóficas e ideológicas que seguem as transformações da sociedade, em que se

³⁴ Vale ressaltar alguns encontros que reuniram Assistentes Sociais em torno do debate da reconceituação com o objetivo de repensar a teoria básica e a metodologia do Serviço Social. Momento em que produziram documentos de grande repercussão na profissão, são eles: Encontro de Araxá, Minas Gerais, em 1967; em Teresópolis no ano de 1970 e o Encontro de Sumaré em 1978.

buscaram reformulações teóricas e práticas (seja para questionamentos apenas, seja para operacionalização de novas propostas) a partir de críticas ao Serviço Social tradicional (NETTO, 2005).

Para Netto (1996, p. 131) este é o momento em que o Serviço Social buscou articular a reorganização das bases tradicionais com as novas tendências do pensamento profissional contemporâneo, buscando instaurar legitimidade da prática do Serviço Social, por meio das respostas às demandas sociais, da sistematização destas e de uma “validação teórica”³⁵.

O autor faz a caracterização de quatro aspectos que são decisivos para as novas implicações do Serviço Social (NETTO, 1996, p.135):

1. O estabelecimento de um pluralismo profissional, ou seja, procedimentos diferenciados que buscam a legitimidade da prática profissional e a concretização teórica da atuação profissional;
2. Diferenciação das concepções profissionais, ou seja, o rompimento com homogeneidade profissional, pois se passa a uma disputa de hegemonia do processo profissional;
3. Aproximação com as discussões das ciências sociais; e
4. Constituição da investigação e pesquisa na área do Serviço Social.

O Movimento de Reconceituação também denunciou a neutralidade político-ideológica, a restrição dos efeitos de suas atividades presas nos micros espaços sociais e a falta teórica profissional. Com isso os Assistentes Sociais passaram a assumir o desafio de contribuir na organização, capacitação e conscientização dos variados segmentos dos trabalhadores.

Além disso, de acordo com Faleiros (2005), uma questão principal que devemos considerar no Movimento de Reconceituação é a elaboração de uma nova forma de intervir na realidade, em que se deu a devida importância à relação teoria/prática³⁶.

³⁵ Netto (1996, p.133) caracteriza essa “validação teórica” como a “dimensão de uma reflexão inscrita num marco que desborda o corporativismo e o exclusivismo, circunscrevendo um terreno de preocupações que incorpora imposições investigativas diversas para questionar o conjunto de supostos e procedimentos profissionais.”

³⁶ Forti & Guerra (2010, p.19) trazem a discussão sobre o mito: “na prática a teoria é outra?” É necessário que o profissional tenha uma leitura real e ampla dos processos sociais, ou seja, enxergá-los como totalidades e com isso atender aos requisitos postos pela relação trabalho e

Iamamoto (1992, p. 37) coloca a necessidade de “ruptura com a herança conservadora”, sendo necessário lutar a fim de se alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional, no qual o Assistente Social precisa reconhecer as contradições sociais no seu exercício e pautar sua prática profissional nas demandas e interesses da classe dominada. Ou seja, reconhecer que sua atuação, principalmente como um agente que implementa políticas sociais, encontra-se inserida na correlação de forças; para isso a autora afirma que é necessário para o Assistente Social:

Aprofundar a compreensão das implicações políticas de sua prática profissional, reconhecendo-a como polarizada pela luta de classes. Em outros termos, o profissional é mobilizado na implementação de políticas sociais que trazem no seu bojo interesses divergentes e antagônicos que o exercício profissional, contraditoriamente, reproduz, já que tende a ser cooptado por uma das forças em confronto. (IAMAMOTO, 1992, p.37, grifos da autora)

Logo, é necessário que o Assistente Social faça uma escolha teórica-prática para que sua atuação seja orientada por um projeto de sociedade, o qual Guerra (2007, p. 9) caracteriza como “projetos coletivos conservadores ou progressistas”. Ainda conforme caracterização da autora, ser orientada por um projeto progressista constitui a opção profissional por estratégias de ação que se opõe aos ditames do neoliberalismo a fim de se enfrentar a realidade.

Ou seja, é necessário um “aprofundamento teórico rigoroso e uma prática renovada” (IAMAMOTO, 1992, p. 37), que necessariamente precisa estar com o seu caráter político definido, para superar qualquer artimanha – como o voluntarismo, a burocratização da prática profissional, as tendências empiricistas e o desconhecimento da realidade – e unificado à atuação profissional, bem como ter um posicionamento crítico para que dessa forma sua atuação esteja firmada no momento histórico, ao invés de reproduzir práticas individuais e desconectadas da realidade.

capital, para tanto é necessário um embasamento teórico-metodológico. Entretanto, deve-se estar atento as possibilidades práticas, pois, apesar da grande influência teórica, não se deve haver limitação apenas aos conceitos teóricos. É necessário pensar que a teoria sozinha não conseguirá atender esses requisitos. Pois, “[...] o conhecimento teórico [...] é que nos permite imprimir sentido à nossa ação, uma vez que a teoria incide sobre a compreensão da direção social, do significado e das implicações desse fazer profissional.”

Então, a partir do que foi exposto é possível perceber que o Serviço Social em sua história carrega momentos de renovação, o que contribui para o redimensionamento da profissão e, consequentemente, da atuação profissional (embora ainda coexistam posturas conservadoras até hoje).

Vale ressaltar que as transformações políticas, econômicas e sociais da sociedade repercutem nas práticas profissionais do Assistente Social e com isso estabelece a necessidade de revisão e renovação do compromisso ético-político, diante da exigência de novas competências na intervenção profissional.

Por isso também é necessário que o Assistente Social tenha domínio da legislação, pois de acordo com o Código de Ética³⁷ é preciso que suas atividades sejam realizadas com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor. Para tanto é imprescindível que reflitamos sobre o projeto ético-político profissional, sua constituição, sua função atual na profissão e os principais desafios para sua implementação e fortalecimento, principalmente na contemporaneidade.

É perceptível que o Movimento de Reconceituação, nas décadas de 1960 e 1970, foi um momento de amadurecimento e reflexão da teoria crítica, em que se buscou levar em consideração o compromisso com os valores da democracia, liberdade, cidadania e garantia de direitos sociais; Netto (2005, p.18) afirma que “a existência deste “Serviço Social crítico” [...] implementa o chamado *projeto ético-político*.

De acordo com Faleiros (2005), o Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão foram instrumentos necessários para que se firmasse a perspectiva de transformação social e do projeto ético-político profissional que está fundamentado a partir do Movimento de Reconceituação do Serviço Social.

Além do processo de reconceituação da profissão, a partir da década de 1980, com a redemocratização do país e com as transformações societárias, estão postas as condições favoráveis para o debate e a construção do projeto ético-político profissional, a partir de um perfil crítico e transformador da profissão.

³⁷ Código de Ética, em vigor, de 1993 “[...] mais que um instrumento de normatização, assenta as bases da direção social da profissão que elege a liberdade como valor central, o trabalho como fundante do ser social, a radicalidade democrática comprometida com a socialização dos meios de produção da riqueza material e cultural, a equidade traduzida em justiça social e o reconhecimento do pluralismo de idéias e de práticas na profissão e na sociedade”. (KOIKE, 2009, p. 210)

Deste modo, o projeto ético-político profissional é resultado de um movimento histórico e social, que se encontra conectado com uma direção social de renúncia ao conservadorismo da ordem hegemônica, a partir de uma aproximação com a classe trabalhadora.

Como o profissional busca imprimir em sua atuação uma direção social a fim de atender os diferentes e diversos interesses sociais, passa a afirmar valores e diretrizes que ao tomarem uma proporção maior, ou seja, ao serem assumidos pela dimensão coletiva da profissão passam a representar uma identidade profissional e adquirem, assim, o formato de projeto profissional.

De acordo com Sant'ana (2000), todo projeto profissional tem uma dimensão ética que implica uma série de normatizações, como as que se encontram no Código de Ética do Serviço Social. Além disso, também envolve as escolhas teóricas, ideológicas e políticas, ou seja, os projetos profissionais ao serem colocados como projetos ético-políticos demonstram a identificação ética a uma determinada direção político-profissional.

A dimensão política se dá devido ao fato dos projetos profissionais estarem vinculados e concebidos pela dinâmica dos projetos societários que estão inseridos na sociedade, como é analisado por Teixeira e Braz (2009, p.189):

Assim, temos um pressuposto fundante do projeto ético-político: a sua relação ineliminável com os projetos de transformação ou de conservação da ordem social. Dessa forma, nosso projeto filia-se a um ou outro projeto de sociedade não se confundindo com ele.

Vale ressaltar que a dimensão política não deve ser confundida com nenhuma atividade que envolva partidos políticos, ou até mesmo, uma relação de poder com governados e governantes, pois se trata de uma categoria profissional, conforme análise de Iamamoto (2009).

As dimensões ética e política colocam uma visão do mundo que se articulam e se conectam com a ação profissional, no sentido de mediar os conflitos sociais, em uma luta contra a hegemonia e a construção de uma nova ordem; logo, o projeto profissional do Serviço Social:

[...] nega o projeto societário, hoje hegemônico, e posiciona-se a favor da construção de uma nova ordem sem dominação e exploração de

classe, gênero e etnia. Tem ainda, como princípios, a defesa dos direitos humanos, a recusa ao autoritarismo e ao preconceito, e o reconhecimento do pluralismo. (SANT'ANA, 2000, p. 81)

Portanto, o projeto ético-político profissional integra valores, escolhas teóricas, ideológicas, políticas, éticas e normatizações que determinam os direitos e deveres profissionais; e é a expressão de ruptura da profissão com o tradicionalismo e o conservadorismo do projeto societário (KOIKE, 2009).

De acordo com Teixeira e Braz (2009, p. 190-191) o projeto ético-político do Serviço Social é constituído por quatro componentes:

- ✓ A explicitação de princípios e valores ético-políticos;
- ✓ A base teórico-metodológica;
- ✓ A crítica à ordem hegemônica do capitalismo; e
- ✓ As lutas e posicionamentos políticos da categoria profissional e a sua aliança com setores progressistas da sociedade.

Para tanto, ainda de acordo com os autores Teixeira e Braz (2009, p. 190-191), esses quatro elementos têm sua materialidade e sua visibilidade a partir da:

- Produção de conhecimentos: que se refere à sistematização da prática profissional, a fim de levar a reflexão aos processos do fazer profissional e tem por parâmetros tendências teórico-críticas na contramão do conservadorismo;
- Dimensão jurídico-política: o projeto em questão é formado e materializado por leis que fornecem e compõem a base para a profissão e são resultados de lutas da categoria profissional, bem como da classe trabalhadora. Podem ser concernente aos que não estão diretamente ligados à profissão, como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e as que estão diretamente atreladas à profissão como: o Código de Ética do Serviço Social (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão – Lei nº 8662/93 e as atuais Diretrizes Curriculares da Formação Profissional (1996); e
- Organizações político-organizativas da profissão: envolvem fóruns, entidades, associações, organizações sindicais tais como: ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social),

CFESS/CRESS (Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social), e outros.

Por isso o projeto ético-político profissional orienta, delimita, prioriza, direciona os objetivos e papéis da profissão como é observado por Duarte (2007, p.87):

[...] constitui um conjunto de valores e concepções ético-políticas, que delimita e prioriza objetivos e funções, bem como baliza e direciona o exercício profissional, suas relações e a formação acadêmica, sendo este projeto reconhecido no coletivo da profissão.

Além disso, o projeto ético-político está em constante processo de formação no cotidiano, pois é necessário que o Assistente Social traduza este projeto no processo de formação e exercício profissional através da relação com a classe trabalhadora para fortalecê-lo. Logo, é um desafio para o Assistente Social tornar esse projeto um norte concretizado para sua atuação profissional, pois é necessário que este articule as dimensões normativas, acadêmicas e organizativas com a realidade em que se insere o cotidiano³⁸ do exercício profissional principalmente na luta contra o conservadorismo na atualidade.

Outro desafio é que o projeto ético-político do Serviço Social por ter um caráter transformador de ruptura com a ordem hegemônica entra em conflito com os ideais neoliberais, já que este projeto torna-se uma ameaça à ordem hegemônica capitalista, por defender e lutar pela garantia de direitos sociais, conforme afirmam Teixeira e Braz (2009, p. 193):

[...] por escolhas historicamente definidas pelo Serviço Social brasileiro, condicionadas por determinantes histórico-concretos mais abrangentes – colidem (são mesmo antagônicas em sua essência) com os pilares fundamentais que sustentam a ordem do capital.

Conclui-se então que o projeto ético-político profissional, apesar de encontrar embates que tentam enfraquecê-lo, é um marco importante na trajetória profissional; é a

³⁸ De acordo com Netto (2007, p. 86-87, grifos do autor) a vida cotidiana é própria do capitalismo tardio e é tornar objeto as relações desenvolvidas pelo indivíduo, logo “é o inteiro cotidiano dos indivíduos que se torna *administrado*, um difuso terrorismo psicossocial se destila de todos os poros da vida e se instila em todas as manifestações anímicas e todas as instâncias que outrora o indivíduo podia reservar-se como áreas de autonomia (a constelação familiar, a organização doméstica, a fruição estética, o erotismo, a criação de imaginários, a gratuidade do ócio, etc.) convertem-se em limbos programáveis.”

afirmação de outra forma de entender a sociedade e a profissão, bem como delimita uma ação profissional qualificada e crítica, pautada em princípios éticos e políticos.

Ressalta-se que o projeto ético-político profissional é hegemônico, porém não é homogêneo, ou seja, diante da realidade há diferentes formas de pensamento e agir dos profissionais do Serviço Social. Portanto, este projeto não é exclusivo e único devido ao pluralismo de idéias e posturas teórico-metodológicas, como observa Duarte (2007, p. 87):

Não significa dizer, entretanto, que este projeto é exclusivo, pois convive com o pluralismo de idéias e posturas teórico-metodológicas e ético-políticas no conjunto profissional, abrindo espaço para o debate e o confronto de idéias. É relevante salientar que o projeto está em processo, afirmando e reafirmando princípios e valores no seu cotidiano [...]

Além disso, observa-se a necessidade do profissional de – mesmo diante do embates políticos, econômicos e sociais impostos pela ordem do capital – reafirmar o projeto ético-político profissional a fim de enfrentar os pressupostos neoliberais por meio de um comprometimento profissional e consciente do significado da profissão na contemporaneidade. Ou seja, é imprescindível romper com esse papel tradicional que insiste em conviver com uma postura crítica e política do profissional de Serviço social, no qual o profissional deve buscar alternativas sólidas contra a manipulação e conservação do processo de dominação.

Então, a partir da reestruturação capitalista e as novas imposições da ordem hegemônica para a sociedade civil e a responsabilização do “Terceiro Setor” como estratégia neoliberal a responder as sequelas sociais, pressupõe-se que essa nova conjuntura gera novas demandas e imensos desafios são colocados para a atuação e para o projeto crítico da profissão.

Assim, para dar continuidade a este trabalho buscaremos refletir sobre os desafios atuais postos ao Serviço Social na atualidade, a luz de toda esta trajetória analisada, para enfim compreender os limites e possibilidades desta profissão na atual conjuntura e em seus espaços sócio-ocupacionais, principalmente no SESC/DF.

3.2 DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA ATUAL CONJUNTURA: LIMITES E POSSIBILIDADES.

Após ter sido realizada a análise da conjuntura pós-1970, a contextualização histórica da emergência do Serviço Social e a reflexão sobre o projeto ético-político profissional buscaremos refletir e analisar o Serviço Social na contemporaneidade, ou seja, as implicações da reestruturação capitalista na profissão, as novas demandas, bem como os limites e possibilidades de atuação profissional do Assistente Social no presente momento histórico.

Devido às transformações sócio-históricas nas relações Estado e sociedade em que a economia se encontra em grande recessão e em submissão ao capital, verifica-se o agravamento das expressões da questão social: o aumento do desemprego e subemprego; das desigualdades sociais e econômicas; e a perda de direitos e conquistas sociais; o que gera, no intuito de intervir nesta realidade, um redimensionamento da profissão e dos espaços sócio-ocupacionais, cujo cenário é marcado, como afirma Iamamoto (2009, p. 359), pelo deslocamento da “satisfação de necessidades da esfera pública para a privada”.

O que ocorre é um processo de refilantropização social, aliada à privatização destas respostas, pautadas por um caráter de solidariedade nas ações; uma parceria entre o público e privado, no qual surge o “Terceiro Setor”, sendo a sociedade civil cada vez mais responsável em suprir tais necessidades sociais.

Esse processo gera importantes significados e repercussões para a atuação profissional do Assistente Social, pois ao mesmo passo que se mantém os campos de execução e implementação de políticas sociais, novas áreas de ação profissional surgem, tais como: uma nova configuração para área de recursos humanos, a formulação e gestão de políticas sociais, a atuação profissional em instituições do “Terceiro Setor”, entre outras.

Portanto, há uma diversificação nos espaços sócio-ocupacionais, os quais se constituem como produto histórico das lutas entre as classes pela hegemonia e pelo modo político das respostas profissionais. Ou seja, as demandas profissionais não estão pré-estabelecidas, elas se alteram conforme a correlação de forças e se modificam de acordo com a conjuntura, gerando ações potenciais a esse profissional.

Assim sendo, essa diversificação gera novas demandas, novas habilidades, competências e atribuições, como: análise de orçamentos e planejamento, elaboração, execução, avaliação e gestão de projetos e programas, dentre outras. Nesta direção, Duarte (2010) afirma, a partir de sua pesquisa que analisa a intervenção profissional do Assistente Social nas ONGs no Município de Natal/Rio Grande do Norte, que as exigências profissionais são intensificadas no cenário atual e estas trazem consigo um caráter de utilidade para a conjuntura capitalista, ou seja, exige-se na atualidade:

[...] qualificação, competência, criatividade, dinamismo e flexibilidade, palavras carregadas de utilidade e significado em uma conjuntura de crise mundial do capital. [...] também se inserem exigências direcionadas para a leitura e análise dos orçamentos públicos, para a identificação de alvos e metas, bem como para os recursos disponíveis, visando à captação de recursos e ao planejamento e execução de ações e projetos. (DUARTE, 2010, p.5)

Entretanto, é necessário ultrapassar as exigências e demandas imediatas; por isso o Assistente Social, de acordo com Iamamoto (2011), deve propor/negociar com a instituição empregadora projetos de atuação a fim de ampliar suas possibilidades de intervenção e responder muito mais que demandas institucionais, sobretudo, atender necessidades da população usuária.

Ressalta-se que, de acordo com Mota e Amaral (1998, p. 25), demandas sociais e necessidades sociais não significam a mesma coisa, já que as demandas “são requisições técnico-operativas que, através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes”, os quais demandam, de acordo com as autoras, necessidades políticas, culturais, materiais e sociais. Logo as necessidades sociais são fonte da demanda da atuação profissional.

Assim, a principal tarefaposta para o Serviço Social, na atual conjuntura, é a de identificar o conjunto das necessidades (políticas, sociais, materiais e culturais), quer do capital, quer do trabalho [...] Neste caso é preciso refazer – teórica e metodologicamente – o caminho entre a demanda e as suas necessidades fundantes, situando-as na sociedade capitalista contemporânea, com toda a sua complexidade. (MOTA e AMARAL, 1998, p. 26)

Para que se tenha uma ampliação o Assistente Social deve buscar ultrapassar limites – que, dentre outros, podem ser caracterizados: 1) pela condição assalariada em

que se encontra inserido o profissional; 2) pelas exigências e competências específicas das instituições empregadoras; 3) pela jornada de trabalho; 4) pelo processo de descentralização, focalização e precarização das políticas sociais públicas; 5) pelo processo de privatização de serviços sociais.

Outro grande desafio para o Assistente Social é justamente a compreensão crítica da realidade, a partir da dinâmica da totalidade/particularidade/singularidade que perpassam o cotidiano do exercício profissional do Assistente Social, a fim de requalificar o seu fazer profissional, a fim de que possa encontrar alternativas criativas de atuação, ou seja:

[...] desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes do cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 2011, p. 20)

Vale ressaltar que a Iamamoto (2011) coloca que é na realidade que as possibilidades estão postas e o profissional deve se apropriar desta e desenvolver alternativas de atuação, pois essa real compreensão da realidade evita o modo fatalista de enxergar o processo histórico, como se a realidade já estivesse com seus limites constituídos, ou seja, sem a possibilidade de modificação.

O que se concretizará a partir do momento em que essas alternativas são transformadas em projetos de ação, o que de acordo com Couto (2009) por meio deste projeto se terá estabelecido o que poderá ser oferecido ao seu espaço sócio-ocupacional para atender as demandas da instituição e traçar estratégias da atuação profissional. Para tanto a autora ainda afirma que a formulação deste projeto deve ter os seguintes elementos (idem, 2009, p. 657):

1. Identificação, delimitação e justificativa do objeto de ação: momento em que determinará as prioridades para responder as demandas colocadas;
2. Definição de objetivos, ou seja, esclarecer o que se pretende alcançar por meio da sua intervenção profissional;
3. Identificação das metas: formular os resultados a que se pretende chegar a partir das atividades desenvolvidas;

4. Demarcação de recursos: esclarecer quais os recursos serão necessários para a execução deste projeto; e
5. O registro de todo do processo de formulação, execução e avaliação deste projeto a fim de gerar novos elementos para novos projetos.

Portanto, o projeto de trabalho é instrumento fundamental para a compreensão e consolidação da ação profissional, bem como do projeto ético-político profissional, pois parâmetros serão estabelecidos e assumidos.

Mais um desafio que é posto à atuação profissional encontra-se nas relações entre projeto ético-político e o estatuto assalariado: o Serviço Social está inserido no processo de mercantilização, pois é um profissional que vende a sua capacidade de ação às instituições empregadoras que necessitam dessa força especializada de atuação. Por isso:

Verifica-se uma tensão entre projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, os quais são socialmente forjados a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se. (IAMAMOTO, 2009, p. 348)

De acordo com a Iamamoto (2009), ressalta-se que essa densa relação pode ser traduzida como a capacidade de realizar projeções e implementá-las na vida social, na precarização do trabalho, na instabilidade, na polivalência e na descaracterização da sua atuação como profissional assalariado que se encontra submetida ao poder dos empregadores. Como se pode observar na afirmação da autora:

A condição assalariada envolve necessariamente a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho consubstanciadas no *contrato de trabalho*, estabelecem condições em que este trabalho se realiza em termos de intensidade, jornada, salário, controle do trabalho e da sua produtividade, metas a serem cumpridas, assim como prevê a particularização de funções e atribuições decorrentes de normatização institucional que regula a realização do trabalho coletivo no âmbito dos organismos empregadores, públicos e privados. (idem, 2002, p.24, grifos da autora)

Além disso, há um processo de descaracterização profissional nas instituições (públicas, privadas e do “Terceiro Setor”) a partir do momento que o Assistente Social passa a ocupar cargos com diferentes nomenclaturas, como técnico social e coordenador, o que gera um conflito entre as competências profissionais do profissional de Serviço Social com as competências destes cargos ocupados; ou seja, uma confusão de cargos ou funções com a profissão. Segundo Duarte (2010, p. 71):

Tal consideração é relevante para o Assistente Social, uma vez que sua consciência enquanto profissional qualifica seu trabalho, delimita suas atribuições e competências; por outro lado, o cargo se constitui como mera denominação que pouco explica sobre a sua atuação profissional.

O fato é que na verdade não é uma nomenclatura, impondo uma função profissional, que irá determinar a qualificação deste Assistente Social, mas sim as competências e atribuições que lhe são inerentes³⁹, além disso, a profissionalização do Assistente Social se dá a partir de uma formação acadêmica que irá atribuir “o grau de assistente social”, e o Conselho Profissional⁴⁰ irá “autorizar e fiscalizar o exercício” deste profissional. (IAMAMOTO, 2002, p.40)

E é por isso que o Assistente Social se depara com um dos maiores desafios da profissão, segundo Iamamoto (2002): a tradução do projeto ético-político efetivamente no seu espaço sócio-ocupacional, como forma de apropriação e ampliação dos espaços

³⁹ As competências e atribuições profissionais do Assistente Social estão descritas nos artigos 4^a e 5^o da Lei de Regulamentação da Profissão nº 8662/1993.

⁴⁰“Os Conselhos de Profissão são entidades de direito público (mas sem vínculo político/financiamento com os órgãos estatais), criados por lei federal, com natureza autárquica, que têm a função básica de orientar, normatizar, fiscalizar e disciplinar o exercício profissional, além de garantir o cumprimento aos princípios do Código de Ética Profissional respectivo. Todas as profissões regulamentadas por lei dispõem de um Conselho Profissional. Há Conselhos que restringem suas competências a ações cartoriais e burocráticas (prerrogativas legais mais restritas) e outros que avançam para ações políticas e de defesa da garantia de direitos, sendo este o caso do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Serviço Social. Não deixando de cumprir o papel normatizador, o Conjunto Cfess/Cress (competências previstas na Lei 8662/93) preserva sua autonomia política em defesa das políticas públicas que contribuam com a construção de uma sociedade mais justa e democrática, cumprindo assim os compromissos e a direção social expressa nos seus instrumentos normativos.” (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL. Disponível em:

<http://www.cressdf.org.br/o%20que%20%C3%A9%20o%20cress.html> Acesso em: 05/10/2011)

ocupacionais reforçando a identidade profissional. Portanto, é fundamental que o profissional se identifique como Assistente Social e se faça ser reconhecido como tal dentro da instituição onde atua.

Logo, isso significa tornar o projeto ético-político profissional o guia para a atuação do Assistente Social, assim como consolidá-lo e implementá-lo. Para tanto, é necessário que este profissional busque reconhecer as condições sócio-históricas que estão presentes na atuação profissional e, a partir disso, traçar possibilidades para a concretização deste projeto. Todavia, para que essa atuação se materialize o Assistente Social deve ter um perfil crítico, criativo (formule e reformule propostas de ação) e propositivo. (IAMAMOTO, 2002)

Cabe ressaltar que a prática profissional do Assistente Social traz consigo implicações políticas, devido ao vínculo com um projeto de classe (progressista ou conservador), ou seja, a natureza da ação profissional tem caráter político-ideológico.

Sabe-se que com a reestruturação do capital tem-se um redimensionamento da profissão devido à inserção do Serviço Social em novos espaços sócio-ocupacionais, como o “Terceiro Setor”, onde se observa diversas contradições e limites de atuação do Assistente Social, porém não impedem o compromisso e legitimação profissional com o projeto ético-político, conforme afirma Sant’ana (2000), a partir de um respaldo teórico político deste profissional com o seu projeto de trabalho.

Portanto, a partir da recuperação histórica da trajetória do Serviço Social, da caracterização do projeto ético-político profissional e tendo em vista que o objetivo geral deste estudo é articular a atuação do Assistente Social no SESC/DF, inserido na lógica do “Terceiro Setor”, com o projeto ético-político profissional, considerando o projeto neoliberal na atualidade, observa-se a necessidade de analisarmos a atuação do Assistente Social nos espaços sócio-ocupacionais, principalmente no SESC/DF.

Para tanto buscaremos problematizar sobre o exercício profissional do Assistente Social na instituição em tela, por meio de uma pesquisa realizada com as profissionais do Serviço Social que atuam nesta instituição. E por isso serão sistematizados alguns aspectos: um breve perfil dos Assistentes Sociais da instituição, a atuação do profissional no SESC/DF e a relação entre a atuação e o projeto ético-político profissional.

4. O SERVIÇO SOCIAL NO SESC/DF: ATRIBUIÇÕES E RESPOSTAS PROFISSIONAIS

Neste capítulo buscaremos analisar a atuação dos profissionais do Serviço Social no SESC/DF a fim de entendermos como se dá a ação e o cotidiano profissional, quais são as demandas para o Serviço Social na instituição, quais os limites e possibilidades que os Assistentes Sociais se deparam na sua atuação profissional e, por fim, buscarmos analisar e problematizar sobre a relação com o projeto ético-político profissional.

O processo de coleta de dados se deu por meio de entrevistas com as Assistentes Sociais do SESC/DF, lotadas na COAST, que tiveram início no mês de outubro de 2011, momento em que foram realizadas 04 entrevistas.

Para tanto, foram realizados contatos telefônicos com as profissionais para que fosse marcado um encontro individual, de acordo com a disponibilidade de cada Assistente Social. O que se pode caracterizar como uma dificuldade, pois uma das profissionais sempre desmarcava o encontro em função de problemas de saúde ou compromissos já estabelecidos com a instituição. Portanto, para que todas as entrevistas fossem realizadas, foi necessária uma adequação de horários. Por outro lado, este momento se constituiu como fonte privilegiada de dados e informações que possibilitaram melhor compreender e problematizar o cotidiano profissional das Assistentes Sociais nas várias unidades que compõem o SESC/DF.

Neste sentido, este capítulo condensa a caracterização do perfil das Assistentes Sociais que participaram desta pesquisa, a atuação destas profissionais, os usuários atendidos pelo Serviço Social, bem como a relação entre atuação profissional e o projeto ético-político do Serviço Social.

4.1 PERFIL DAS PROFISSIONAIS ENTREVISTADAS

A fim de analisarmos a atuação do Assistente Social no SESC/DF buscarmos primeiramente traçar um perfil das profissionais em questão. Vale ressaltar que, com o objetivo de mantermos o sigilo sobre a identidade, as entrevistadas terão como referência nomes fictícios – Amanda, Beatriz, Vanessa e Paula. Destaca-se que todas as

entrevistadas são do sexo feminino, o que tem sintonia com a trajetória histórica da profissão marcada pela forte presença feminina.

A seguir traçamos o perfil das entrevistadas, elucidando-o a partir de alguns gráficos essenciais.

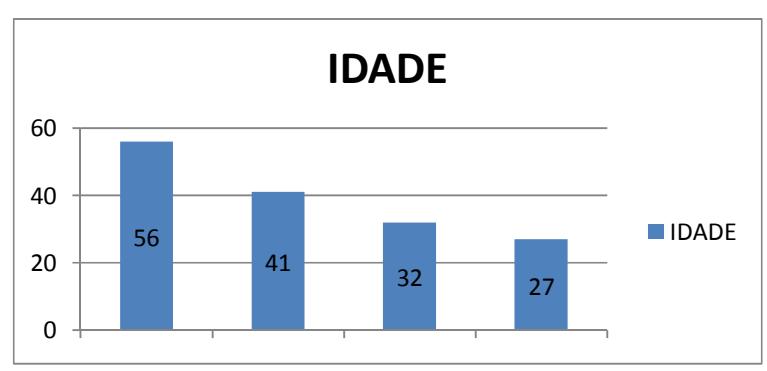


Gráfico 1 – Idade

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para este trabalho de conclusão de curso – fonte primária

Através deste gráfico é possível perceber que a faixa etária das profissionais de Serviço Social do SESC/DF é heterogênea, pois se pode caracterizar 04 grupos no que se refere à faixa etária: de 21 a 30 anos; de 31 a 40 anos; de 41 a 50 anos; e de 51 a 60 anos. Sendo que cada grupo é composto por uma única profissional.

Quanto ao tempo de formação profissional, a pesquisa revela que majoritariamente as Assistentes Sociais se formaram após o ano de 2000 e que apenas uma profissional possui mais de 20 anos de formação. O que podemos concluir que deve haver uma diferenciação das Diretrizes Curriculares entre as Assistentes Sociais que se formaram recentemente e a profissional que está formada há mais tempo. Ou seja, o que implica pensarmos que na formação profissional destas Assistentes Sociais houve o acesso a diferentes discussões, como por exemplo, no que se refere ao debate projeto ético-político profissional, o qual é resultado de lutas da categoria profissional e que ampliou o seu debate a partir da década de 1990.

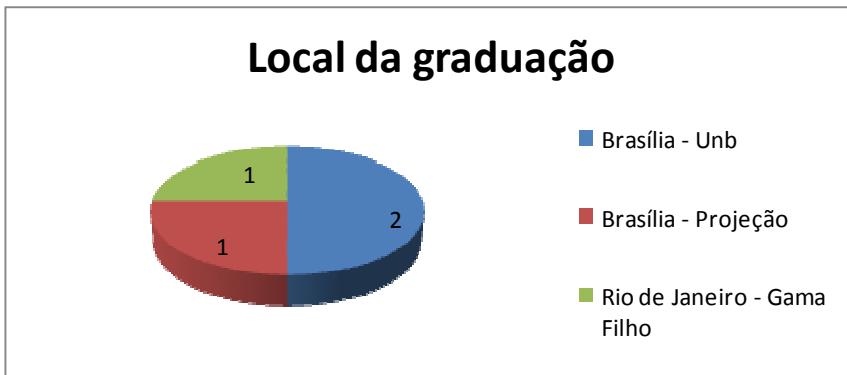


Gráfico 2 – Local de graduação

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para este trabalho de conclusão de curso – fonte primária

A maioria das entrevistadas formou-se em Brasília, havendo apenas a diferenciação entre as faculdades, que são Universidade de Brasília (UnB) e Projeção. Além disso, durante as entrevistas foram levantados dados sobre a capacitação continuada das profissionais e constatou-se que das 04 profissionais, 03 já fizeram pós-graduação lato-sensu (especialização), sendo que duas Assistentes Sociais participaram do curso “Direitos Sociais e Competências Profissionais, realizado pelo Conselho Federal de Serviço Social” – CFESS – em parceria com a Universidade de Brasília – UnB – entre os anos de 2009 e 2010.

Outro dado significativo é que atualmente no SESC/DF o processo seletivo de contratação de funcionários é realizado mediante prova objetiva, análise de títulos e entrevista; porém das entrevistadas, apenas a Assistente Social que ingressou na instituição em 2010 foi contratada desta maneira, pois as Assistentes Sociais contratadas em 2002 e 2003 ingressaram no SESC/DF antes de se ter essa forma de ingresso na instituição.

Ressalta-se que uma das contratações se deu em dois momentos, o primeiro por contrato temporário, por quatro meses, após análise de currículo, entrevista e indicação. E no segundo momento, foi contratada pelo período de cinco meses, em função de já ter trabalhado no período anterior e a instituição ter a necessidade de contratar mais uma Assistente Social, tendo em vista que uma das profissionais, em razão de problemas de saúde, teve de ser afastada da unidade em que atuava. Por conseguinte, a partir disso se pode observar uma descontinuidade no trabalho desenvolvido por esta Assistente Social,

já que seu trabalho foi interrompido anteriormente e logo essa profissional terá que sair da instituição, já que o contrato de trabalho acabará dentro de cinco meses.

Os cargos que estas profissionais ocupam são: 1) Coordenadora de Ação social e Terceira Idade e 2) Técnico de Nível Superior – TNS – e exercem a função de Assistente Social. Identifica-se que tal nomenclatura confunde o reconhecimento das profissionais como Assistentes Sociais na instituição e pode comprometer sua identidade, como afirma a entrevistada Amanda:

[...] na carteira de trabalho tem escrito técnico de nível superior Assistente Social. No contracheque, qualquer outro lugar nada tem escrito só no meu crachá porque eu exigi [...] na hora eu pedi que tivesse se [...] não ia ter Técnico de Nível Superior marcada.

Em função da Lei 12.317/2010⁴¹ as Assistentes sociais trabalham trinta horas semanais, apenas a coordenadora da COAST trabalha quarenta horas semanais devido à função gratificada⁴². Vale ressaltar que o reconhecimento da lei pela instituição não gerou corte ou redução salarial, ou seja, as profissionais continuaram recebendo o mesmo salário: média de 05 salários mínimos⁴³ bruto e a coordenadora recebe aproximadamente 12 salários mínimos.

Ressalta-se que atualmente há apenas três estagiários sob a supervisão de duas Assistentes Sociais; isto porque uma das Assistentes Sociais acredita que, por estar apoiando as atividades das unidades 504 sul e Setor Comercial Sul, poderia prejudicar uma supervisão de estágio qualificada.

De acordo com a Resolução 533 do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS – é necessário que seja assegurada a qualidade na aprendizagem do estagiário, para tanto, é necessário acompanhamento contínuo, direto e sistemático pelo supervisor do campo, bem como um espaço físico adequado para a realização do estágio. Portanto, como esta profissional não possui espaço físico fixo para a sua atuação, a supervisão de estágio

⁴¹ Lei 12.317/2010 que regulamenta as 30 (trinta) horas semanais como duração do trabalho do Assistente Social sem redução salarial.

⁴² Foi realizado contato, via email, com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), a fim de verificar se esta situação é regular. De acordo com a Assessora Especial do CFESS Adriane Tomazelli Dias quando se trata de cargo comissionado, que exige dedicação exclusiva e com isso o profissional recebe proventos adicionais, o empregador não é obrigado a aplicar a lei que garante as 30 horas semanais, apenas se houver um acordo entre a instituição e o profissional.

⁴³ O valor atual do salário mínimo brasileiro é de R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais) – novembro de 2011.

estaria comprometida e, desta forma, não estariam sendo respeitados os requisitos postos na resolução supracitada.

Além disso, como ponto em comum com a outra profissional que não possui estagiário, afirmou que não há uma demanda específica para o Assistente Social atuar com os grupos de idosos, a não ser as entrevistas sócio-econômicas que as profissionais realizam, mas que se constituem como demanda esporádica e sazonal; assim, as profissionais acreditam que não seria interessante o trabalho de um estagiário.

Com isso, é possível observar que para se ter estagiários sob a supervisão destas profissionais é necessário um campo de estágio concreto, ou seja, com demandas específicas para o Serviço Social durante todo o processo de estágio, não apenas conforme requisição da instituição. Pois, de acordo com a Resolução 533 do CFESS, o momento do estágio é o momento de ensino e aprendizagem, momento de síntese da relação teoria-prática, além do que é a oportunidade de se articular a pesquisa com a intervenção profissional e ter contato com o exercício teórico-prático, a fim de ajudar na formação profissional a partir do conhecimento da realidade e da problematização teórico-metodológica.

Os estagiários do Serviço Social no SESC/DF atualmente se encontram lotados nas unidades: Sede Administrativa e Taguatinga Norte. As supervisoras acreditam que este momento é fundamental para a formação do estagiário, pois é o período em que o estudante passa a ter uma visão geral da instituição, sem contar no amadurecimento que o estagiário adquire a partir do momento que passa a vivenciar um cotidiano profissional, ou seja, percebe-se que é a oportunidade do estagiário de aprendizagem, como visto anteriormente.

Podemos destacar aqui a sintonia entre a compreensão da relevância do estágio supervisionado pelas entrevistadas e o que norteia e é exigido na formação profissional do Assistente Social, conforme Resolução 533 do CFESS (2008, p. 02):

[...] a atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica

Ou seja, o estágio supervisionado se constitui como momento em que se pode refletir que para se trabalhar com a realidade social, com as expressões da questão social, com a garantia de direitos é necessário que se busque um preparo teórico-metodológico a fim de qualificar “intelectualmente o profissional para a escolha responsável do rumo que ele irá tomar” (FORTI & GUERRA, 2010, p. 9). Portanto, é a chance de compreensão de que as “operações particulares têm conexão com a totalidade e requerem a aquisição de preparo teórico (ético-político) e metodológico capaz de desvelar e efetivar sua atividade profissional” (idem, 2010, p. 10).

Além disso, de acordo com as profissionais é o momento em que o Assistente Social se depara com um “novo olhar”, pois como normalmente o profissional atua há bastante tempo na área às vezes “perde um pouco o foco, passa a ter um foco mais administrativo muitas vezes [...]”, segundo a entrevistada Vanessa; o que ajuda o profissional a desenvolver um contínuo momento de capacitação, favorecendo o aprendizado e a troca de saberes; bem como contribui com o processo de aprendizagem do estudante, inserido no cotidiano profissional, conforme observamos na fala de uma das Assistentes Sociais:

Dá um gás na gente, até esse processo de tá trabalhando a supervisão, favorece pro meu aprendizado, porque vêm coisas novas, eu tenho que também trabalhar, né? Em mim, essa coisa do passar, de que forma eu tenho que passar, ajudar muitas vezes o estudante [...] às vezes eles não tem toda a formação certinha, às vezes chega com alguma deficiência de projeto, alguma deficiência para elaborar um plano de estágio, então ali a gente vai trabalhando e vai crescendo junto na verdade, né? Porque tanto eles contribuem com alguma coisinha ou outra que viram e eu vou passando essa parte mais, assim, tanto da parte acadêmica, vamos dizer assim, que na verdade eu acabo surpreendendo as vezes uma deficiência que existiu, por “n” motivos né? Na faculdade. Como também essa parte da visão mais macro, né? Do atendimento que tem no SESC. (PAULA)

Com isso é possível perceber que o processo de estágio supervisionado, além de ser um momento de aprendizagem para o aluno, oxigena o Serviço Social na instituição, ou seja, é a oportunidade de aprendizado para o Assistente Social, já que se faz necessário que o profissional esteja em constante capacitação, e também o contato com o que é debatido, através do estagiário, nos campos universitários a fim de ter uma troca de saberes entre profissional e estagiário.

4.2 DEMANDAS E ATRIBUIÇÕES DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO SESC/DF

As Assistentes Sociais estão inseridas⁴⁴ nos projetos da Coordenação de Ação Social e Terceira Idade (COAST), que tem por competência, como é caracterizada no regimento interno do SESC/DF, a supervisão, a coordenação e avaliação das ações que estão sob a sua responsabilidade, bem como o acompanhamento e execução das atividades dos grupos (como o Grupo dos Mais Vividos), de ações comunitárias e outras atividades que surgirem para o Serviço Social⁴⁵.

As Assistentes Sociais do SESC/DF estão inseridas, conforme relato das entrevistadas, nas coordenações e no apoio aos Grupos, como o grupo dos “Mais Vividos” de cada unidade, no trabalho com o grupo “Vira Vida” no SESC de Taguatinga Norte e no apoio ao PESC na unidade do Gama. Além disso, realizam entrevistas para a concessão de bolsas ou descontos para atendimento dos serviços prestados pela instituição, bem como para o EDUSESC – Educação do Serviço Social do Comércio – e participam da seleção para as crianças atendidas no PESC – Programa Esportivo Social e Cidadania.

Ministram palestras, realizam planejamento de atividades e programas, além disso, cabe a coordenadora da COAST orientar, capacitar tanto os Assistentes Sociais quanto os demais profissionais que trabalham nesta coordenação, a fim de facilitar o trabalho desenvolvido por esta coordenação, bem como acompanhar resultados, avaliar e propor novos projetos para o SESC/DF.

Tendo em vista as áreas que foram citadas em que se encontram a atuação profissional do Assistente Social, as atribuições e demandas profissionais do Serviço Social podem ser sintetizadas e comparadas com a Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8662/1993) que determina as atribuições e competências profissionais e com o Código de Ética Profissional de 1993, conforme quadro a seguir:

⁴⁴ Ressalta-se que existe atuação profissional do Serviço Social no programa Mesa Brasil, porém não é realizado pelas Assistentes Sociais lotadas na COAST.

⁴⁵ Ver item 2.3.1 deste trabalho, em que são caracterizadas as atividades desenvolvidas pelo Serviço Social.

Atribuições do Assistente Social no SESC/DF	Demandas do SESC/DF para o Serviço Social	Lei 8662/1993 (Lei de Regulamentação da Profissão)	Código de Ética Profissional de 1993
Coordenação do Grupo dos Mais Vividos: planejamento, execução, avaliação; e apoio ao PESC.	Acompanhamento e coordenação dos grupos (acompanhar metas, avaliação de resultados e a formulação de estratégias)	Elaboração, Implementação, Execução e Avaliação de programas (Art. 4º inciso II); Planejar, organizar, elaborar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, programas, projetos e planos (Art. 5º incisos I, II).	Participação na formulação e implementação de programas sociais (Art. 2º alínea “c”); Programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados na instituição (Art. 8º alínea “a”).
Entrevistas de solicitação de gratuidade e descontos	Elaboração de pareceres sócio-econômicos, dos questionários de seleção dos usuários e planejamento para a seleção de bolsas para o EDUSESC e para o PESC	Realizar estudos socioeconômicos (Art. 4º incisos XI); Planejamento, organização de benefícios (Art. 4º inciso VI). Realizar relatórios e pareceres sobre a matéria de Serviço Social (Art. 5º inciso IV).	Empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais (Art. 8º alínea “d”)
Planejamento das ações que vão ser desenvolvidas, junto com os técnicos das unidades.	Participação das comissões de planejamento estratégico e de comissões de ética.	--	Incentivar a prática profissional interdisciplinar e respeitar as regulamentações de outras profissões (Art. 10 alíneas “d” e “e”); Integrar comissões interdisciplinares de ética (Art. 7º alínea d).
Criar redes ⁴⁶ com demais grupos de Idosos e instituições.	Encaminhamentos para atendimentos no SESC/DF ou em outras instituições.	--	Incentivar a prática profissional interdisciplinar (Art. 10 alínea “d”)
Supervisão de Estágio.		Supervisão de estagiários (Art. 5º inciso VI).	É vedado permitir ou exercer supervisão de aluno de Serviço

⁴⁶ De acordo com a Assistente Social entrevistada Beatriz buscar uma articulação a partir de redes sociais, significa buscar ampliar os serviços prestados pelo SESC/ DF, ou seja, através das redes a Assistente Social busca atender as demandas de seus usuários que não são atendidas no SESC/DF, como se pode observar: “[...] de repente aqui eu não consigo atender uma questão mais psicológica, porque eu não consigo ainda, tipo eu não tenho psicólogos e aí eu consigo levar a turma pra lá [...].” (BEATRIZ)

			Social em instituição que não tenha Assistente Social que realize acompanhamento direto ao estagiário (Art. 4º alínea “e”).
Presta orientações quanto a direitos e benefícios; e ministrar palestras.	--	Orientação Social (Art. 4º inciso III e V).	Garantir a plena informação (Art. 5º alínea “b”); Democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis (Art. 5º alínea “c”); Fornecer informações sobre o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social (Art. 5º alínea “f”).

Quadro 1 – Atribuições e demandas para o Assistente Social e Competências, Atribuições, Deveres e Direitos Profissionais de acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão (LEI 8662/1993) e o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para este trabalho de conclusão de curso – fonte primária

Abaixo seguem destaques de algumas falas das entrevistadas que elucidam as principais atribuições das Assistentes Sociais no SESC/DF:

É mais na parte mesmo do grupo, da coordenação do grupo: planejamento, execução, avaliação das atividades, né? A programação do que vai ser feito, todo o trâmite de cada atividade minha, porque não é só uma reunião, tem atividade a semana toda. (PAULA)

[...] desenvolve planejamento né? Das ações que vão ser desenvolvidas, é junto com os técnicos das unidades ah, participamos do planejamento estratégico institucional, porque as ações têm que tá vinculadas né? A ação estratégica da organização, então toda a ação que é desenvolvida nas unidades, tem que ter essa ligação, tem que tá unida né? Com o pensamento institucional, com a missão institucional [...] a minha rotina de trabalho está vinculado a essas atividades né? É eu tenho que ler todos os projetos, analisar os projetos [...] as programações mensais, depois avaliar os resultados, acompanhar se a metas estão compatíveis com o planejamento feito [...] (VANESSA)

[...] as entrevistas de solicitantes de bolsa, de atendimento sem ônus eu que faço, todas do SESC. [...] E têm acompanhamentos né? Como orientações que a gente faz sobre benefícios né? (AMANDA)

Portanto, a partir da sistematização das atribuições e demandas para as Assistentes Sociais conseguimos notar que estas estão de acordo com o que é colocado nas regulamentações do Serviço Social, como por exemplo, a elaboração, planejamento e execução de programas, bem como análises sócio-econômicas e pareceres sociais.

A Assistente Social Paula destaca que surgem demandas⁴⁷ esporádicas de acordo com a realidade e dinâmica da instituição e de seus usuários. Entretanto, Paula ainda esclareceu que quando chega uma demanda que não é de sua competência existe o respeito da instituição; portanto, percebe-se uma autonomia relativa em sua atuação diante do que lhe é posto pela instituição, como podemos observar:

Eles me encaminham assim: “vê se você consegue ajudar de alguma forma [...]”, entendeu? Mas assim, no momento que eu falo: “isso aqui não é pra mim”, há um respeito total; assim, na verdade eu já consegui um espaço na instituição onde eu não aceito tudo, né? Eu vou *filtrando* o que é da minha área, o que não é, vou explicando pro pessoal, então não tem muito disso não. E quando vem alguma coisa que não é pra mim aí eu encaminho (PAULA; grifo nosso)

De acordo com o Código de Ética de 1993 o profissional tem por direito “[...] ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções” (Art. 2º alínea “h”). Conforme Mota e Amaral (1998, p. 42) a autonomia relativa é caracterizada nos aspectos teóricos, políticos, éticos e técnicos para que o profissional possa atuar sobre a realidade e dessa forma se ter uma “identidade ocupacional”.

Entretanto, ressalta-se que há uma interferência dos empregadores na delimitação das atividades desenvolvidas pelo Assistente Social, já que a instituição estabelece demandas e prioridades a serem respondidas e atendidas. Por isso existe a necessidade de afirmação da autonomia profissional por meio da definição do perfil profissional a partir dos valores das competências teórico-metodológicas e operativas e das normatizações para se materializar o projeto profissional e dessa forma se ter a expansão da autonomia relativa. (IAMAMOTO, 2009).

4.3 OS USUÁRIOS DO SERVIÇO SOCIAL

Faz-se, também, importante para a sistematização deste estudo indicar o perfil dos usuários do Serviço Social na instituição. De acordo com o que foi coletado na pesquisa,

⁴⁷ Ressalta-se que as demandas profissionais são determinações das necessidades sociais e que o Serviço Social tem por tarefa identificá-las.

com os dados coletados a partir de leituras de documentos do SESC/DF e da observação de campo como estagiária, os usuários atendidos pelas Assistentes Sociais do SESC/DF podem ser caracterizados da seguinte forma:

Programa	Unidade	Total de usuários por programa	Idade	Sexo	Renda
PESC	Gama	100 (50 por turno)	7 – 14 anos	25 masculino 25 feminino	--
EDUSESC	Gama	--	Alunos até o ensino fundamental	--	--
Grupo dos Mais Vividos	Gama	Média de 35 a 40	59 – 70 anos	--	--
EDUSESC	Ceilândia	--	Alunos até o ensino fundamental	--	Maioria classe média
TRIATLO	Ceilândia	--	8 – 14 anos	Maioria meninos	--
Grupo dos Mais Vividos	504 Sul	Média de 35 a 40 anos	65 – 80 anos	--	Maioria classe média alta
Grupo dos Mais Vividos	Setor Comercial Sul	Média de 35 a 40 anos	65 – 80 anos	--	Maioria classe média alta
Grupo dos Mais Vividos	Taguatinga Norte	Média de 400 ⁴⁸	Maioria acima de 60	Maioria Mulheres	Renda varia de três salários e até mais de sete salários.
Vira Vida	Taguatinga Norte	--	16 – 21 anos	--	--

Quadro 2 – Perfil dos usuários

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para este trabalho de conclusão de curso - fonte primária

Podemos dizer que os usuários atendidos pelo Serviço Social possuem um perfil homogêneo inseridos nos respectivos programas, ou seja, percebe-se que na maioria não há grande variação da faixa etária e do total de usuários dos programas em cada unidade, apenas a renda varia um pouco, principalmente entre as rendas dos Grupos dos Mais Vividos, o que está diretamente ligado a cidade satélite em que se encontra a unidade.

A partir dos dados coletados nas entrevistas realizadas pode-se sistematizar que as principais demandas destes usuários são:

- Realização de atividades lúdicas;

⁴⁸ Foi realizado um recadastramento de acordo a profissional entrevistada e constatou-se que o grupo de Taguatinga norte atende 400 idosos, vale ressaltar que 400 idosos não são atendidos em todas as atividades oferecidas pela instituição, mas na totalidade delas.

- Realização de atividades voltadas para o artesanato e pintura;
- Musicoterapia;
- Atividades esportivas;
- Participação de atividades teatrais;
- Atendimentos médicos; e
- Esclarecimento de direitos e benefícios.

Ressalta-se que, o projeto Vira-Vida não se constitui como um projeto do SESC/DF; assim, não há uma demanda diária dos jovens e nem há uma equipe técnica que atue diretamente com eles, tendo em vista que no SESI existe essa equipe composta por psicólogo, Assistente Social, pedagogo e enfermeira. Na verdade, a Assistente Social que atua neste projeto no SESC/DF apenas sinaliza algumas questões como marcas no corpo, se o jovem aparenta sinais de embriaguez e drogadição. As demandas atendidas pelo Serviço Social no SESC/DF, advindas deste projeto, são apenas as atividades esportivas e atendimentos médicos.

No que diz respeito a uma avaliação das atividades desenvolvidas pelo Serviço Social, foi relatado nas entrevistas que uma reunião mensal é realizada com a equipe da COAST a fim de avaliar as atividades desenvolvidas e também se constitui como momento de “troca de experiências”, como se pode observar pela fala da Assistente Social, Beatriz:

Nós temos reuniões mensais com a coordenação, então dessas reuniões nós, é, avaliamos o que foi de produtivo e o que uma técnica pode passar pra outra técnica como atividade. Então tem uma avaliação sim, é sim uma avaliação porque nós passamos [...] troca essas experiências e também já discute o que vai fazer no próximo mês.

Em relação à participação do usuário na avaliação das ações, de acordo com a pesquisa, apenas na unidade de Taguatinga Norte é realizada uma avaliação junto com os usuários do Serviço Social. De acordo com a Assistente Social desta unidade são realizadas duas avaliações: uma no meio do ano e a outra no final do ano. A primeira avaliação é feita para se ter um retorno das atividades já realizadas e para conhecimento das requisições dos idosos; a segunda é para que se possa avaliar o desempenho do

Assistente Social, dos estagiários, dos professores que trabalham junto ao grupo e demais funcionários do SESC/DF.

Portanto, percebe-se a necessidade da sistematização de uma avaliação destas profissionais, a fim de auxiliar o trabalho desenvolvido pelas Assistentes Sociais, além disso, é um momento de oportunidade de repensar a prática profissional.

4.4. PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS ASSISTENTES SOCIAIS ENTREVISTADAS

Concernentes aos principais problemas e dificuldades enfrentadas no cotidiano profissional foram levantadas algumas questões que são relevantes para serem analisadas neste trabalho.

Primeiramente foi levantada a questão de concessões de bolsas e gratuidades de acesso aos serviços prestados pela instituição. Foi sinalizado que existe uma limitação na atuação do profissional do Assistente Social em função da cota de bolsas existentes. Ou seja, de acordo com a Assistente Social Amanda, isso acaba interferindo em seu trabalho, pois acredita que as concessões são efetuadas não em função do parecer social⁴⁹ elaborado, mas sim por estarem dentro do número de bolsas que a instituição tem por limite.

Outra questão é que, durante alguns meses, uma das Assistentes Sociais estava atuando com o PESC das unidades Gama, Taguatinga Sul e Ceilândia e com o Grupo dos Mais Vividos da unidade do Gama. Logo, era uma profissional atuando em dois programas distintos e em unidades diferentes. Além disso, o PESC, apesar de ter um perfil de usuários homogêneo, possui demandas diferenciadas em cada unidade. Portanto, observa-se uma necessidade de expansão do quadro de recursos humanos do Serviço Social, já que com a redução da jornada de trabalho, garantida pela PL 30, o volume de demandas continuou a mesma para a profissional o que compromete o trabalho da

⁴⁹ De acordo com Mioto (2009, p. 493) “[...] O parecer deve expressar a opinião do profissional sobre a demanda que motivou o estudo social a responder questões sobre a situação. Nele são sugeridos encaminhamentos possíveis para atender tanto a demanda quanto à situação”.

Assistente Social, pois havia dificuldade no acompanhamento dos usuários e o atendimento das suas demandas.

[...] era um Assistente Social pra três unidades, com cada unidade com 100 alunos, a *demanda era muito grande* pra um Assistente Social só conseguir tá acompanhando, sem contar que o Assistente Social não estava só com o PESC, o Assistente Social estava com o PESC e com o Grupo dos Mais Vividos [...], era uma realidade meio absurda assim, não tinha como você acompanhar, até porque a criança ela traz algum tipo de problema, algum tipo de situação, né? E, mas a limitação maior mesma é a *sobrecarga de demanda* das três unidades pra uma Assistente Social só, eu creio que se fosse uma Assistente Social pra cada unidade né? Pra cada grupo de PESC seria já diferente o atendimento, seria bem diferenciado, você conseguiria atender as crianças, conseguiria atender as famílias, observar né? (AMANDA; grifo nosso)

Logo, identifica-se um acúmulo de funções e atividades para esta profissional no momento em que tem que planejar, executar, monitorar, avaliar o programa do Grupo dos Mais Vividos e, ao mesmo tempo, acompanhar as ações e demandas do PESC em unidades diferentes; isto caracteriza uma sobrecarga de trabalho imposta pelo lógica capitalista de fragmentação e de redução de trabalhadores, tonando-os “trabalhadores multifuncionais”, conforme Duarte (2007, p. 32-33, grifos nossos):

[...] o capital utiliza-se de um conjunto de alterações que *flexibilizam* as relações e as condições de trabalho, essencialmente com precarização (do emprego e da remuneração), terceirização, *polivalência* (“trabalhadores multifuncionais”), redução drástica de postos de trabalho e direitos trabalhistas, assim como com a fragmentação da organização política dos trabalhadores.

Portanto, havia uma exigência muito grande para uma das profissionais, ou seja, era requerida uma polivalência da Assistente Social, no momento em que é responsável pelo planejamento, pela execução, pela avaliação, e coordenação de dois programas distintos, que possuem suas singularidades e em unidades diferentes. O que impôs à profissional a necessidade de estar constantemente em deslocamento entre uma unidade e outra, o que significa uma redução do seu tempo de trabalho nessas unidades, bem como uma dificuldade de manter a continuidade da sua atuação nas unidades.

Conforme caracterização de Iamamoto (2002), percebe-se uma intensificação do trabalho do Assistente Social fruto da dinâmica atual do mundo do trabalho, como destaca a autora:

Os assistentes sociais passam a sofrer os efeitos da intensificação do trabalho, da *polivalência*, da redução dos programas sociais e benefícios, da focalização de programas, das existências de requalificação da força de trabalho. (idem, p. 41, grifos da autora).

Portanto, é um desafio profissional ultrapassar esse limite, tendo como orientação o projeto ético-político profissional para traçar estratégias de atuação e, dessa forma, melhor atender as necessidades de seus usuários. Segundo Iamamoto (2002, p.41, grifos nossos), “*O desafio é o assistente social ultrapassar a perplexidade e apropriar-se dos novos espaços profissionais, orientando a atuação segundo os princípios ético-políticos da profissão*”.

Outra dificuldade sinalizada pelas Assistentes Sociais é que em algumas das unidades não há tanto apoio para as atividades desenvolvidas para o Grupo dos Mais Vividos. Na verdade, percebe-se que, dentro deste projeto, falta apoio das demais coordenações que atuam no SESC/DF. Apenas na unidade de Taguatinga Norte, há uma articulação com os outros profissionais e serviços prestados pelo SESC/DF para as atividades dirigidas aos idosos, pois estes usuários têm aulas gratuitas de natação, hidroginástica, yoga, entre outras; ministradas pelos próprios professores que são servidores da unidade, o que não acontece nas demais unidades em que as Assistentes Sociais atuam.

Foi colocado também que há uma falta de espaços para a realização das atividades e palestras ao Grupo dos Mais Vividos, pois, de acordo com as entrevistadas, é necessário que o Assistente Social adéque seu cronograma de atividades às agendas das demais áreas a fim de utilizar determinado espaço. Portanto, falta estrutura física, ou seja, condições objetivas para a realização das atividades que são desenvolvidas, apesar do programa ser considerado pela instituição referência no que diz respeito ao trabalho com idosos. Assim, nota-se que não há uma preocupação por parte da instituição em determinar um espaço físico para a realização das atividades do Grupo dos Mais Vividos, o que acarreta

dificuldades na concretização da atuação profissional que precisa buscar articular e negociar espaços para enfim poder realizar suas atividades.

Vale ressaltar que somente em três unidades do SESC/DF há Assistentes Sociais na coordenação dos Grupos dos Mais Vividos e por isso uma das maiores dificuldades é a falta de profissionais da área de Serviço Social, conforme a fala da Assistente Social entrevistada: “[...] Então eu acho que na verdade a maior dificuldade mesmo que eu passo aqui é *falta de uma equipe mesmo de Serviço Social*, até pra tá fortalecendo os projetos pensando junto porque não tem troca [...]” (PAULA, grifo nosso)

E, conforme o que foi colocado nas entrevistas, é possível observar uma tendência de desprofissionalização do Assistente Social, pois nas outras unidades há profissionais de outras áreas atuando com o Grupo dos Mais Vividos, porém com outro enfoque na atuação:

Tá, porque assim, como nos outros grupos são pessoas que estão lá [...] outras formações, acaba que a área de Serviço Social mesmo fica enfraquecida. Porque o meu, a minha linguagem é diferente do outro que não é Assistente Social, [...] Se eu não sigo uma regra, vamos dizer assim, por questões éticas e tudo mais o outro já faz [...] (PAULA)

A Assistente Social Paula informou que através das reuniões mensais as profissionais buscam discutir sobre como o trabalho deve ser desenvolvido, mas, devido à diferenciação de formação profissional, “[...] nem sempre elas entendem o que a gente tá falando [...]” o que dificulta a concretização de um trabalho unânime, a partir dos mesmos princípios, nos Grupos dos Mais Vividos.

Como visto no capítulo anterior, há uma descaracterização profissional (IAMAMOTO, 2002) destes Assistentes Sociais, já que profissionais de outras áreas atuam nos mesmos campos de atuação do Serviço Social. Por isso é importante o Assistente Social estar sempre delimitando suas ações a partir de suas atribuições e competências profissionais respaldadas na Lei de Regulamentação da profissão, a fim de evitar uma confusão do que é matéria do Serviço Social.

4.5. DEMANDAS POTENCIAIS

Atualmente, a atuação profissional do Assistente Social se encontra restringida em basicamente três áreas, como visto anteriormente: atuação com grupos, ação comunitária

e concessão de gratuidades e bolsas para serviços oferecidos pelo SESC/DF. A partir disso acredita-se que existem demandas potenciais para a atuação destes profissionais. Por isso, foi identificada, durante a pesquisa, a necessidade de uma expansão do Serviço Social para outras áreas dentro do SESC/DF.

De acordo com as entrevistadas, a seguir caracterizamos algumas áreas de atuação que poderiam ou deveriam ter um ou mais Assistentes Sociais e a quantidade de vezes que aparece cada resposta. Destacamos que nas respostas foram informadas mais de uma área no qual poderia expandir a atuação do profissional de Serviço Social.

Área de atuação	Quantidade (Nº)
Educação	4
Saúde	1
Recursos Humanos	2
PESC	2
TRIATLO	2
SESC OLÍMPICO	1

Quadro 3 – Área de atuação

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para este trabalho de conclusão de curso - fonte primária

Portanto, percebe-se que a área de maior incidência em que as Assistentes Sociais observam a necessidade de expansão do Serviço Social é a educação, seguida pelo acompanhamento de um profissional da área na saúde, nos recursos humanos, no PESC e no TRIATLO, pois de acordo com as profissionais é necessário um acompanhamento contínuo com os usuários destes programas, já que atualmente não é realizado esse acompanhamento, ou seja, como não há atuação profissional do Assistente Social nessas áreas e por isso se observa que existem demandas potenciais para o Serviço Social.

A partir das informações coletadas, pode-se apreender que essa necessidade é em função da formação profissional do Assistente Social, a fim de esclarecer sobre direitos e benefícios dos usuários dessas áreas apontadas, do atendimento contínuo dos próprios servidores da instituição, no acompanhamento familiar e dos próprios alunos do EDUSESC e dos programas PESC, TRIATLO e SESC OLÍMPICO, bem como encaminhamentos dos usuários do SESC/DF para um acesso ampliado aos próprios serviços prestados pela Instituição e para as instituições que atuam em parceiras com o SESC/DF.

Vale ressaltar que a coordenadora da COAST colocou a necessidade de um Assistente Social em cada unidade, atuando dentro das demandas daquela unidade. Sendo que esse número de profissionais seria de acordo com o tamanho da unidade, caso fosse necessário um número maior de profissionais da área.

É eu acho que a ação do Serviço Social na verdade deveria ter pelo menos um Assistente Social em cada unidade, porque se tivesse um Assistente Social em cada unidade ele poderia atender demandas de todas as áreas daquela unidade, tanto do lazer, quanto da saúde. Dependendo também do tamanho da unidade poderia ter mais de um. (COORDENADORA DA COAST)

Nos programas em que há seleção realizada pelo Serviço Social, bem como as análises sócio-econômicas referentes à concessão de gratuidade e descontos percebe-se, como foi colocado por uma das profissionais, que se faz necessário um acompanhamento contínuo do Assistente Social a esses usuários beneficiados, pois o trabalho fica prejudicado e sem continuidade, tendo em vista que a realidade é dinâmica e, com isso, tem-se a possibilidade de surgirem novas demandas desses usuários e que não vão ser trabalhadas pelo profissional do Serviço Social, apenas serão trabalhadas caso a instituição veja a necessidade:

[...] aí acabam que passa entendeu? aí só não passa quando o caso é muito de emergência porque aí tem esse olhar, e acaba que aí outros profissionais têm que começar ter esse olhar né? Do Assistente Social pra verificar e solicitar a nossa demanda, solicitar a nossa atuação, sendo que deveria ser a gente que deveria estar lá identificando e fazendo. (PAULA)

Logo, percebe-se que o SESC/DF, por ser uma instituição de grande porte e tendo em vista sua missão⁵⁰ e as demandas para o Serviço Social, é necessário um maior número de Assistentes Sociais atuando na instituição, tendo em vista a quantidade de programas desenvolvidos e demandas levantadas para as profissionais do Serviço Social. Dessa forma as respostas profissionais terão uma melhor qualidade, o que não só fortalecerá a ação profissional do Serviço Social, mas irá também gerar credibilidade e visibilidade do Serviço Social na instituição, conforme relatos da Assistente Social Paula.

⁵⁰ Ver página 39 deste trabalho, onde é descrita a missão do SESC/DF.

Para tanto seria interessante uma mobilização das Assistentes Sociais em torno desta questão, ou seja, articulação inclusive com outros profissionais que apóiem a expansão do quadro de pessoal do Serviço Social, a fim de mostrar para a instituição a necessidade de ampliação de vagas e a ampliação das áreas de atuação deste profissional no SESC/DF.

4.6 O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NO COTIDIANO PROFISIONAL

É necessário que analisemos como se dá a inserção do projeto ético-político profissional no cotidiano do Assistente Social no SESC/DF, com isso foram realizadas algumas questões às profissionais para que fosse possível analisar essa relação, para tanto foram sistematizados os seguintes tópicos: a) opinião das Assistentes Sociais sobre a profissão no SESC/DF diante da atualidade; b) participação em eventos da profissão; e c) contribuição do Código de Ética no cotidiano profissional.

a) Opinião das Assistentes Sociais sobre a profissão no SESC/DF diante da atualidade

No que concerne a opinião das profissionais sobre o Serviço Social na contemporaneidade, foram colocados os seguintes pontos:

1. Acredita-se em uma maior visibilidade para o Serviço Social no mercado de trabalho;
2. Acredita-se que atualmente já se conseguiu avançar na desmistificação de que a profissão é apenas caracterizada pela “boa moça” e pela caridade;
3. Que atualmente no SESC/DF o Assistente Social conquistou seu espaço, apesar de terem a consciência de que ainda se tem muito para se conquistar; e
4. Preocupação com os cursos à distância do Serviço Social, pois se acredita que nestes cursos há uma inadequação na formação profissional do Assistente Social.

Logo, apreende-se que as profissionais entendem que a profissão tem conquistado espaço nos campos de atuação, apesar de demonstrarem que ainda há muito a ser expandido, principalmente no SESC/DF.

E por último que existe uma preocupação no que se refere aos cursos de Serviço Social à distância, tendo em vista que o Serviço Social é uma profissão que trabalha com a realidade social dinâmica e complexa e que precisa ser apurada a partir da apreensão da totalidade, e portanto, é necessário que a atuação profissional esteja articulada com as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico operativa.

Para tanto, nota-se “a necessidade da garantia de qualidade para o Ensino a Distância, o que exige ser o mesmo pautado pelas Diretrizes Curriculares que orientam a formação dos assistentes sociais e, referenciados em balizas específicas para os cursos de graduação à distância em Serviço Social” (CFESS, ABEPSS e ENESSO, 2006, p.03) a fim de se ter a formação de profissionais capazes de fazer a leitura crítica da realidade, bem como, a intervenção sobre esta realidade.

b) Participação em eventos da profissão

Quando questionadas no que se refere a um acompanhamento dos eventos e discussões sobre a profissão na atualidade, as Assistentes Sociais colocaram que não tem participado e que se há conhecimento das questões que estão sendo debatidas atualmente é em função das notícias geradas pelo CFESS. E que participam atualmente apenas de eventos que estão voltados para as suas práticas profissionais, como por exemplo, seminários sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, ou que se referem à pessoa idosa.

Assim, observa-se que as profissionais possuem uma preocupação em estarem em constante capacitação no que se refere aos assuntos diretamente ligados à sua atuação, porém percebe-se uma debilidade quanto à participação em debates no que tange a matéria do Serviço Social; o que precisa ser repensado já que é necessário que o profissional não esteja apenas envolvido nas matérias pontuais da sua atuação, mas que busque a reflexão sobre a profissão na contemporaneidade.

Ou seja, estar em constante capacitação significa aprofundar a dimensão intelectual profissional, a partir do momento que busca (re)conhecer os princípios e fundamentos da ordem hegemônica, bem como as necessidades sociais e transformá-las em práticas profissionais (GUERRA, 2005). Além do que no Código de Ética do Serviço Social, no artigo 2º que constitui os direitos e responsabilidades gerais do Assistente

Social, há o direcionamento como um direito profissional o aprimoramento de forma contínua.

c) Contribuição do Código de Ética no cotidiano profissional

Percebe-se que os Assistentes Sociais buscam desenvolver uma atuação pautada no conhecimento do Código de Ética e na Lei de Regulamentação profissional no momento em que buscam garantir o acesso aos serviços prestados pelo SESC/DF e atender as necessidades dos usuários, conforme o artigo quinto do Código de Ética que se refere aos deveres do Assistente Social com seus usuários.

E, também, buscam articular sua atuação com seu projeto ético-político a fim de pautar sua atuação e entender a realidade da sociedade e da profissão, já que este projeto delimita uma ação profissional qualificada e crítica, que tem por parâmetros princípios ético e políticos.

Além disso, a busca de se ter conhecimento dos programas e missão da instituição (conforme artigo sétimo do Código de Ética que esclarece sobre os direitos do Assistente Social na instituição), bem como de legislações sociais a fim de ampliar seu trabalho e melhor responder as demandas de seus usuários.

Sem contar no interesse de estar no processo constante de capacitação para contribuir na formação crítica e seguir na atuação tendo como base o projeto ético-político profissional; como afirma Duarte (2007, p.124 e 125) “há a necessidade latente de capacitação continuada na profissão de Serviço Social, o que contribui para uma direção social coerente com o projeto ético-político profissional”.

Além disso, observa-se a preocupação dos Assistentes Sociais em estarem realmente envolvidos com as atividades realizadas pelo Serviço Social, bem como com a publicação de materiais sobre o Serviço Social no SESC/DF o que ajudaria na ampliação desta área na instituição, como ampliaria os campos de discussões dos trabalhos desenvolvidos pelo Assistente Social em seu campo sócio-ocupacional.

Ressalta-se que o Código de ética de 1993 caracteriza os princípios fundamentais da profissão, dispõe sobre direitos e deveres profissionais, bem como explicita os parâmetros éticos nas relações com usuários, outros profissionais e empregadores. Além

disso, tem por base a liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social (CFESS, 1993). Portanto, de acordo com Barroco (2008, p. 205):

[...] o Código trata de dimensão prático-operativa, tendo por eixo a defesa e a universalização dos direitos sociais e de mecanismos democráticos de regulação. [...] aponta para as determinações da competência ético-política profissional; ela não depende somente de uma vontade política e da adesão de valores, mas a capacidade de torná-los concretos, donde sua identificação como unidade entre as dimensões ética, política, intelectual e prática, na direção da prestação de serviços sociais.

A partir disso, percebe-se que todas as Assistentes Sociais compreendem que o Código de Ética do Serviço Social é o balizador das suas ações, sendo uma forma de respaldar e estruturar a ação profissional e, assim, fortalecer a sua atuação, bem como os seus usuários.

De acordo com a Assistente Social entrevistada, Paula, atualmente a sua atuação está mais estruturada na instituição; porém, antigamente, não se tinha o entendimento por parte da instituição do que era o Serviço Social, consideravam que ela poderia atuar em diferentes áreas esquecendo-se das suas atribuições e competências profissionais “*então você pode fazer tudo, né?* Você vai pra cultura, você vai pra não sei o que, porque você é TNS⁵¹, então teve um momento que a gente teve que quebrar isso [...]” (grifo nosso). Para tanto foi necessário que esta profissional se apropriasse do Código de Ética e da Lei de Regulamentação e os utilizasse como mecanismos para resguardar e fundamentar a sua atuação no SESC.

Além disso, percebe-se que o Código de Ética auxilia as profissionais nos cuidados em realizar as entrevistas prevendo o sigilo; no respeito com os demais profissionais tanto do Serviço Social quanto das demais áreas; e no que se refere em ser um garantidor e mobilizador de direitos para os usuários.

Bem como, sobre o cuidado de se usar o carimbo com seu número do CRESS somente em documentos que se referem à prática profissional (conforme artigo 9º, linha “a” do Código de Ética que determina a vedação do profissional em emprestar seu nome e registro para simulação de exercício profissional); o cuidado em não desvincular sua

⁵¹ TNS – Técnico de Nível Superior

prática profissional ao que é posto no Código de Ética, a questão da relação com o usuário e nos embates que surgem dentro da instituição, a fim de se resguardar diante desses entraves institucionais.

Logo, a maioria reconhece a necessidade de estar sempre em contato com o Código de Ética da profissão. Destacamos que durante a entrevista, a Assistente Social Paula tirou seu Código de Ética da bolsa para exemplificar que sempre que necessário recorre a ele. A seguir elucidamos falas de outras entrevistadas que destacam a importância do código no cotidiano profissional do Assistente Social:

[...] eu acho que ele deve ser lido, relido e estudado porque às vezes, infelizmente, a gente percebe posturas né? Que não as esperadas pelo profissional.” (VANESSA)

[...] por isso que eu entendo tanto ele quanto a lei de regulamentação deveria ser algo que ficasse sempre do nosso lado né? Na mesa pra qualquer tipo de dúvida na hora a gente dar uma olhada, deveria né? Ser assim, porque é uma forma da gente estruturar é, nossas atividades, nossos (...) nosso tipo de trabalho dentro do que é exigido ali [...] (AMANDA)

[...] eu me posiciono no meu conhecimento né, como, o meu conhecimento do código de ética, do projeto ético-político profissional, então eu me posiciono daquela forma, pautada justamente no projeto ético-político profissional [...] (BEATRIZ)

Conforme relato das entrevistadas pode acontecer que a instituição imponha algumas situações para a Assistente Social que não correspondem à matéria do Serviço Social, devido à gestão da instituição inserida na lógica do “Terceiro Setor”, que é uma estratégia neoliberal.

E isso gera um conflito, principalmente por este profissional que está inserido em uma lógica salarial, conforme Iamamoto (2002), que afirma que a partir dessa relação salarial, determinada por um contrato de trabalho, tem-se um controle e demandas por parte da instituição.

Bem como que a atuação profissional do Assistente Social está inserida na correlação de forças, pois há uma tensão entre os projetos societários (projeto neoliberal e o projeto da classe trabalhadora) diferentes inseridos na realidade social, e que por isso o profissional deve ter sua atuação orientada por um dos projetos, conservadores ou

progressistas (como visto anteriormente), a fim de traçar estratégias de ação: conservadora ou que se oponha às imposições neoliberais.

Portanto, o Assistente Social está inserido na lógica que mercantiliza a sua prática profissional, que determina uma densa relação, que precariza, torna instável, polivalente, e descaracteriza a atuação profissional, em função da requisição dessa força de trabalho qualificada dentro de um caráter patronal, como é exposto por Iamamoto (2011, p.23 e 24):

É um trabalhador especializado, que vende a sua capacidade de trabalho para algumas entidades empregadoras, predominantemente de caráter patronal, empresarial ou estatal, que demandam essa força de trabalho qualificada e a contratam. Esse processo de compra e venda da força de trabalho especializada em troca de um salário faz com que o Serviço Social ingresse no universo de mercantilização, no universo do valor.

Por isso, as profissionais colocaram que existe sim o receio de retaliações que podem ser sofridas, caso a Assistente Social não haja da forma que lhe está sendo (im)posto:

[...] por medo né, por ser uma empresa por medo de você ir muito contra e a pessoa, e ser mandado embora [...]. Por isso também que eu acho que tem muitos, os servidores do SESC atualmente ficam nessa coisa, de em cima do muro com medo de perder algum tipo de benefício né? Ou algum tipo de cargo importante. (AMANDA)

Isso se porque a atuação profissional se encontra no campo da tensão, dentro do espaço da correlação de forças, ou seja, no campo das mediações que “[...] aporta uma enorme contribuição ao desvendamento dos fenômenos reais e à intervenção do assistente social [...]” (PONTES, 2000, p. 43), em que são sintetizadas as determinações, logo, as relações sociais, o espaço, o tempo e a conjuntura histórica.

Porém, como alternativa a esses embates foi colocado que o Assistente Social tem que deter da habilidade de negociação, de estratégia e que muitas vezes o que é considerado perda em um primeiro momento passa a ser um avanço na atuação ali na instituição; então, é necessário refletir, articular as dimensões do exercício profissional e buscar construir coletivamente alternativas para superar as dificuldades e embates do cotidiano profissional:

[...] então eu acho que ai, exatamente a habilidade que se tem de tentar reverter a situação, mesmo que num primeiro momento tenha que haver um retrocesso na visão do Assistente Social tentando não ferir ou não descumprir integralmente o código de ética, tentando, mais um pouco adiante, *não deixando de lutar*, das suas crenças e conquistas [...] (VANESSA, grifo nosso)

Percebe-se a identificação da tensão que perpassa o cotidiano profissional e a necessidade do profissional de desenvolver propostas criativas e críticas, já que esta profissional se encontra inserido no campo das correlações de força, com o intuito de garantir o atendimento dos seus usuários e não ser apenas um mero executor das demandas da instituição, mas buscar adquirir o caráter propositivo (IAMAMOTO, 2011) a fim de criar estratégias para lidar com o cotidiano profissional e as requisições da instituição.

Além disso, foi possível observar a articulação da prática profissional das Assistentes Sociais com a dimensão jurídico-política, em que as principais legislações sociais que as profissionais trabalham é o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e a Política Nacional de Saúde do Idoso, bem como as legislações da profissão (Lei de Regulamentação e Código de Ética).

A necessidade dessa articulação se faz necessária a fim de se ter conhecimento dos direitos e deveres de seus usuários, e também para ser um profissional que trabalha na perspectiva do acesso aos direitos e respaldar toda a sua ação profissional no momento de um encaminhamento, de uma orientação, da realização de um parecer social; o qual é necessário que esteja respaldado de acordo com leis, para que o profissional não seja subjetivo no momento de responder as demandas de seus usuários e institucionais, como a Assistente Social entrevistada Amanda afirma:

[...] é muito importante essa articulação porque na hora de uma, de um atendimento de um acompanhamento você precisa passar, ter conhecimento, ciência de alguma informação que seja interessante. [...] e tem muita coisa que às vezes a gente ler passa despercebido e na hora que a gente tá conversando passa algum tipo de informação que a gente fica na dúvida, por isso que é bom sempre ter pertinho (ter acesso fácil as legislações para melhor atender os usuários) que a gente mostra. Seria mais fácil você atuar dessa forma.

Com isso, observa-se que as Assistentes Sociais possuem a conscientização de que o Código de Ética e a Lei de Regulamentação do Serviço Social são pilares que orientam a profissão, ou seja, “representa uma defesa da profissão na sociedade e um guia para a formação acadêmico-profissional” (IAMAMOTO, 2002, p. 22). E que no momento em que se apropriam destes mecanismos em sua prática também materializam o projeto ético-político profissional.

Portanto, a partir desta pesquisa foi possível identificar que as Assistentes Sociais do SESC/DF buscam materializar o projeto-ético político profissional em seu cotidiano; apesar de ter sido observado a falta de acompanhamento do debate contemporâneo do Serviço Social, já que as profissionais declararam que não tem acompanhado eventos da profissão atualmente. Entretanto, a materialidade do projeto ético-político profissional pôde ser observada, principalmente, a partir dos seguintes aspectos: a sistematização do cotidiano profissional, a utilização de legislações sociais e da profissão, a defesa dos princípios da profissão e a compreensão do espaço que ocupam no SESC/DF.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da década de 1970, o mundo vivencia uma reestruturação do capital em função da crise capitalista que gerou um conjunto de especificidades e alterações dentro das sociedades em que seus ditames eram advindos deste modo de produção. Ressalta-se que as crises são partes constitutivas do capitalismo, as quais, de acordo com Duarte (2011, p. 93), são características “das contradições e do seu movimento real, sendo “ineliminável” no mundo do capital”.

Neste contexto, o capitalismo contemporâneo gera um conjunto de transformações – caracterizadas como estratégias de enfrentamento da crise – particularmente na relação Estado e sociedade, no qual destacamos a transferência de responsabilidade do público para o privado, alterando a configuração das políticas sociais.

De acordo com Mota e Amaral (1998), as mudanças na forma de organização social e da produção geraram um redimensionamento da intervenção do Estado que se materializam em medidas de ajustes e reformas institucionais, por meio da privatização e da supressão dos direitos sociais.

O cenário que se desenha no Brasil, principalmente após 1990, é caracterizado pela focalização, precarização e privatização das políticas sociais, a partir dos mecanismos de refilantropização e mercantilização destas, com uma interferência direta da sociedade civil no enfrentamento das mazelas da questão social por meio do “Terceiro Setor”, o que traz repercussões no campo dos direitos sociais, no universo das profissões e no cotidiano da vida dos indivíduos.

O “Terceiro Setor” é um fenômeno contemporâneo, polêmico e marcado pela não distinção em relação à sociedade civil, cujo último fim é obscurecer a centralidade das lutas de classes e desarticular os elementos reais destas lutas sociais, colocando a sociedade civil como homogênea (como se fosse constituída por um mesmo projeto de sociedade). E apoiando-se em novas estratégias de enfrentamento da questão social pautadas na auto-ajuda, no voluntariado, na solidariedade, na responsabilidade social. Entretanto, toda esta lógica é funcional à ideologia do neoliberalismo, uma vez que se adéqua a necessidade de reordenamento capitalista.

Em razão desta conjuntura de novas configurações capitalistas, com novas formas de enfrentamento das expressões da questão social, como destaque para o “Terceiro Setor”, é exigido do Assistente Social uma “refuncionalização de procedimentos operacionais, que também determinam um rearranjo de competências técnicas e políticas” (MOTA E AMARAL, 1998, p.25); ou seja, novas exigências e demandas se colocam para o Serviço Social. Logo, o Assistente Social passa a ser cada vez mais requisitado nos espaços sócio-ocupacionais do “Terceiro Setor”, no qual destacamos neste estudo o espaço do SESC/DF.

Como já foi observado, o Serviço Social intervém na tensão entre o capital e o trabalho, dentro do processo de enfrentamento da questão social; logo, a profissão se encontra inserida na tensão entre os diferentes projetos societários, já que estes “incidem na dinâmica dos espaços sócio-institucionais, nos projetos profissionais, nas condições de trabalho e na atuação profissional”. (DUARTE, 2011, p. 92).

Portanto, os novos desafios e possibilidades de atuação profissional perpassam as demandas profissionais (como a expansão de demandas), o espaço sócio-ocupacional, as condições e relações de trabalho e que incidem sobre as redefinições de intervenção profissional.

Com isso, essa pesquisa possibilitou a análise e problematização do cotidiano profissional das Assistentes Sociais, das demandas para o Serviço Social, assim como os limites e possibilidades profissionais e por último no que diz respeito à relação entre o projeto ético-político e a atuação profissional do Assistente Social no SESC/DF. Para tanto, foi possível observar cinco aspectos:

Primeiramente, sobre o perfil das profissionais foi possível observar uma grande variação no que diz respeito à faixa etária das profissionais, ao tempo de formação, às capacitações realizadas e no que concerne a forma de ingresso das profissionais na instituição. Vale ressaltar que, em função de uma contratação por contrato temporário, foi possível perceber que se tem uma situação provisória, o que acarreta uma descontinuidade da atuação profissional desta Assistente Social.

Além disso, foi possível perceber a importância do estágio supervisionado como um momento de aprendizado e reflexão sobre o cotidiano profissional, se caracterizando como a oportunidade de se realizar a síntese da relação teoria e prática e dessa forma

articular a pesquisa social com a intervenção social, bem como é a oportunidade de capacitação constante do Assistente Social já que se tem a troca de saberes entre a profissional e o estagiário.

Em segundo lugar, refere-se às demandas e atribuições das Assistentes Sociais no SESC/DF que se encontram de acordo com o Código de ética do Serviço Social de 1993 e com a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/1993). Foi possível perceber também que há autonomia relativa no cotidiano profissional.

Como terceiro aspecto temos o perfil dos usuários do SESC/DF. Notou-se que na maioria dos programas e projetos desenvolvidos na instituição não há uma variação dos perfis dos usuários do Serviço Social. Vale ressaltar que não há uma avaliação desenvolvida pelos usuários da atuação profissional das Assistentes Sociais nestes programas, apenas na unidade de Taguatinga norte por iniciativa da profissional que atua nesta cidade satélite.

Apreendeu-se, também, que existe uma avaliação mensal entre a equipe da COAST. Portanto, constatou-se que existe a necessidade de uma sistematização de uma avaliação da atuação das Assistentes Sociais, tendo em vista que esta é uma oportunidade de se refletir e repensar a prática profissional.

Em quarto lugar, foi possível identificar alguns limites no cotidiano profissional das Assistentes Sociais, tais como: a) o não reconhecimento da importância dos pareceres sociais elaborados pelas profissionais; b) polivalência na atuação profissional; c) falta de apoio dos profissionais de outras áreas; d) a falta de condições objetivas para o desenvolvimento das atividades do Serviço Social; e por último e) falta de profissionais do Serviço Social.

Como possibilidades, a fim de se ampliar o Serviço Social na instituição e buscar romper com os limites elencados, observam-se: a) a necessidade de traçar estratégias articuladas com o projeto ético-político para melhor responder as demandas para o Serviço Social; b) sistematização do seu trabalho realizado na instituição; c) a realização de capacitações continuadas; e d) articulação e mobilização entre as Assistentes Sociais a fim de se expandir a autonomia relativa profissional e o quadro pessoal do Serviço Social.

E como último aspecto concluiu-se que as Assistentes Sociais articulam o projeto ético-político com suas respostas profissionais com as mais diferentes demandas (im)postas pela instituição e pelos usuários, assim destacamos: a) entendimento da necessidade de sistematização da prática profissional; e b) da articulação com a dimensão jurídico-política que é materializado pelas leis que compõem a base para a profissão, como o Código de Ética do Serviço Social (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão – Lei nº 8662/93º o Estatuto do Idoso e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Vale ressaltar que a importância de se ter a formulação de trabalhos acadêmicos e da sistematização do trabalho do Assistente Social na instituição é necessária a partir do momento em que auxilia na reflexão sobre o cotidiano profissional neste campo sócio-ocupacional, além do que é importante instrumento para o fortalecimento da profissão na instituição, bem como na materialização do projeto ético-político profissional, conforme afirma Mota (2003, p. 14, grifos nossos) que “precisamos publicizar nossos pontos de vista, pensar e aproveitar seriamente *o potencial que temos para produzir massa crítica, explorar nossa experiência.*”

Entretanto, foi possível perceber que as profissionais não têm participado de eventos da profissão, o que demonstra a necessidade destas profissionais de buscar estarem articuladas com as organizações político-organizativas da profissão, a partir de eventos, fóruns e outros, para que dessa forma as profissionais estejam em constante contato com o que é discutido sobre o caráter político, o significado social e histórico, bem como a dimensão social e técnica da profissão na atualidade.

Concluiu-se também que as Assistentes Sociais encontram-se inseridas na tensa relação entre o regime salarial e a concretização do projeto ético-político profissional, o que gera embates e limitações. Além disso, foi possível verificar que existem ações potenciais para o Serviço Social no SESC/DF que poderiam estar sendo realizadas dentro da instituição (como áreas da saúde, educação e recursos humanos), pois se acredita que como a atuação profissional do Assistente Social se encontra inserido nas expressões da questão social há uma ampla diversidade da forma de inserção do Serviço Social nos campos sócio-ocupacionais que ocupam, a fim de buscar entender e intervir nas necessidades sociais, que são diferentes dentro de um mesmo espaço sócio-ocupacional.

Por isso, acredita-se na necessidade de reafirmação do projeto ético-político, a qual expressa a ruptura com o conservadorismo do projeto hegemônico, para enfrentar os pressupostos neoliberais por meio do comprometimento profissional, bem como na necessidade de articulação e organização das dimensões – política, ética e técnico-operativa – do exercício profissional a fim de construir coletivamente alternativas e alianças profissionais para se buscar o fortalecimento do Serviço Social no SESC/DF.

Pois, de acordo com Mota (2003, p. 14), o Serviço Social está vinculado com às práticas de atendimento das necessidades sociais e para que isso ocorra é necessário “intervir qualificadamente nos mecanismos de enfrentamento e superação das desigualdades sociais no país. É preciso ousar intelectual e politicamente com os meios de que dispomos.”

Com isso se observa a necessidade de reafirmação do projeto ético-político, que integra valores, escolhas teóricas, ideológicas, políticas, éticas e normatizações que determinam os direitos e deveres profissionais e que expressa a ruptura com o conservadorismo do projeto societário hegemônico, para enfrentar os pressupostos neoliberais por meio do comprometimento profissional.

Vale ressaltar que este trabalho não buscou julgar a ação da instituição SESC/DF ou mesmo das profissionais que participaram da pesquisa, mas sim refletir e buscar apreender as determinações sócio-históricas, esclarecer limites e buscar pensar em uma atuação profissional que tenha como balizador o projeto ético-político profissional.

Logo, este trabalho não busca terminar com as discussões que envolvem a atuação do Assistente Social no “Terceiro Setor”, particularmente no SESC/DF, e nem esgota possíveis reflexões sobre este assunto. E é por isso que concluir este Trabalho de Conclusão de Curso não significa que as análises referentes a essa temática estão encerradas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Ângela Santana do. **A Categoria Sociedade Civil na Tradição Liberal e Marxista.** In: O MITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética e serviço social: fundamentos ontológicos. 6 ed. São Paulo, Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. **O Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo, Editora Cortez, 2003.

_____. **As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Unidade I:As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009, p. 69-86

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** 5^a ed. São Paulo, Editora Cortez, 2008.

BRASIL. **Lei N° 8.036** de 11 de maio de 1990

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**

_____. **Lei N° 5.107** de 13 de setembro de 1966.

_____. **Lei N° 12.317**, de 26 de agosto de 2010.

_____. **Lei n° 8.662**, de 7 de junho de 1993.

CARVALHO, Raul de. **Notas sobre a origem do Serviço Social no Brasil.** In: Modernos agentes da justiça e da caridade: notas sobre a origem do Serviço Social no Brasil. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 2, mar. 1980

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina.** Tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos – São Paulo, Cortez, 1989.

CÉSAR, Mônica de Jesus. **“Empresa-cidadã”: uma estratégia de hegemonia.** São Paulo, Editora Cortez, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Resolução CFESS N° 533 de setembro de 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS), ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS) E EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (ENESSO).

INFORMATIVO CFESS, ABEPPS E ENESSO: O ENSINO DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL E A DISTÂNCIA E A LUTA PELA

QUALIDADE ÉTICO-POLÍTICA E TEÓRICO-METODOLÓGICA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL. Fevereiro de 2006.

<http://www.cfess.org.br/arquivos/07_posicionamentoentidades_2006.pdf> Acesso em: 24 de novembro de 2011.

COUTO, Berenice Rojas Couto. **Formulação de projeto de trabalho profissional.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Unidade V: Atribuições privativas e competência do assistente social. CEFESS/ABEPSS: Brasília, 2009. p. 652-663.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. **O Serviço Social nas organizações não-governamentais: tendências e particularidades.** Dissertação (Mestrado em Serviço

Social)-Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/7440/1/2007_Janaina%20LopesNascimentoDuarte.pdf> Acesso em: 19 de agosto de 2011

_____. **Cotidiano profissional do assistente social: exigências profissionais, identidade e autonomia relativa nas ONGs.** In: Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 9, n. 1, p. 66 - 76, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7281/5241>> Acesso em: 18 de setembro de 2011

_____. **“Telhado de Vidro” nas ONGs: enfrentamento da questão social e desafios ao serviço social** In: Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), v. 9, n. 27, p. 1-172, Jul. 2011

FALEIROS, Vicente. **Metodologia e Ideologia do Trabalho Social.** 11 ed. São Paulo. Cortez, 2009.

_____. **Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento?** In: Revista Serviço Social e Sociedade. N.º 84. Ano XXVI, São Paulo: Cortez, 2005. FORTI, Valéria & GUERRA, Yolanda. *“Na prática a teoria é outra?”* In: Serviço Social: Temas, Textos e Contextos: Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

GUERRA, Yolanda. **O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. N.º 91. Ano XXVIII, São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **As dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução**

crítica das demandas contemporâneas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistalibertas/files/2011/02/artigo01_4.pdf> Acesso em: 18 de setembro de 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 2011.

_____. **A questão social no capitalismo.** In: Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Ano II, Nº 3, p. 9-32, Janeiro a Junho de 2001.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social. Ensaios críticos.** São Paulo. Cortez, 1992.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo, Cortez, 1998.

_____. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Unidade IV: O significado do trabalho do assistente social nos distintos espaços sócio-ocupacionais. CEFESS/ABEPSS: Brasília, 2009. p. 341-376.

_____. **O Serviço Social na cena Contemporânea.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Unidade I: O significado sócio-histórico das transformações da sociedade contemporânea. CEFESS/ABEPSS: Brasília, 2009. p. 15-50

_____. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade.** In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Atribuições privativas do (a) Assistente Social.* Brasília, DF: CFESS, 2002, p. 13-50.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interrupção histórico-metodológica.** 34^a ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOIKE, Maria Marieta. **Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Unidade II: O Serviço Social no contexto das transformações societárias. CEFESS/ABEPSS: Brasília, 2009. p. 201-222

MARA, Silvana. **Considerações sobre a realização da entrevista na atividade de pesquisa.** Texto (mimeo) s/d.

MARTINS, Danuta Dantas de O. **Serviço Social e Envelhecimento Ativo: Desafios do Trabalho do Assistente Social na Coordenação de Ação Social e Terceira Idade no SESC/DF.** 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Serviço Social) - Universidade de Brasília.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, Técnica e Arte: O Desafio da Pesquisa Social.** In: Pesquisa Social – teoria, método e criatividade. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004. p 9-29.

MIOTO, Regina Célia. **Estudos Sócioeconômicos.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Unidade V: Atribuições privativas e competências do assistente social. CEFESS/ABEPSS: Brasília, 2009. p. 481-496.

MOTA, Ana Elizabete. **Crise Contemporânea e as transformações na produção capitalista.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Unidade CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009, p. 51-67.

_____. **As dimensões da prática profissional.** In: Revista Anual do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ética – GEPE/Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE. Ano III – nº3 – dezembro de 2003.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do. **Reestruturação do Capital, Fragmentação do Trabalho e Serviço Social.** In: A nova Fábrica de Conceitos. Parte I: A reestruturação produtiva e as novas modalidades de subordinação de trabalho. São Paulo, Cortez, 1998. p. 23 – 44.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: critica ao padrão emergente de intervenção social.** 2^a edição. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Terceiro Setor e Questão Social: critica ao padrão emergente de intervenção social.** 6^a ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETO, Otávio Cruz. **O Trabalho de campo como descoberta e criação.** In: Pesquisa Social – teoria, método e criatividade. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004. p 51-65.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 8. Ed. – São Paulo, Cortez, 2011.

_____. **Capítulo 1: As condições histórico-sociais da emergência do Serviço Social.** In: Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 2^a edição. São Paulo: Cortez, 1996. p.13-77.

_____. **Transformações societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil.** In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 50, São Paulo, Cortez, 1996.

_____. **Notas sobre a reestruturação do Estado e a emergência de novas formas de participação da sociedade civil.** In: Política Social: Alternativas ao Neoliberalismo. Brasília: UnB, Programa de Pós-graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2004.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 3 ed. São Paulo. Cortez, 1996.

_____. **O Movimento de Reconceituação 40 anos depois.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. N.º 84. Ano XXVI, São Paulo: Cortez, 2005.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate.** São Paulo, Cortez: 2004.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social.** In: Capacitação em serviço social e política social: Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CEAD, 2000.

Portal do SESC. Disponível em: <<http://www.sesc.com.br/main.asp>> Acesso em: 01 de setembro de 2011.

_____. Disponível em: <<http://www.sesc.com.br/main.asp?ViewID={8168325E-BE8D-4973-9280-57E680D0CB36}&u=u>> Acesso em: 01 de setembro de 2011

_____. Disponível em: <<http://www.sescdf.com.br/site/home>> Acesso em: 19 de agosto de 2011.

_____. Disponível em: <<http://www.sescdf.com.br/site/areas-de-atuacao/esporte-lazer-e-recreacao/sesc-olimpico>> Acesso em: 04 de novembro de 2011.

_____. Disponível em: <<http://www.sescdf.com.br/site/areas-de-atuacao/esporte-lazer-e-recreacao/programa-esportivo-social-e-cidadania-pesc/>> Acesso em: 04 de novembro de 2011.

Portal do CRESS/DF. Disponível em:

<<http://www.cressdf.org.br/o%20que%20%C3%A9%20o%20cress.html>> Acesso em: 05/10/2011

SANT'ANA, Raquel. **O Desafio da Implantação do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** In: Serviço Social e Sociedade. Revista nº. 62. São Paulo, Cortez, 2000.

SESC/DF. **Prestação de Contas Ordinária Anual – Relatório de Gestão do Exercício de 2010.** Maio de 2011. Disponível em:

<<http://www.sescdf.com.br/site/arquivos/downloads/relatorio-de-gestao-sesc-df-2010-19314312.pdf>> Acesso em: 19 de agosto de 2011.

_____. **Regimento Interno: Resolução AR/SESC/DF nº 623/2004.** Brasília, maio, 2004.

SIMIONATTO, Ivete. **Estado e sociedade civil em tempos de globalização: reinvenção da política ou despolitização?** In Cadernos Especiais n. 39, edição: 23 de outubro a 20 de novembro de 2006. Disponível em:

<<http://www.assistentesocial.com.br/novosite/cadernos/Cadernos39.PDF>> acesso em 25 de agosto de 2011.

_____. **As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teóricopolítica.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, CEFESS/ABEPSS, 2009.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social.** In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Unidade II: O Serviço Social no contexto das transformações societárias. CEFESS/ABEPSS: Brasília, 2009. p. 185-201

YAZBECK, Maria Carmelita. **A política social brasileira nos anos 90: refilantropização da questão social.** Cadernos do CEAS, Salvador, nº 164, p. 37-51, 1996.

ANEXOS

ANEXO N° I

Apresentação



Buscando fortalecer a ação profissional do Serviço Social no SESC/DF, apresentamos este folder que tem por objetivo refletir sobre nossas atribuições e competências, tendo como base a Lei 8662/93 que regulamenta a profissão do Assistente Social.

Contatos

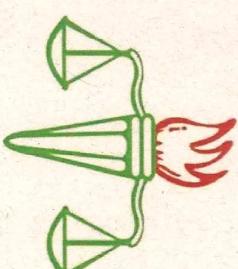
Conselho Federal de Serviço Social- CFESS
SCS Quadra 2 Bloco C - Ed. Serra Dourada - Salas 312-318
CEP: 70300-902 - Brasília/DF
Fone: (61) 3223.1652 Fax: (61) 3223.2420 email:
cfess@cfess.org.br
Site: www.cfess.org.br

Conselho Regional de Serviço Social - DF
SRTVN - Ed. Brasília Rádio Center
Sala 1021
CEP: 70719-900 - Brasília/DF
Fone: (61) 3328-1033 / 3328-5509
Fax: (61) 3328-1423
E-mail: cressdf@cressdf.org.br
cressdf@onix.com.br
Site: www.cressdf.org.br

Projeto de Intervenção
Estágio em Serviço Social 2 - UnB
Estagiária: Gabriela Ribeiro Ramos
Supervisora de Campo: Assistente Social Karine de Figueiredo Dias
Supervisora Acadêmica: Profª Janaína Duarte
Apóio: Bruna Dourado

SESC

DISTRITO FEDERAL



O trabalho do Assistente Social no Serviço Social do Comércio

O SESC: Qual a sua missão?

O Serviço Social do Comércio tem como missão contribuir para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos empregados do setor de Comércio, Serviços e Turismo, em especial daquelas de menor poder aquisitivo, através do atendimento de suas necessidades nas áreas de Educação, Saúde, Alimentação, Cultura, Ação Social, Turismo, Esporte e Lazer; e, em caráter complementar atender os seguimentos mais vulneráveis da sociedade.

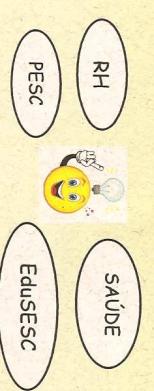
Atribuições/competências e trabalho do assistente social no SESC-DF

Os artigos 4º e 5º, da Lei 8662/93, dispõem sobre nossas atribuições e competências. Direcionando a prática profissional do Assistente Social no SESC, para caracterizar ou definir uma série de responsabilidades, tais como:

Processo de concessão de bolsas de estudo	Art. 4º inciso XI
Supervisão de estágio	Art. 5º IV
Analise de concessões de descontos/gratuidades;	Art. 4º VI
Realização de entrevistas, análises socioeconómicas e pareceres sociais;	Art. 4º XI; Art. 5º IV
Elaboração, execução e avaliação de projetos e programas sociais existentes na COAST;	Art. 5º I e II; Art. 4º e II
Acompanhamento e apoio das atividades desenvolvidas no projeto Vira Vida e Grupo dos Mais Vividos;	
Em Ações Comunitárias	Art. 5º II e XII
E na Assistência Especializada	

Desafios e Possibilidades

Observando as atribuições e competências do Assistente Social concluímos que ainda temos muito potencial! Podemos ainda contribuir em muitas outras áreas, vamos ampliar nossa atuação?!



Então o que faremos??!!

Defender a necessidade e a valorização do Serviço Social dentro do SESC, bem como a ampliação de sua atuação. Sabemos da importância do Serviço Social na instituição.

Precisamos lutar pela ampliação do Serviço Social, e lá vão algumas sugestões: contratação de mais profissionais, manutenção do quadro atual de Assistentes Sociais e expansão do estágio supervisionado.

Vamos defender nossa profissão! Vamos enfrentar nossos desafios e buscar novas possibilidades de atuação!



ANEXO N° II

Roteiro de Entrevista

1- PERFIL

- 1) Idade:
- 2) Tempo de formada:
- 3) Local e instituição de formação:
- 4) Capacitação continua: graduação, pós-graduação lato-sensu (especialização), pós-graduação stricto-senso /mestrado, pós-graduação stricto-senso /doutorado, pós-graduação stricto-senso /pós-doutorado. Coloque obs: qtas realizou (ex: pós lato-sensu)

2 – O ASSISTENTE SOCIAL E SUA ATUAÇÃO NO SESC

- 5) Há quanto tempo trabalha como profissional de Serviço Social no SESC? tem exercido sua prática profissional no SESC?
- 6) Como ocorreu o processo de seleção e contratação na instituição?
- 7) Qual a unidade em que trabalha?
- 8) Qual é a sua função ou cargo para o qual foi contratado (a) no SESC/DF? (*nomenclatura*)
- 9) Qual é sua carga horária de trabalho semanal?
- 10) Qual a faixa salarial?
- 11) Quais os programas, projetos e ações que desenvolve ou está inserida sua atuação?
- 12) O que você faz na unidade que trabalha? Fale sobre sua rotina de trabalho. (*verificar as atribuições e responsabilidades profissionais*)
- 13) Atualmente há estagiários sobre sua supervisão? Quantos? (*ampliar o campo/ momento de capacitação contínua e troca*)
- 14) Quais são as principais demandas para o Serviço Social? (o que a instituição *requisita*)
- 15) Quem são os usuários atendidos no seu cotidiano de trabalho? Fale um pouco sobre o perfil deles. (*perfil*)
- 16) Quais são as principais demandas e necessidades desses usuários?
- 17) Há avaliação das atividades desenvolvidas pelo Serviço Social? Se sim, como são realizadas? (*p/ verificar se pensa sobre seu exercício profissional*)
- 18) Quais são os principais “problemas” e dificuldades enfrentadas no seu cotidiano profissional? (*verificar os limites de atuação*)
- 19) Em sua opinião é necessário uma expansão do Serviço Social no SESC? Se sim, por quê? Para que áreas de atuação seria feita essa expansão?

20) Você poderia citar 3 pontos positivos e 3 pontos negativos do seu exercício profissional no SESC?

3- O ASSISTENTE SOCIAL E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

21) O que acha da profissão na atualidade?

22) Tem participado ou tem acompanhado eventos da profissão? Você tem acompanhado a discussão atual sobre o Serviço Social?

23) O que tem acompanhado? Como vem acompanhando? (quais e qual foi o último que participou) (*verificar se acompanha as alterações profissionais, se participa de capacitações*)

24) (*Temos o Código de Ética profissional de 1993, que coloca os princípios fundamentais da profissão e dispõe sobre direitos e deveres profissionais, bem como os parâmetros éticos nas relações com usuários, outros profissionais, com empregadores, e outros.*) Em sua opinião, como esse Código de Ética contribui no seu cotidiano profissional?

25) Qual a importância desse documento para o dia-a-dia profissional?

26) Como você utiliza (*se apropria*) esses princípios e parâmetros na sua atuação profissional? *Talvez ela responda a 25 e 26 juntas, fique atenta!*

27) Você busca articular sua atuação com outras legislações sociais? Se sim, quais? Qual a necessidade dessa articulação?

ANEXO Nº III

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “O Serviço Social no SESC/DF: a articulação entre atuação profissional e o projeto ético-político”, de responsabilidade de Gabriela Ribeiro Ramos, aluna de graduação da Universidade de Brasília e sob a orientação da Professora Mestre Janaína Lopes do Nascimento Duarte.

O objetivo desta pesquisa é problematizar acerca da atuação profissional, à luz do projeto ético-político contemporâneo, dos Assistentes Sociais que atuam como coordenador e executor dos programas desenvolvidos pelo Serviço Social no Serviço Social do Comércio do Distrito Federal – SESC/DF. Logo a partir desta pesquisa, buscaremos elucidar as principais demandas para o Serviço Social no SESC/DF a partir da conjuntura neoliberal e expansão do “Terceiro Setor”; identificar as atribuições do Assistente Social nas funções de coordenação e execução dos programas desenvolvidos pelo Serviço Social; destacar as respostas profissionais dos Assistentes Sociais no SESC; e articular as respostas profissionais, da coordenação e execução, com o projeto ético-político profissional. Assim, gostaria de consultá-lo (a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de uma entrevista gravada mediante roteiro estruturado. É para este procedimento que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa contribuir para a reflexão sobre a atuação do Assistente Social na instituição no SESC/DF, a necessidade e emergência do exercício profissional do Serviço Social na instituição em tela, tendo em vista a sua missão, debater sobre estratégias de atuação e expansão da atuação profissional nesse espaço sócio-

ocupacional, repensar a sua prática em busca de um fortalecimento deste profissional na contemporaneidade, bem como a necessidade de articulação do projeto profissional e do projeto institucional com o projeto ético-político do Serviço Social.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 85619496 ou pelo e-mail gabibirela@gmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de uma sistematização dos dados analisados, bem como, pelo trabalho final de conclusão de curso desta pesquisadora, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH cep_ih@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Assinatura do (a) participante

Assinatura do (a) pesquisador (a)

Brasília, ____ de _____ de _____

ANEXO N° IV



Comitê de Ética em Pesquisa
Instituto de Ciências Humanas
Universidade de Brasília

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Campus Universitário Darcy Ribeiro

ANÁLISE DE PROJETO DE PESQUISA

Título do Projeto: O SERVIÇO SOCIAL NO SESC/DF: A ARTICULAÇÃO ENTRE ATUAÇÃO PROFISSIONAL E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Professor(a) orientador(a): JANAÍNA LOPES DO NASCIMENTO DUARTE

Discente: GABRIELA RIBEIRO RAMOS

Número do projeto: 08 - 08/2011

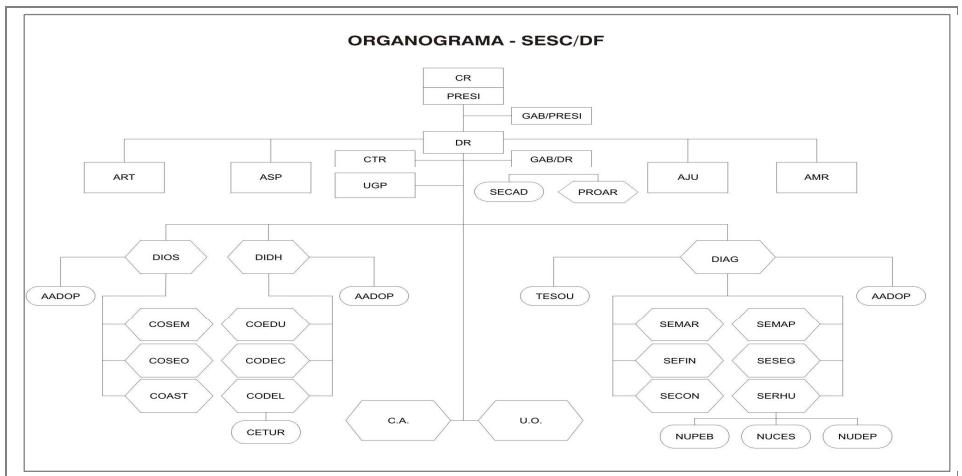
Com base nas Resoluções 196/96, do CNS/MS, que regulamenta a ética da pesquisa em seres humanos, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, após análise dos aspectos éticos, resolveu **APROVAR** o projeto intitulado “O SERVIÇO SOCIAL NO SESC/DF: A ARTICULAÇÃO ENTRE ATUAÇÃO PROFISSIONAL E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO”.

O pesquisador responsável fica notificado da obrigatoriedade da apresentação de um relatório final sucinto e objetivo sobre o desenvolvimento do Projeto, no prazo de 1 (um) ano a contar da presente data (itens VII.13 letra “d” e IX.2 letra “c” da Resolução CNS 196/96).

Brasília, 07 de outubro de 2011.

Debora Diniz
Coordenadora Geral – CEP/IH

ANEXO N° V



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SESC/DF – ORGANOGRAMA

Nomenclatura	Sigla
CONSELHO REGIONAL	CR
Gabinete da Presidência do Conselho Regional	GAB/PRESI
DIRETORIA REGIONAL	DR
Gabinete da Diretoria Regional	GAB/DR
- Secretaria Administrativa	SECAD
- Protocolo e Arquivo	PROAR
Controladoria	TR
Unidade de Gestão de Projetos Especiais.....	UGP
Assessoria de Recursos Tecnológicos	ART
Assessoria de Planejamento, Monitoramento e Avaliação	ASP
Assessoria Jurídica.....	AJU
Assessoria de Marketing Social e Relacionamento com o Cliente.....	AMR
DIVISÃO DE ORIENTAÇÃO SOCIAL	DIOS
8. Apoio Administrativo e Operacional	AADOP/DIOS
9. Coordenadoria de Serviços Médicos e Alimentação	COSEM
10. Coordenadoria de Serviços de Odontologia	COSEO
11. Coordenadoria de Ação Social e Terceira Idade.....	COAST
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	DIDH
• Apoio Administrativo e Operacional	AADOP/DIDH
• Coordenação de Educação	COEDU
• Coordenação de Cultura.....	CODEC
• Coordenação de Desenvolvimento Físico-Esportivo e Lazer	CODEL
– Central de Turismo	CETUR
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	DIAG
5. Apoio Administrativo e Operacional	AADOP/DIAG
6. Tesouraria	TESOU
7. Seção de Matrícula e Convênios	SEMAT
8. Seção de Finanças e Contabilidade	SEFIN
9. Seção de Compras e Contratos	SECON

10. Seção de Engenharia e Manutenção Predial	SEMAP
11. Seção de Serviços Gerais, Material e Patrimônio.....	SESEG
12. Seção de Recursos Humanos.....	SERHU
– Núcleo de Pessoal e Benefício	NUPEB
– Núcleo de Estágio	NUCES
– Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal	NUDEP
CENTROS DE ATIVIDADES	C.A.
UNIDADES OPERACIONAIS	U.O.